

VERSÃO EM PORTUGUÊS

STATE OF BLENDED FINANCE

2023

EDIÇÃO SOBRE O CLIMA



A tradução para português
deste relatório foi realizada por
[Din4mo](#) e [TozziniFreire](#)

DIN4MO
LAB

**Tozzini
Freire.**
ADVOGADOS



ÍNDICE

4	AGRADECIMENTOS	49	Investidores do Setor Privado
5	CARTA DO CEO	52	VOZES ESPECIALISTAS: Entrevista com Alexander Kennedy, Chefe de Soluções de Finanças Sustentáveis, Standard Chartered
6	GLOSSÁRIO DE TERMOS	55	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) / Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (DFIs)
10	SUMÁRIO EXECUTIVO	57	Agências de Desenvolvimento e Fundos Multi-Doadores
14	INTRODUÇÃO	58	Investidores Filantrópicos
16	Sobre o <i>Blended Finance</i>	60	VOZES ESPECIALISTAS: Entrevista com Stefanie Fairholme, Diretora Executiva, Head de Investimentos, GEAPP
18	Metodologia e Visão Metodológica Geral do Relatório	61	Investidores de Impacto
19	PARTE I: VISÃO GERAL DO MERCADO	62	PARTE IV: MITIGAÇÃO & ADAPTAÇÃO
20	Panorama do Mercado de <i>Blended Finance</i>	63	<i>Blended Finance</i> para Mitigação
21	Fontes de Financiamento para <i>Blended Finance</i> para o clima	65	VOZES ESPECIALISTAS: Entrevista com Cecilia Tam, Chefe Interina da Unidade de Investimentos em Energia da Agência Internacional de Energia (IEA)
23	Um Olhar Para o Relatório do Ano Passado	68	Investidores em <i>Blended Finance</i> para Mitigação Climática
23	O Ambiente Macroeconômico	71	<i>Blended Finance</i> para Adaptação
27	PARTE II: TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS	74	VOZES ESPECIALISTAS: Entrevista com Jay Koh, Managing Director e Cofundador, The LightSmith Group
28	Mitigação das Mudanças Climáticas x Adaptação às Mudanças Climáticas x Híbridos	75	Soluções baseadas na natureza (SBN)
30	Veículos	78	Investidores de <i>Blended Finance</i> para Adaptação
35	Regiões e Países	79	PARTE V: PLATAFORMAS DE BLENDED FINANCE PARA CLIMA EM NÍVEL PAÍS
37	Níveis de Renda		
39	Beneficiários		
41	Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)		
42	Arquétipos e Instrumentos		
46	PARTE III: TENDÊNCIAS DE INVESTIDORES		
47	Panorama Geral		

81 DESVENDANDO OS JETPS

- 81 Quão semelhante é o modelo JETP ao *Blended Finance*?
- 81 Quais desafios o modelo JETP enfrentou?
- 82 Como o modelo JETP pode ser aprimorado?

83 PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA JETPS

84 PARTE VI: ONDE O BLENDED FINANCE PODE CONTRIBUIR?

- 85 1. Estabelecer uma Taxonomia Comum para Finanças para Adaptação Climática
- 86 2. Atenuando o Risco Cambial
- 87 3. Estruturando Plataformas e Parcerias em Nível de País
- 88 4. Otimização do Uso da Assistência Técnica
- 89 5. Reduzindo os Custos de Financiamento para Empresas que Investem na Transição Climática por Meio de Bancos Verdes Nacionais
- 90 6. Gerenciando o Financiamento de Transição para o Descomissionamento de Usinas de Carvão

91 PARTE VII: RECOMENDAÇÕES

- 92 1. Avançando o Papel dos MDBs e DFIs na Ampliação do Financiamento Climático
- 94 2. Otimizar Estruturas para Lidar com Riscos Não Financeiros

95 VOZES ESPECIALISTAS:

- Entrevista com a Autoridade Monetária de Singapura sobre Como Governos e Reguladores Podem Apoiar a Transição para a Neutralidade de Carbono
- 96 3. Incorporar e Integrar Capital Filantrópico
- 97 4. Empoderar os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e Defender Abordagens de Baixo para Cima

99 APÊNDICE

100 UMA ANÁLISE PROFUNDA SOBRE OS JETPS

- 100 Quão semelhante é o modelo JETP ao *Blended Finance*?
- 101 Quais desafios o modelo JETP enfrentou?
- 102 Os doadores estão aprendendo com a experiência dos JETPs anteriores?
- 103 Como o modelo JETP pode ser aprimorado?
- 105 Há sinais de evolução do modelo JETP?
- 105 JETPs são escaláveis?

AGRADECIMENTOS

CITAÇÃO SUGERIDA:

Convergence Blended Finance (2023). State of Blended Finance 2023: Edição Climática. Relatório de Convergence.

© CONVERGENCE 2023.

Todos os direitos reservados. Você pode reproduzir e distribuir o material deste documento para fins não comerciais, sujeito aos seguintes créditos: (i) Fonte: Convergence © e (ii) um link para a fonte original no site da Convergence. Só deve ser reproduzido ou distribuído como parte de materiais mais amplos criados por você.

A menos que você tenha recebido consentimento prévio por escrito da Convergence, você não poderá reproduzir ou distribuir este documento de forma independente ou usá-lo para fins comerciais.

DISCLAIMER:

Este documento é fornecido apenas para fins informativos. Não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação a qualquer pessoa em qualquer jurisdição. Quaisquer termos de investimento aqui descritos são meramente informativos. Este documento não deve constituir a base ou ser utilizado em relação a qualquer investimento. As informações aqui estabelecidas podem estar sujeitas a atualização, conclusão, revisão, verificação e alteração e tais informações podem mudar materialmente.

Gostaríamos de agradecer às seguintes organizações por sua liderança intelectual e contribuições por escrito para o relatório deste ano:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil

Climate Policy Initiative (CPI)

E3G (Terceira Geração do Ambientalismo)

Global Infrastructure Hub (GI Hub)

Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ)

Impact Investing Institute (III)

Agência Internacional de Energia (IEA)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)

Autoridade Monetária de Cingapura (MAS)

Ministério das Finanças e Planejamento Econômico de Ruanda

Instituto Nicholas para Energia, Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Duke

Rocky Mountain Institute (RMI)

Standard Chartered

The Lightsmith Group

[Read the English version of the 2023 State of Blended Finance.](#)

CARTA DO CEO



À medida que apresentamos a 7ª edição do *State of Blended Finance* da Convergence, líderes políticos e empresariais aos poucos reconhecem as mudanças climáticas como a crise definidora de nosso tempo. No entanto, mesmo que essa crise se desenrole diante de nossos olhos, a taxa de crescimento do financiamento público para o clima está em declínio, os volumes de financiamento climático privado estão atrasados e os fluxos *Blended Finance* para o clima regrediram.

A necessidade de uma ação concreta é urgente, e o financiamento via estruturas de *Blended Finance* - uma forma de colaboração financeira que envolve atores públicos, privados e filantrópicos - deve ser utilizado de maneira mais ambiciosa para mobilizar investimentos privados em larga escala e aplicá-lo em soluções climáticas (adaptadas às realidades únicas das economias em desenvolvimento.)

É por isso que, novamente, o foco deste relatório está no financiamento via estruturas de *Blended Finance* para o clima. Nossa edição de 2023 traz os desafios e oportunidades em níveis nacionais, destacando regiões com potencial para desenvolvimento e identificando áreas onde o *Blended Finance* pode contribuir imediatamente e de forma significativa.

Na Convergence, reconhecemos a centralidade do clima no mundo dos investimentos, incluindo o mercado de *Blended Finance*; não obstante, também reconhecemos a necessidade de dados e análises de tendências em outros setores, temas e aspectos do espaço de *Blended Finance*. A Convergence tem o prazer de anunciar que, a partir de 2024, publicaremos dois relatórios "*State of Blended Finance*" por ano. O primeiro, a ser lançado na primavera do hemisfério norte, abrangerá todo o mercado de *Blended Finance* e o segundo, a ser lançado no outono, será nossa edição focada no clima.

Esperamos que os dados, tendências, insights e recomendações deste relatório de 2023 sirvam como um incentivo para doadores e investidores aumentarem o fluxo de capital para os lugares que mais precisam, como parte de uma resposta urgente e abrangente para enfrentar o maior desafio coletivo de nossas vidas.

JOAN M. LARREA

CHIEF EXECUTIVE OFFICER, CONVERGENCE

GLOSSÁRIO DE TERMOS

EMPRÉSTIMOS E TÍTULOS A/B – Instrumentos financeiros utilizados por uma seleção de investidores multilaterais, especificamente bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs). Em uma estrutura de empréstimo A/B, o MDB ou multilateral atua como o credor registrado, fornecendo uma parte do empréstimo para sua própria conta (empréstimo A), com o saldo do empréstimo financiado pela participação do empréstimo B (geralmente um banco comercial ou investidor institucional). O principal e os juros do empréstimo são pagos ao credor, que é então distribuído de forma proporcional. Um título A/B funciona de maneira semelhante. O MDB origina um empréstimo A/B com o mutuário. O empréstimo A é financiado pelo MDB, enquanto o empréstimo B é financiado por um veículo de propósito específico por meio da emissão de um título B para investidores institucionais no mercado de capitais.

BLENDED FINANCE DE ADAPTAÇÃO – Uso de estruturas de financiamento na modalidade *Blended Finance* para viabilizar investimentos do setor privado em transações de adaptação climática em países em desenvolvimento.

BLENDED FINANCE – O uso de capital catalítico proveniente de fontes públicas ou filantrópicas para aumentar os investimentos do setor privado em países em desenvolvimento, com o objetivo de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O *Blended Finance* é uma abordagem estrutural, não uma abordagem de investimento.

BLUE ECONOMY – O uso sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento econômico, melhoria dos meios de subsistência e empregos, e a saúde do ecossistema oceânico.

CRÉDITO DE CARBONO – Um crédito de carbono representa um volume de redução de emissões de gases de efeito estufa, tipicamente cerca de uma tonelada métrica, criada por um projeto ou atividade específica, como reflorestamento. Os

créditos de carbono são verificados/certificados por agências especializadas, como o Gold Standard. Esses créditos são vendidos por projetos geradores de créditos em um “mercado de carbono” para compradores que buscam “compensar” suas próprias emissões de gases de efeito estufa (GEE) via a redução de carbono representada pelo crédito. A troca facilita a neutralidade de carbono. Parte do processo de verificação do crédito garante um limite de adicionalidade - ou seja, a redução de emissões de GEE não teria ocorrido se o projeto não fosse implementado.

MERCADO DE CARBONO – Os mercados financeiros, primários e secundários, onde os créditos de carbono são negociados. Créditos de carbono representam uma tonelada métrica de redução de emissões de gases de efeito estufa. No mercado primário de carbono, empresas compram e vendem créditos de carbono com base em suas permissões de emissões, determinadas por regulamentações nacionais e supranacionais relevantes. No mercado secundário, empresas, bancos e outros atores do mercado envolvem-se na negociação de créditos de carbono para fornecer liquidez ao mercado e proteger-se contra futuros aumentos nos preços dos créditos de carbono.

COMPENSAÇÃO DE CARBONO – Compensações de carbono são utilizadas por emissores líquidos de GEE para “equilibrar” uma parcela equivalente de suas emissões. As compensações se apresentam na forma de créditos de carbono, que são comprados e vendidos no mercado de carbono, sendo que cada crédito de carbono representa uma tonelada métrica de redução de carbono atmosférico. A troca facilita a “neutralidade de carbono” equivalente ao valor do crédito de carbono. Créditos de carbono são gerados por empresas (em um sistema de limite e comércio) ou projetos financiados com os recursos provenientes dos créditos de carbono. Compensações são frequentemente utilizadas por entidades na busca pela neutralização líquida de emissões, visando atingir emissões líquidas zero.

CAPITAL/INVESTIMENTO CATALÍTICO –

Instrumentos financeiros alocados com a intenção de mobilizar investimentos do setor privado. A definição de capital catalítico pode variar amplamente. Neste relatório, capital catalítico refere-se apenas aos instrumentos financeiros precificados abaixo do mercado (concessional), com evidências da intenção de mitigar riscos de investimento e/ou aumentar os retornos esperados para investidores do setor privado e implantados por meio de uma das quatro arquétipos de blending da Convergence: (i) dívida/equidade concessional, (ii) garantias/seguros precificados de maneira concessional, (iii) financiamento de subsídio na fase de preparação ou design do projeto e (iv) financiamento de subsídio para assistência técnica.

CAPTURA, UTILIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CARBONO –

Envolvem a captura de CO₂, geralmente de grandes fontes pontuais, como geração de energia ou instalações industriais que utilizam combustíveis fósseis ou biomassa. Se o CO₂ capturado não estiver sendo utilizado no local, ele é comprimido e transportado por gasoduto, navio, ferrovia ou caminhão para ser usado em diversas aplicações, ou injetado em formações geológicas profundas, como reservatórios de petróleo esgotados e gás ou aquíferos salinos.

FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

– A adaptação climática envolve direcionar investimentos para se ajudar coletivamente os já evidentes e esperados efeitos das mudanças climáticas. Esses efeitos incluem, mas não se limitam ao aumento do nível do mar, aumento da temperatura dos oceanos, maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos (furacões, secas, monções) e sazonalidade irregular. As intervenções de adaptação climática frequentemente estão relacionadas ao conceito de “resiliência” aprimorada da humanidade aos sistemas biológicos, ecológicos e geológicos em constante mudança do planeta. O termo resiliência abrange, mas não se limita, a sistemas alimentares resilientes, meios de subsistência resilientes e sistemas naturais resilientes, como a biodiversidade.

BLENDED FINANCE PARA O CLIMA – Utilização de estruturas de *Blended Finance* para viabilizar investimentos do setor privado em transações que visam explicitamente combater e/ou responder aos efeitos das mudanças climáticas em países em desenvolvimento.

FINANCIAMENTO PARA MITIGAÇÃO CLIMÁTICA

– O financiamento para mitigação climática são os investimentos direcionados explicitamente à limitação do nível atual de emissões de gases de efeito estufa (GEE) produzidas pela atividade humana a fim de reduzir as consequências futuras das mudanças climáticas. Também envolve investir na remoção de GEE da atmosfera por meio de métodos de sequestro de carbono.

CAPITAL CONCESSIONAL – Recursos fornecidos em condições mais favoráveis do que as mercado e que, compondo uma estrutura de capital mais ampla, reduzem o custo total do empréstimo para o mutuário e/ou fornecem proteção adicional contra possíveis perdas para investidores mais sêniores (se estes estiverem em uma posição de primeira perda). O capital concessional pode ser fornecido por meio de uma variedade de instrumentos financeiros, incluindo dívida, equity, financiamento de subsídios e capital mezanino.

FINANÇAS DE CONSERVAÇÃO – Investimento direcionado para o apoio e gestão de sistemas naturais, incluindo terra, água, ar e recursos naturais. A conservação financeira difere do financiamento para adaptação climática pois também pode produzir resultados de mitigação climática e tem como alvo exclusivamente o capital natural. O financiamento para adaptação climática inclui o direcionamento de sistemas humanos impactados pelas mudanças climáticas.

SWAP CAMBIAL – Duas partes concordam em trocar os pagamentos de principal/juros de um empréstimo em uma moeda por um empréstimo equivalente em outra moeda. Investidores/tomadores de empréstimos utilizam swaps de moedas para proteger (pelo menos parcialmente) sua exposição ao risco cambial.

GASES DE EFEITO ESTUFA (GEES) – Gases produzidos tanto como resultado da atividade humana quanto de ocorrências naturais que, retidos na atmosfera, aumentam a temperatura do planeta. Os principais Gases de Efeito Estufa (GEEs) incluem dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, vapor d'água e gases fluorados (sintéticos).

PARCERIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA (NA SIGLA EM INGLÊS, JETP) – Mecanismo projetado para financiar em grande escala mercados emergentes em seus processos de descarbonização do setor de energia (levando em consideração suas prioridades de desenvolvimento doméstico.) O financiamento para Parcerias de Transição Energética Justa (JETPs) é liderado por recursos públicos do Grupo de Parceiros Internacionais (IPG), formado por governos doadores (principalmente os de economias avançadas) e conta com a mobilização de capital do setor privado. Até o momento, JETPs foram anunciadas para a África do Sul, Índia, Indonésia, Senegal e Vietnã.

TRANSIÇÃO EQUITATIVA - Esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em mercados emergentes e economias em desenvolvimento preocupados em garantir transições equitativas rumo a economias mais verdes.

TAXAS DE ALAVANCAGEM – A proporção entre o capital concessional (em condições mais favoráveis que as do mercado) e todo o capital comercial (preço de mercado) em uma transação financeira. O capital comercial inclui capital de fontes privadas, públicas e filantrópicas.

BLENDED FINANCE PARA MITIGAÇÃO – O uso de estruturas de *Blended Finance* para a viabilização de investimentos do setor privado em transações de mitigação climática nos países em desenvolvimento.

TAXA DE MOBILIZAÇÃO – A proporção entre o capital concessional (abaixo do preço de mercado) e o capital comercial proveniente apenas de fontes do setor privado.

MATRIZ ENERGÉTICA NACIONAL – A matriz energética de um país refere-se à composição

de todas as fontes primárias de energia a partir das quais são produzidas suas fontes de energia secundárias, como eletricidade. Isso inclui tanto fontes renováveis quanto não renováveis. A matriz energética é distinta da matriz de geração de energia, que se preocupa apenas com as fontes utilizadas na produção de eletricidade.

CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (NDCS) – As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) são os compromissos específicos de cada país para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e/ou adaptar-se aos efeitos das mudanças climáticas, conforme exigido por todas as partes do Acordo de Paris. Essas contribuições também representam o compromisso coletivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. As NDCs devem definir como as metas serão alcançadas, esboçar como o progresso em direção aos objetivos será monitorado e verificado, e devem ser atualizadas pelo país em um ciclo de cinco anos.

CAPITAL NATURAL – Os estoques planetários de água, ar, terra, e recursos renováveis (vento, energia solar, árvores) e recursos não renováveis (depósitos minerais). O termo conecta o conceito econômico de capital (recursos, bens ou serviços que são utilizados para a criação de outros recursos, bens ou serviços) ao ambiente natural. Certos ativos naturais fornecem benefícios, fluindo livremente para promover e/ou permitir a atividade humana. Esses tipos específicos de capital natural são chamados de serviços ecossistêmicos.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA – Esforços para proteger, gerenciar e/ou reabilitar ecossistemas que podem auxiliar na abordagem de desafios sociais, como insegurança alimentar, vulnerabilidade às mudanças climáticas e saúde humana. Soluções baseadas na natureza têm como base o conceito de que ativos naturais saudáveis são essenciais tanto para o funcionamento de ecossistemas naturais quanto para o desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando benefícios compartilhados para sistemas modificados ou construídos pelo ser humano.

NET ZERO – O estado em que a quantidade de gases de efeito estufa emitidos na atmosfera é igual à quantidade de gases de efeito estufa sendo removidos da atmosfera. Alcançar o carbono global líquido zero de forma efetiva interrompe o processo de aquecimento progressivo do planeta. Compromissos de carbono líquido zero são feitos em diferentes níveis de granularidade econômica (nível supranacional, soberano, setorial ou empresarial.) Net Zero refere-se à Emissões Líquidas Zero e difere de Emissões Absolutas Zero; esta última se refere à completa cessação da emissão de gases de efeito estufa. O Cenário de Emissão Líquida Zero (NZE) é um modelo proposto pela Agência Internacional de Energia que delinea

os requisitos de investimento em tecnologias de baixa emissão e redução de emissões para atingir o Net Zero de CO2 até 2050. Sob este framework, economias desenvolvidas atingem o Net Zero até 2045, a China até 2050 e economias emergentes após 2050.

ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO (NA SIGLA EM INGLÊS, SIDS)

- Um grupo de 58 países em desenvolvimento que enfrentam vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais únicas. Eles são especialmente vulneráveis a desastres naturais e aos impactos das mudanças climáticas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A edição deste ano do *State of Blended Finance* mais uma vez se concentra no clima. As mudanças climáticas continuam sendo o centro do mercado de *Blended Finance* e, de maneira geral, do próprio desenvolvimento sustentável. Os fluxos oficiais para países de baixa e média renda, incluindo a assistência oficial para o desenvolvimento (ODA), estão cada vez mais voltados para objetivos climáticos. Em 2020, [um terço da ODA bilateral dos países do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento \(DAC\) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\)](#) foi destinado para essa temática; para os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), a parcela foi de quase um quarto. No entanto, em [2021](#), apenas 27,6% da ODA bilateral alocável buscou objetivos climáticos, voltando às tendências observadas entre 2015-2019. Embora os números agregados de ODA tenham aumentado em 59%, com os [provedores](#) relatando mais de US\$ 83 bilhões em financiamento climático anual em direção à meta de US\$ 100 bilhões desde 2013, o investimento privado mobilizado pela assistência oficial para o desenvolvimento no clima é, em média, menor do que antes do Acordo de Paris de 2015. A queda reflete os desafios no mercado de *Blended Finance* como um todo em 2022, que viu uma queda de 45% no volume de transações e uma redução de 55% no *Blended Finance* para o clima.

Um [relatório](#) de 2021 da Agência Internacional de Energia (IEA) projeta que mais de US\$ 1 trilhão por ano precisará ser investido em mercados emergentes até 2030 para levá-los em direção às emissões líquidas zero até 2050. E, quando se consideram os custos de adaptação, esse valor provavelmente é muito maior. Por si só, os mercados emergentes não conseguem atender às necessidades de investimento, especialmente em meio ao cenário macroeconômico complexo e em constante mudança. No entanto, o fluxo atual de fundos públicos e privados permanece inadequado.

Escalonar e alcançar o financiamento climático é a principal prioridade; para tanto, as discussões sobre o aumento do financiamento climático devem ser

acompanhadas de tentativas para melhorar sua qualidade, especialmente nos mercados emergentes. Deve haver foco e responsabilidade crescentes sobre como o financiamento climático é programado e dispersado nos países em desenvolvimento. Caso contrário, discussões centradas unicamente na quantidade podem se mostrar infrutíferas. De fato, existem muitos obstáculos institucionais nas regiões em desenvolvimento, como sistemas regulatórios deficientes e instáveis, políticas e leis de apoio à transição ineficientes e planejamento governamental ineficaz, incapaz de criar caminhos para parcerias de financiamento com stakeholders interessados. Essas são algumas das causas fundamentais que explicam o risco país para o qual novas reformas estão em andamento.

Reconhecendo os desafios mencionados e considerando as tendências apresentadas acima, é evidente que:

- 1 a mobilização de investimentos privados deve ser priorizada como um objetivo explícito do financiamento para o desenvolvimento e deve ser defendida pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) dentro de seus modelos operacionais e
- 2 o capital concessional escasso deve ser usado de forma eficiente e criteriosa para maximizar sua alavancagem.

Além da priorização, uma compreensão mais profunda de como os mecanismos e soluções de *Blended Finance* para o clima podem ser aplicados e projetados em escalas locais, nacionais e regionais também pode contribuir para aumentar a resiliência às mudanças climáticas extremas e às incertezas.

À medida que os mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs) lidam com o duplo desafio de buscar um desenvolvimento rápido e fazer a transição para economias de baixo carbono, mecanismos de financiamento inovadores como o *Blended Finance* se tornaram mais relevantes. O relatório, portanto, destaca transações de *Blended*

Finance que buscam resultados de mitigação e adaptação ao clima em EMDEs, examinando aplicações práticas e impactos.

Na **PARTE I** do relatório, dados e insights sobre *Blended Finance* fornecem uma visão geral do mercado com uma retrospectiva do relatório do ano passado e uma avaliação dos desafios atuais, impactos macroeconômicos e choques exógenos que igualmente moldaram o mercado de financiamento climático em geral e o mercado de *Blended Finance* relacionado ao clima. Esta seção também revisa quedas recentes nos investimentos sustentáveis e aponta oportunidades específicas onde o *Blended Finance* pode servir como um mecanismo ativo para responder aos desafios globais que afetam adversamente os fluxos de financiamento.

Nas **PARTES II e III**, são apresentados dados climáticos, tendências de transações e tendências de investidores. As tendências de *Blended Finance* para o clima são analisadas por meio de três perspectivas:

- 1 *Blended Finance* para mitigação;
- 2 *Blended Finance* para adaptação; e
- 3 *Blended Finance* híbrida.

Eles são ainda detalhados por tipo de veículo, região geográfica e país, nível de renda do país, destinatários, alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), arquétipos e instrumentos. As tendências de investidores se concentram na atividade e no tipo de investidor e incorporam as perspectivas das partes interessadas dos principais

participantes do mercado que se envolvem com *Blended Finance* para o clima.

A **PARTE IV** fornece uma análise comparativa das transações de *Blended Finance* para mitigação e *Blended Finance* para adaptação, analisando e contrastando tipos de transações e investidores, abordando desafios fundamentais e barreiras para catalisar capital privado e revelando soluções, oportunidades e casos de negócios viáveis para a expansão. Soluções Baseadas na Natureza são destacadas, juntamente com os desafios e oportunidades do financiamento associado. A disparidade entre o *Blended Finance* para mitigação e o *Blended Finance* para adaptação é explorada ainda mais por meio de entrevistas em que stakeholders conversam com especialistas no campo.

A **PARTE V** explora as diferentes plataformas nacionais que fazem uso do *Blended Finance* para o clima e avalia as Parcerias da Transição de Energia Justa (JETPs) como um modelo de parceria para mobilizar *Blended Finance* para o clima. As JETPs são analisadas e comparadas por meio de entrevistas com partes interessadas que identificam pontos fortes, desafios, oportunidades e recomendações.

As **PARTES VI e VII** destacam áreas-chave onde o *Blended Finance* pode contribuir e oferecem recomendações específicas sobre seu papel na promoção de investimentos privados em larga escala, ao mesmo tempo em que identifica as arquiteturas mais apropriadas para as regiões em desenvolvimento.



ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DESTES ANO INCLUEM AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

- Apesar de capturar um número semelhante de transações em 2022 se comparado ao mercado *Blended Finance* como um todo no ano de 2021, a Convergence constatou que o volume total de transações diminuiu aproximadamente 45% em 2022 e cerca de 55% no *Blended Finance* para o clima, atingindo o nível mais baixo em dez anos em termos de financiamento total. Essas tendências são sintomáticas e revelam os desafios macroeconômicos aos quais os fluxos de financiamento para EMDEs estão submetidos, dentre os quais pressões inflacionárias, crescentes dívidas e instabilidades geopolíticas.
- As transações de *Blended Finance* para o clima representaram menos de 40% de todas as transações de *Blended Finance* em 2022, uma queda de 10% em comparação com cada um dos cinco anos anteriores, nos quais as transações focadas no clima representavam 50% ou mais do número total de transações anuais.
- As transações de *Blended Finance* para o clima têm sido concentradas na África Subsaariana (48% das transações entre 2020-2022), seguida pela América Latina e Caribe (24%). A proporção de transações focadas na África Subsaariana cresceu 14 pontos percentuais entre 2017-2019 e 2020-2022, representando um aumento absoluto de quase 90%.
- Um pouco mais da metade dos compromissos com transações de *Blended Finance* para o clima entre 2020-2022 vieram de investidores do setor público. As agências de desenvolvimento compuseram uma parcela crescente da atividade do setor público, representando 49% dos compromissos em 2020-2022 e se tornando, cada vez mais, os principais fornecedores de capital concessional.
- Desde 2017, a Convergence capturou US\$ 12,9 bilhões de investimento comprometido em transações de *Blended Finance* para o clima via investidores comerciais. No entanto, os fluxos de financiamento do setor privado estão em declínio, passando de US\$ 7,13 bilhões entre 2017-2019 para US\$ 5,87 bilhões entre 2020-2022.
- O *Blended Finance* de adaptação continua a ser sub-representado, com apenas 15% dos acordos desde 2013 tendo um enfoque puramente na adaptação. Isso equivale a US\$ 7,5 bilhões em financiamento total, em comparação com US\$ 64,2 bilhões para mitigação pura e US\$ 18,5 bilhões para transações híbridas.
- Transações híbridas, que abordam tanto metas de mitigação climática quanto de adaptação, representam oportunidade para o setor privado investir a partir de uma abordagem de adaptação; 45% dos investimentos institucionais em financiamento climático são em soluções híbridas, em comparação com 35% em mitigação e 20% em adaptação.

ONDE O BLENDED FINANCE PODE CONTRIBUIR?

Dadas as tendências mencionadas acima, os níveis de *Blended Finance* precisarão aumentar de forma exponencial se desejamos contribuir significativamente para preencher a lacuna de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Nesse sentido, este relatório identifica várias áreas-chave onde o

Blended Finance pode atuar direta e imediatamente para mobilizar investimentos do setor privado em prol do clima.

- 2 **Financiamento de Adaptação:** Se a comunidade de financiamento climático ampliar eficazmente a taxonomia da adaptação, os financiadores concessionais podem custear os

benefícios da adaptação que, de outra forma, não seriam monetizáveis, mobilizando assim investimentos privados.

- 2 **Risco Cambial:** O *Blended Finance* pode abordar diretamente os riscos cambiais em mercados voláteis e de juros elevados, combinando estrategicamente capital público e privado. Essa mitigação de riscos pode abrir efetivamente as portas para um envolvimento substancialmente maior de investidores institucionais privados avessos a riscos em projetos climáticos de mercados emergentes.
- 3 **Parcerias em Níveis Nacionais:** Como abordagem estrutural, o *Blended Finance* coloca as partes em funções específicas que se alinham com seus mandatos. Conceitualmente, o *Blended Finance* pode moldar o design de parcerias em nível nacional por meio de sua própria linguagem para identificar os papéis, requisitos e motivações de cada parte interessada.
- 4 **Assistência Técnica:** A provisão de assistência técnica (TA) por meio de estruturação de *Blended Finance* pode oferecer suporte a vários aspectos

de projetos climáticos, incluindo o reforço de capacidades, a facilitação de monitoramento e relatórios, e o apoio ao ambiente favorável a investimentos climáticos.

- 5 **Reduzir os Custos de Financiamento para Investidores Privados:** Por meio da criação de Bancos Verdes Nacionais, por exemplo, o *Blended Finance* pode ajudar a reduzir o custo de capital por meio de aprimoramentos de crédito, garantias de empréstimos e empréstimos concessionais para financiamento de projetos climáticos.
- 6 **Descomissionamento de Usinas a Carvão:** O *Blended Finance* é uma ferramenta fundamental para facilitar o financiamento de transições e iniciativas de descomissionamento, que frequentemente requerem uma abordagem financeira sutil devido aos seus custos e complexidades. Em particular, o uso de financiamento público para gerenciar programas de desativação e a incorporação de créditos de carbono em transações de energias renováveis (como instrumento de financiamento complementar em uma estrutura mista) é uma abordagem viável.

RECOMENDAÇÕES

Este relatório identifica recomendações-chave para aumentar as transações de *Blended Finance* para o clima e mobilizar o capital do setor privado para projetos climáticos em Economias de Mercados em Desenvolvimento (EMDEs):

- 1 As instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento (MDBs) e instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs) devem integrar indicadores-chave de desempenho (KPIs) relacionados ao clima e à mobilização do setor privado em seus modelos operacionais e dar prioridade aos dados e à análise.
- 2 Navegar pelos Riscos não Financeiros e Dependências Políticas: Será crucial desenvolver estratégias para lidar com riscos não financeiros e dependências políticas a fim de otimizar o potencial do *Blended Finance*.
- 3 Incorporação do Capital Filantrópico: O capital filantrópico deve ser incorporado e integrado ao *Blended Finance* como uma fonte viável de fundos catalíticos.
- 4 Empoderamento de Países de Renda Baixa e Média: Países de renda baixa e média devem ser capacitados a liderar abordagens de base para plataformas de financiamento em nível nacional. Isso implica permitir que esses países desenvolvam suas próprias estratégias e plataformas de financiamento para projetos climáticos.



INTRODUÇÃO

O financiamento climático encontra-se em um momento crítico. Embora os fluxos de financiamento climático globais tenham crescido de forma consistente na última década, eles ainda estão muito aquém do necessário para atingir os objetivos do Acordo de Paris¹. Um [estudo](#) recente estima que alcançar a neutralidade de carbono exigirá mais de US\$ 6 trilhões de financiamento climático anualmente entre agora e 2030 e mais de US\$ 7 trilhões até 2050 - um total de quase US\$ 200 trilhões. No entanto, espera-se que o financiamento climático global atual ultrapasse a marca de US\$ 1 trilhão pela primeira vez em 2022.

Apesar da necessidade premente de ações climáticas ambiciosas, as tendências recentes indicam que o financiamento público para o clima, embora em crescimento, tem visto sua taxa geral de crescimento diminuir, os volumes de financiamento privado para o clima encolherem e, mais especificamente, o financiamento via *Blended Finance* para o clima regredir. Em particular, os fluxos de *Blended Finance*

para o clima agregado de investidores do setor privado diminuiram, assim como o financiamento de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) para mitigação e adaptação climática. Essa trajetória preocupante destaca a urgência de aumentar o capital concessional de doadores e fontes filantrópicas para atrair os trilhões de investimentos comerciais necessários para direcionar o planeta em direção a emissões líquidas zero.

A dura realidade é que o *Blended Finance* para o clima atualmente opera muito aquém do necessário para atender às metas climáticas globais. Em teoria, há capital privado abundante pronto para ser mobilizado para a transição climática. No entanto, os desafiantes cenários de investimento em muitos mercados emergentes revelam uma dura verdade: sem compartilhamento aprimorado de riscos e uma maior disposição do setor público em suportar possíveis perdas, fluxos significativos de capital privado para

¹ Na COP15, em 2009, os países desenvolvidos comprometeram-se com um objetivo coletivo de mobilizar 100 mil milhões de dólares por ano até 2020 para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento.

essas regiões continuam sendo difíceis de alcançar. Os incentivos atuais para atrair capital privado estão se mostrando lentos e desproporcionais em relação à escala e à urgência da crise. As mudanças climáticas não vão esperar enquanto os países em desenvolvimento realizam reformas institucionais ou alcançam o almejado status de investimento de qualidade. Embora essas reformas sistêmicas tenham mérito, a meta imediata de reduzir as emissões pela metade em uma década exige ação imediata e decisiva dentro dos atuais quadros dos países em desenvolvimento. À medida que a janela de oportunidade se estreita, cabe aos financiadores públicos catalisar com urgência estruturas de *Blended Finance* capazes de absorver os riscos que impedem a participação do setor privado.

Nesse sentido, em um relatório recente sobre o financiamento da transição para emissões líquidas zero em mercados emergentes, a BlackRock afirma que os subsídios públicos e o financiamento equivalente a subsídios têm sido demasiadamente direcionados para o financiamento de projetos individuais ao invés de serem usados para mitigar riscos de forma mais ampla (e, por conseguinte, atrair investimentos privados.) Para mobilizar eficazmente volumes significativos de capital privado, um volume substancial de recursos públicos deve ser estrategicamente alocado para que os riscos no nível das instalações sejam reduzidos.

“O caminho a seguir envolve a **promoção de parcerias** entre governos, instituições financeiras internacionais, entidades filantrópicas e participantes do setor privado...”

A Convergence estima que, para mobilizar investimento privado suficiente para que os países em desenvolvimento atinjam as emissões líquidas zero, serão necessários mais de 500 mil milhões de dólares em capital concessional até 2035, só no setor da energia; os fluxos concessionais para acordos de *Blended Finance* para o clima, no entanto, estão desde

2017 estagnados, mostrando poucos sinais de uma trajetória ascendente. Esta estagnação representa uma grave ameaça aos esforços de mitigação e adaptação nos mercados emergentes. À medida que o aumento das taxas de juro aperta o controle sobre os empréstimos dos bancos comerciais, cresce a pressão sobre os projetos de mitigação; inerentemente sobrecarregados por riscos percebidos e retornos diminuídos, os acordos de adaptação lutam para atrair capital comercial.

Na equação do financiamento climático, o setor privado continua a ser um ator crítico. É imperativo que os bancos comerciais, os investidores institucionais, as empresas e outros investidores privados se comprometam e alinhem, com urgência, os seus investimentos com as crescentes necessidades globais de financiamento climático. Ao alavancar instrumentos como garantias e TA para reduzir o risco de transações, o *Blended Finance* pode servir como mecanismo para atrair investimento privado; a escassez crônica de capital concessional, contudo, continua a ser um obstáculo relevante.

Além disso, a importância do financiamento nos níveis nacionais não pode ser exagerada quando se traça o rumo para o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática. Os EMDEs suportam frequentemente o peso dos impactos das alterações climáticas, mas o seu acesso às vastas reservas de capital do setor privado permanece limitado. Aqui, nestas regiões, a necessidade de descobrir a arquitetura adequada de *Blended Finance* torna-se primordial. A combinação de capital público e privado, estrategicamente adaptado aos contextos e perfis de risco locais, pode funcionar como um poderoso catalisador para impulsionar os investimentos necessários em grande escala. No entanto, para aproveitar este potencial, é fundamental estruturar instrumentos financeiros personalizados e estratégias de mitigação de riscos alinhadas aos desafios e oportunidades únicos que caracterizam estas economias em desenvolvimento.

O caminho a ser seguido envolve a promoção de parcerias entre governos, instituições financeiras internacionais, entidades filantrópicas e intervenientes do setor privado para se estabelecer um ecossistema financeiro resiliente e canalizador de recursos para os objetivos climáticos e de desenvolvimento mais prementes.

SOBRE O BLENDED FINANCE

O *Blended Finance* utiliza capital catalítico de fontes públicas ou filantrópicas para aumentar o investimento do setor privado nos países em desenvolvimento a fim de concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas climáticas. O *Blended Finance* permite que organizações com objetivos diferentes invistam lado a lado e, ao mesmo tempo, alcancem os seus próprios objetivos (seja retorno financeiro, impacto social/ambiental ou uma combinação de ambos).

As principais barreiras ao investimento para investidores privados abordadas pelo *Blended Finance* são:

- 1 alto risco (percebido e real) e
- 2 retornos fracos, considerando o risco, em relação a investimentos comparáveis.

O *Blended Finance* cria oportunidades de investimento de impacto nos países em desenvolvimento.

O *Blended Finance* é uma abordagem estruturante, e não uma abordagem de investimento, instrumento ou solução final.

A Figura 1 destaca quatro estruturas comuns do *Blended Finance*:

- 1 Os investidores públicos ou filantrópicos fornecem fundos em condições inferiores às do mercado (no que diz respeito à estrutura de capital para reduzir o custo global ou para fornecer uma camada adicional de proteção aos investidores privados.)
- 2 Os investidores públicos ou filantrópicos proporcionam reforço de crédito através de garantias ou seguros em condições abaixo do mercado.
- 3 A transação está associada a um mecanismo de AT financiado por subvenções que pode ser utilizado antes ou depois do investimento para reforçar sua viabilidade comercial e seu impacto.
- 4 A concessão ou preparação da transação é financiada por subvenções (incluindo subvenções para preparação de projetos ou fase de concessão).

Figura 1: Mecânicas e estruturas de *Blended Finance* típicas





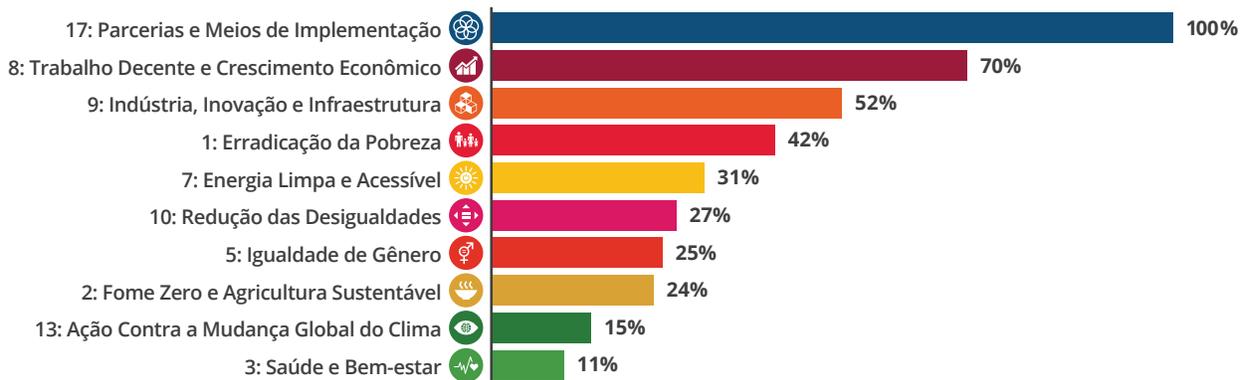
O capital concessional e as garantias ou seguros de risco são utilizados pelo setor público ou filantrópico para criar oportunidades de investimento com perfis de risco-retorno aceitáveis para o setor privado,

- 1 realizar o processo de de-risking do investimento ou
- 2 melhorar o perfil de risco-retorno para alinhá-lo com o mercado de capitais

O financiamento concessional inclui cenários onde o financiador público ou filantrópico assume um perfil de risco mais elevado para uma taxa de retorno igual ou inferior. As subvenções na fase de concessão não são investimentos diretos na estrutura de capital, mas melhoram a probabilidade de uma transação alcançar a bancabilidade e o fechamento financeiro; da mesma forma, os fundos de TA operam fora da estrutura de capital para aumentar a viabilidade do empreendimento e melhorar a medição do impacto.

É importante notar que o *Blended Finance* pode abordar um subconjunto de metas dos ODS que são passíveis de investimento ou estão em vias de ser investidas. De acordo com uma análise realizada pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN, uma iniciativa global da ONU), aproximadamente metade do financiamento necessário para alcançar os ODS nos países em desenvolvimento pode ser na forma de investimento. Por exemplo, o *Blended Finance* está altamente alinhado com objetivos como o Objetivo 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e o Objetivo 13 (Ação Climática), embora menos alinhado com os ODS como o Objetivo 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes). Além disso, as tendências emergentes sugerem que o *Blended Finance* é fundamental para criar um caminho para investimento em modelos de negócios de Soluções Baseadas na Natureza (SbN), abordando os ODS climáticos subcapitalizados (Objetivo 14 (Vida Abaixo da Água) e Objetivo 15 (Vida Terrestre)).

Figura 2: Alinhamento entre as transações de *Blended Finance* e os ODS



METODOLOGIA E VISÃO GERAL DO RELATÓRIO

O State of *Blended Finance* é o relatório anual da Convergence sobre tendências, oportunidades e desafios da área. A edição de 2023 fornece uma análise atualizada do mercado e segue a edição de 2022 com o foco temático no clima. O relatório baseia-se nos esforços contínuos de recolhimento de dados e informações por parte da Convergence, bem como na contribuição das suas 165 instituições membros da Convergence e de outras partes interessadas.

A Convergence organiza e mantém o maior e mais detalhado banco de dados de transações históricas de *Blended Finance* para ajudar a construir uma base de evidências sobre esse tipo de financiamento. Devido ao estado atual de relatórios e compartilhamento de informações, não é possível que esse banco de dados seja totalmente abrangente; ainda assim, é o melhor repositório global para entender a escala e as tendências do Blended. A Convergence continua a expandir esse banco de dados para obter insights mais precisos sobre o mercado e dissemina essas informações para as comunidades de desenvolvimento e finanças, visando melhorar a eficiência e eficácia do *Blended Finance* na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Todos os dados neste relatório refletem os esforços de coleta da Convergence até 31 de dezembro de 2022. As informações são coletadas a partir de i) fontes públicas credíveis, como comunicados

à imprensa, ii) acordos de compartilhamento de informações com principais agregadores de dados como a OCDE, e iii) exercícios de validação de dados com membros e parceiros da Convergence.

Para ser incluído no banco de dados da Convergence, um acordo deve atender a três critérios principais:

- 1 A transação atrai a participação financeira de um ou mais investidores do setor privado.
- 2 A transação utiliza fundos catalíticos de uma (ou mais) das seguintes fontes:
 - Investidores públicos ou filantrópicos fornecem capital concessional assumindo riscos com retornos abaixo do mercado a fim de mobilizar investimentos privados; também podem fornecer garantias ou outros instrumentos de mitigação de riscos.
 - O design ou preparação da transação é financiado por meio de doações.
 - A transação está associada a uma instalação de assistência técnica (por exemplo, para capacitação antes ou após o investimento).
- 3 A transação tem como objetivo criar impacto no desenvolvimento relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em países em desenvolvimento.

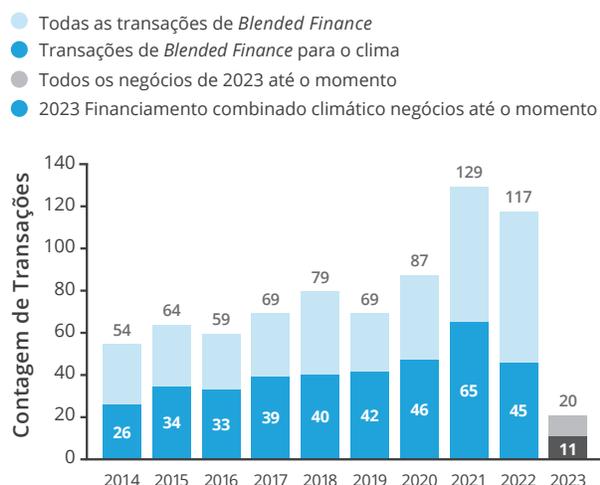


PARTE I:
**VISÃO GERAL
DO MERCADO**

PARTE I: VISÃO GERAL DO MERCADO

PANORAMA DO MERCADO DE BLENDED FINANCE

Figura 3: Número de transações, mercado total de *Blended Finance* versus mercado de *Blended Finance* para o clima, 2014 - outubro de 2023

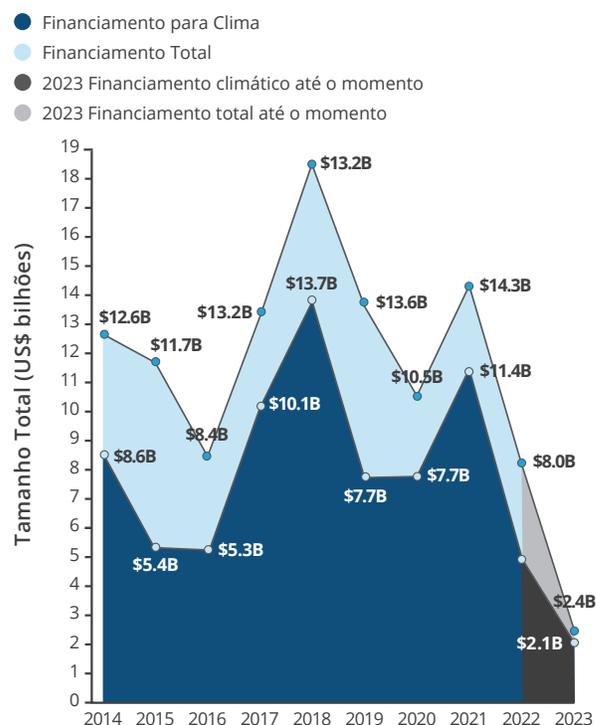


Em 2022, a Convergence lançou sua primeira edição focada em clima do [State of Blended Finance](#)² A edição deste ano mais uma vez concentra-se no componente central desse mercado, conhecido como *Blended Finance* para o clima — transações que buscam gerar resultados positivos na luta contra as mudanças climáticas em países em desenvolvimento.

Este relatório se baseia no Banco de Dados de Transações Históricas (HDD) da Convergence, o banco de dados mais abrangente de transações de *Blended Finance* financeiramente fechadas no mercado. Nosso HDD é composto por mais de 1000 transações, das quais 485 têm foco no clima. O valor agregado das transações totaliza US\$ 198 bilhões, sendo que as transações de *Blended Finance* para o clima representam 55%, ou US\$ 109 bilhões, do tamanho total do mercado.

Ao longo da última década, esse mercado teve uma média de 77 acordos por ano, dos quais 41 voltados para resultados climáticos. Nos últimos dez anos, o volume médio anual de financiamento para o mercado geral totalizou US\$ 14 bilhões, enquanto o volume médio de financiamento para transações de *Blended Finance* para o clima é de US\$ 7,69 bilhões. Uma análise mais detalhada do amplo mercado de *Blended Finance*, em suas várias dimensões de dados, pode ser encontrada no [site da Convergence](#).

Figura 4: Volume total anual agregado de transações, mercado total de *Blended Finance* versus mercado de *Blended Finance* para o clima, 2014 - outubro de 2023



² As transações foram consideradas com foco no clima primeiro com base na sua conformidade com alguns ODS selecionados: ODS 2 (Fome Zero), ODS 7 (Energia Limpa), ODS 11 (Cidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre). Em segundo lugar, foram verificadas manualmente pela Convergence para garantir evidências explícitas de resultados climáticos. O ODS 2 foi adicionado como um filtro para o relatório deste ano. A conformidade com os ODS é verificada e atribuída às transações no Banco de Dados de Transações Históricas pela Convergence durante as atividades de busca de acordos. Esse processo inclui tanto a avaliação da autoatribuição de ODS às transações pelos patrocinadores e investidores quanto pesquisas adicionais realizadas pela Convergence.

Em geral, a Convergence capturou mais de 6800 compromissos financeiros para transações de *Blended Finance*, concedidos por 1800 investidores únicos. Cerca de 1000, ou 55% dos investidores, fizeram pelo menos um compromisso com uma transação *Blended Finance* para o clima, totalizando mais de 3200 compromissos no total. O tamanho médio geral do investimento para acordos *Blended Finance* atualmente é de \$22 milhões (passando para \$30 milhões quando isolamos transações de *Blended Finance* para o clima.)

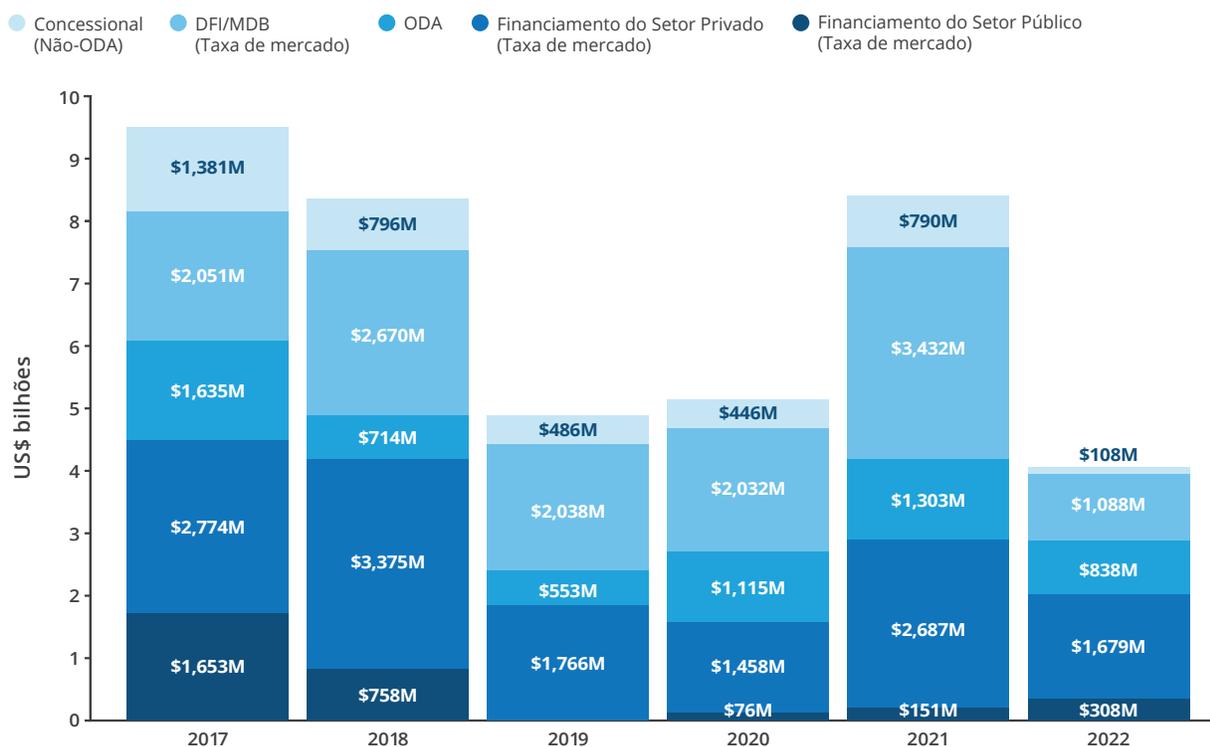
Apesar de capturar um número semelhante de acordos em 2022 em comparação com 2021, a Convergence descobriu que o volume total de acordos diminuiu aproximadamente 45% em 2022,

e cerca de 55% no *Blended Finance* para o clima, atingindo o menor nível em financiamento total em uma década. Além disso, as transações de *Blended Finance* para o clima representaram menos de 40% de todos os acordos em 2022, enquanto nos últimos cinco anos as transações com foco no clima representaram 50% ou mais do número total de acordos anuais.

A Convergence continua a pesquisar o fluxo de acordos para o ano atual. Os totais preliminares para 2023 são de 20 transações, das quais 11 incorporam o foco no clima, e um financiamento agregado de \$2,4 bilhões no total, com 96% ou \$2,3 bilhões direcionados para o *Blended Finance* para o clima.

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA TRANSAÇÕES BLENDED FINANCE PARA O CLIMA

Figura 5: Fontes de financiamento para transações *Blended Finance* para o clima, 2017-2022



Com base nos montantes de investimento capturados pela Convergence de 2017 a 2022, os investidores do setor privado são a principal fonte de capital para transações de *Blended Finance* para o clima em termos de volume. O setor privado investiu uma média de \$2,3 bilhões em capital comercial em

transações de *Blended Finance* para o clima. Isso é esperado, uma vez que, por definição, transações *Blended* devem incluir a participação de pelo menos um investidor do setor privado em termos de mercado. No entanto, os totais de financiamento climático do setor privado atingiram um platô. Os

fluxos de financiamento agregados dos investidores do setor privado diminuíram 45% de 2020 a 2022 em relação aos totais registrados entre 2017 e 2019.

Além disso, a Convergence observou que o financiamento dos DFIs e MDBs diminuiu em 3% ao longo dos dois períodos. Uma consideração importante não é apenas o aumento dos fluxos de financiamento, mas também a taxa de aumento. O Climate Policy Initiative (CPI), uma organização de consultoria financiada por doadores que aborda os fluxos globais de capital para o financiamento climático (abordando tanto mercados emergentes quanto desenvolvidos), constata que, embora o financiamento climático tenha aumentado, o crescimento do financiamento privado desacelerou nos últimos anos. Como compartilhado com a Convergence:

“Os fluxos de investimento privado e público aumentaram. Os fluxos anuais de financiamento climático ultrapassaram a marca de US\$ 1 trilhão pela primeira vez em 2021. Mas o crescimento não pode mais ser incremental. O CPI constatou que o financiamento climático aumentou a uma taxa média anual de crescimento (CAGR) de 7% ao ano entre 2011-2020, mas o financiamento climático deve aumentar 20% a cada ano para se manter dentro da faixa da meta de 1,5°C e evitar os piores impactos do cenário de aquecimento global.”

De acordo com um [relatório](#) recente do CPI, espera-se que o financiamento privado continue a crescer, pois os 30 maiores bancos comerciais globais comprometeram cumulativamente um financiamento climático anual de US\$ 870 bilhões em 2023, um aumento em relação aos US\$ 600 bilhões comprometidos em 2021. Por outro lado, o crescimento recente no financiamento público pode estar indo na direção oposta, pois apenas seis dos 27 maiores DFIs nacionais e bilaterais estabeleceram metas específicas de investimento climático.

Os DFIs e MDBs também são fornecedores relevantes de capital para *Blended Finance* para o clima, com a grande maioria do investimento sendo implementada em termos de mercado. De 2017 a 2022, DFIs / MDBs forneceram \$2,2 bilhões de capital comercial por ano para transações de *Blended Finance* para o clima.

Em termos de investimento concessional utilizado para mobilizar investimentos comerciais no mercado de *Blended Finance* para o clima, a ODA³ alocada pelos membros da OCDE DAC teve uma média de cerca de \$1,3 bilhão por ano de 2017 a 2022, enquanto o investimento concessional de fontes não-ODA (por exemplo, instrumentos concessivos de fontes filantrópicas e investidores de impacto) teve uma média de \$675 milhões por ano.

De forma crítica, o fornecimento de capital concessional para transações de *Blended Finance* para o clima tem estagnado desde 2017 (apenas um pequeno aumento de \$967 milhões por ano entre 2017-2019 para \$1,08 bilhão entre 2020-2022) e está muito aquém dos níveis necessários para atingir metas importantes de mobilização, como a recente estimativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de que são necessários [\\$6 trilhões em financiamento climático](#) para economias em desenvolvimento até 2030 para atingir apenas metade de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). A OCDE observou tendências semelhantes, [encontrando pouca mudança na proporção da concessão de ODA para investimentos relacionados ao clima](#) desde 2017, e a pesquisa do Grupo de Trabalho dos DFIs sobre Financiamento Concessional Misto observa que as alocações de DFIs para financiamento climático em taxas de mercado e concessional [não mostraram crescimento real desde 2019](#).

3 Os investimentos elegíveis para ODA incluem: investimentos concessionais de DFI/MDB derivados do capital realizado pelos acionistas do governo doador; conjuntos de capital (mecanismos, fundos) totalmente financiados por doadores e administrados por DFI/MDB numa base concessional; organizações multilaterais financiadas pelo governo doador (GuarantCo) ou fundos/mecanismos de investimento que investem numa base concessional (Fundo Verde para o Clima); e investimentos concessionais diretos dos governos doadores para transações financeiras mistas.

UM OLHAR PARA O RELATÓRIO DO ANO PASSADO

O Relatório do Estado do Financiamento Combinado de 2022 explorou extensivamente o cenário de *Blended Finance* com um foco temático particular em investimentos relacionados ao clima. Notavelmente, o relatório destacou que os investimentos orientados para o clima constituíam uma parcela substancial dos compromissos de *Blended Finance* nos últimos anos, representando dois terços desses compromissos. Além disso, enfatizou-se a crescente importância que os investidores privados atribuem ao financiamento climático, como evidenciado pelo aumento de seu compromisso com estratégias ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e alinhamento com objetivos de transição para uma economia de emissão zero. Apesar desse interesse crescente em metas de desenvolvimento alinhadas ao clima, o relatório trouxe um desafio crítico: a diminuição do fluxo de financiamento combinado para iniciativas climáticas. Embora o setor privado tenha demonstrado um apetite elevado por investimentos relacionados ao clima, especialmente aqueles alinhados com propósitos, ESG e finanças sustentáveis, ele geralmente mostrou relutância em investir em países em desenvolvimento e mercados emergentes. É aqui que o papel do *Blended Finance* se torna cada vez mais vital como uma ferramenta para mobilizar capital privado para oportunidades climáticas nessas regiões. O relatório destacou a necessidade de aumentar o suprimento de capital concessional e expandir o conhecimento em financiamento combinado de clima para atender à

crecente demanda por investimentos alinhados ao clima. Além disso, enfatizou os aumentos nos investimentos em adaptação climática, incluindo o crescimento positivo de investidores institucionais específicos de private equity e venture capital.

“...o relatório destacou que os investimentos voltados para o clima constituíram uma parcela substancial dos compromissos de financiamento combinado nos últimos anos...”

Embora o relatório de 2022 tenha fornecido insights valiosos sobre o cenário geral do financiamento combinado, a versão de 2023 ampliará o foco para explorar como capacitar as nações a navegar efetivamente por seus desafios de desenvolvimento e climáticos exclusivos. Ao dar maior ênfase às complexidades dos desafios e oportunidades em nível de países relacionados ao desenvolvimento de arquiteturas de financiamento combinado lideradas pelo país, a edição de 2023 tem como objetivo lançar luz sobre áreas e regiões propícias para o crescimento e desenvolvimentos positivos no financiamento combinado de clima.

O AMBIENTE MACROECONÔMICO

Os investimentos climáticos e as iniciativas de *Blended Finance* navegam por uma complexa teia de desafios no cenário macroeconômico global em constante evolução. Esses desafios, caracterizados por pressões inflacionárias, crescente endividamento e instabilidades geopolíticas, influenciam profundamente o fluxo de fundos de *Blended Finance* para o clima. O mundo, após enfrentar as crises entrelaçadas da pandemia de COVID-19, conflitos geopolíticos em escalada e desastres naturais, agora lida com uma reversão acentuada de décadas de progresso no desenvolvimento.

Com a inflação global atingindo o nível mais alto em [vinte anos, quase nove por cento em 2022](#), os bancos centrais iniciaram medidas agressivas de aperto monetário para conter as pressões inflacionárias do lado da demanda. No entanto, esse aperto rápido lançou uma sombra sobre o desenvolvimento.

Os efeitos secundários do aumento das taxas de juros desencadearam significativas saídas de capital e desvalorizações cambiais em países de baixa e média renda. Como resultado, as pressões sobre o balanço de pagamentos e as vulnerabilidades da dívida se intensificaram, [com quase 60% dos países de baixa](#)

renda já em situação de alto risco de endividamento,

o que contrasta fortemente com os 22 países em situação semelhante em 2015. Essas realidades, aliadas a uma perspectiva global de crescimento frágil e inflação persistente, têm alarmado os investidores, à medida que os perfis de risco das economias emergentes continuam a aumentar.

A invasão da Ucrânia pela Rússia exacerbou ainda mais as condições para investir em mercados emergentes. Disrupções nas cadeias de suprimentos ampliaram as pressões inflacionárias e diminuíram o poder de compra dos investimentos. Volatilidades de custos a curto prazo devido à guerra na Ucrânia resultaram em aumento dos custos de energia, retardando a transição energética na Ásia. Isso, somado à abundância de carvão no Sudeste Asiático, contribuiu para a continuação da geração de energia a partir do carvão. Além disso, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) teve que se concentrar em atender às necessidades humanitárias urgentes, como a segurança alimentar, desviando ainda mais fundos das intervenções climáticas. Para agravar esses desafios, muitas Economias de Mercados em Desenvolvimento (EMDEs) enfrentam a dura realidade de serem altamente vulneráveis às mudanças climáticas, sofrendo ameaças como eventos climáticos extremos e o aumento do nível do mar, que exigem investimentos significativos em resiliência climática

Taxas de Juros, Risco Cambial e Serviço da Dívida:

Em meio a esses desafios, os aumentos nas taxas de juros nas economias avançadas desempenham um papel fundamental na direção das correntes da aplicação do *Blended Finance* para o clima. Projetados para combater a inflação crescente, esses aumentos redirecionaram o capital transfronteiriço à medida que os investidores buscam ambientes mais estáveis com retornos competitivos, desviando recursos dos mercados mais arriscados em economias em desenvolvimento. Essa mudança ameaça criar crises de liquidez nesses países, potencialmente colocando em perigo o financiamento de projetos relacionados ao clima. Esse cenário expõe a vulnerabilidade do financiamento climático às decisões de

“A questão do aumento da dívida nas economias em desenvolvimento também surgiu como um impedimento macroeconômico para o financiamento combinado do clima.”

política monetária externa, ilustrando como o desenvolvimento macroeconômico pode se espalhar por fronteiras, tornando desafiadora a perspectiva de crescimento do financiamento para o clima.

A volatilidade nas taxas de câmbio (forex - FX) é um obstáculo adicional a ser enfrentado pelos financiadores climáticos. Esse fenômeno é particularmente notado à medida que o dólar americano se valoriza em relação às moedas de economias em desenvolvimento. Isso não apenas torna o empréstimo em moedas fortes mais caro, mas os perfis de pagamento, expressos em equivalentes de moeda local, se tornam imprevisíveis. Isso, por sua vez, aumenta o risco de crédito para as iniciativas de *Blended Finance* para o clima, uma vez que o risco elevado pode comprometer a viabilidade dos projetos e aumentar o risco geral de investimento.

A questão do aumento da dívida nas economias em desenvolvimento também surgiu como um impedimento macroeconômico para o *Blended Finance* financiar ações climáticas. À medida que esses países lidam com as repercussões econômicas da pandemia de COVID-19, eles se veem obrigados a alocar recursos significativos para esforços de socorro. O resultado tem sido um crescente ônus da dívida que tem sobrecarregado sua capacidade de investir em adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Essa situação fiscal deixou as economias em desenvolvimento em uma encruzilhada, já que muitas delas precisam priorizar a recuperação interna ou investimentos de longo prazo na adaptação às mudanças climáticas.

Preocupações Macroeconômicas para Economias Emergentes e em Desenvolvimento (EMDEs)

As EMDEs estão atualmente presas em um dilema fiscal, forçadas a lidar com múltiplas crises enquanto enfrentam compromissos climáticos de longo prazo. Alcançar seus objetivos, especialmente aqueles consagrados no Acordo de Paris, exige um aumento substancial nos gastos de capital. Os esforços de mitigação e adaptação climática, que demandam recursos financeiros significativos, requerem a transição para economias de baixo carbono, o fortalecimento da infraestrutura resiliente ao clima e a disseminação de práticas sustentáveis em diversos setores. Equilibrar as vulnerabilidades fiscais imediatas, cumprir os compromissos climáticos e garantir fundos para ações torna-se um desafio complexo. As EMDEs devem assegurar os recursos financeiros necessários e gerenciar sua dívida de forma sustentável, para que não entrem em um ciclo vicioso de crescimento fraco, dívida insustentável e austeridade.

“...Ao mitigar o risco do país e elevar as classificações de crédito, o **financiamento combinado** permite que os projetos em países **mais arriscados** se alinhem aos mandatos de grau de investimento dos investidores institucionais.”

Embora as condições financeiras globais tenham se aliviado no segundo semestre de 2023, os riscos globais à estabilidade financeira persistem. Os desafios macroeconômicos e choques exógenos enfrentados pelo *Blended Finance* de ações climáticas são diversos e multifacetados, o que destaca a necessidade imperativa de adotar estratégias robustas de mitigação de riscos e mecanismos de *Blended Finance* que

possam responder às realidades do cenário macroeconômico atual.

O *Blended Finance* sempre foi uma ferramenta para solucionar problemas globais em larga escala. No contexto específico do cenário macroeconômico atual, é excepcionalmente adequado para mitigar preocupações com risco país e risco cambial.

Risco País

Ao empregar instrumentos de aprimoramento de crédito, como garantias, o *Blended Finance* aborda as preocupações que muitas vezes afastam investidores privados de países de alto risco ou em desenvolvimento. As garantias atuam como um escudo protetor contra possíveis perdas devido a fatores como instabilidade política e desvalorização da moeda. O respaldo de DFIs ou MDBs respeitáveis melhora a solidez de crédito de um projeto, atraindo investidores privados que podem ter mandatos rígidos de grau de investimento. De acordo com estimativas do Banco Mundial, cada dólar investido na melhoria da solidez de crédito alavanca mais 100 dólares de financiamento adicional do setor privado. Portanto, a solidez e o aprimoramento de crédito devem ser prioridades importantes para os envolvidos que buscam reduzir os custos de empréstimos e acessar mais recursos financeiros.

Esse tipo de abordagem de aprimoramento de crédito tem se mostrado bem-sucedido em várias situações. Por exemplo, a GuarantCo oferece aprimoramento de crédito para projetos de infraestrutura até um nível aceitável para permitir que investidores de crédito em moeda local (por exemplo, bancos e investidores institucionais) estendam dívidas de longo prazo. O uso desse tipo de garantia também permite uma alavancagem eficiente de capital, em que a GuarantCo pode alavancar 3 vezes para cada dólar de capital doador na forma de garantias. Essas garantias melhoram a qualidade de crédito desses projetos, tornando-os mais atraentes para participantes do setor privado.

Ainda a esse respeito, citamos a Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA), membro do Grupo Banco Mundial que oferece seguro contra riscos políticos e aprimoramento de crédito a

investidores globais do setor privado, auxiliando-os na navegação de riscos específicos de cada país.

Em última análise, ao mitigar o risco país e elevar as classificações de crédito, o *Blended Finance* permite que projetos em países mais arriscados se alinhem com os mandatos de grau de investimento de investidores institucionais. Essa entrada de capital privado é essencial para acelerar iniciativas climáticas e de desenvolvimento em mercados emergentes onde persistem lacunas de financiamento. Mecanismos de *Blended Finance* que incorporam aprimoramento de crédito continuam a demonstrar sua eficácia na promoção do desenvolvimento sustentável e na mobilização de fundos do setor privado para enfrentar desafios globais prementes

Risco cambial:

O financiamento via *Blended Finance* também pode ser um instrumento viável para lidar com o risco cambial em iniciativas de desenvolvimento sustentável e climáticas. Atualmente, a falta de um mercado robusto para swaps de moedas estrangeiras torna-os em grande parte um instrumento ilíquido. Recursos concessionais fornecidos por doadores ou bancos de desenvolvimento poderiam ser mais amplamente utilizados para reduzir o custo de moedas exóticas ilíquidas.

Por exemplo, o TCX (Currency Exchange Fund) se tornou uma fonte vital para financiadores internacionais na oferta de soluções de swaps de moedas cruzadas para desajustes de moedas em empréstimos, a fim de proteger contra flutuações nas taxas de câmbio. Em Mianmar, o TCX utiliza *Blended Finance* de doadores para subsidiar os níveis de taxa de juros de empréstimos em moeda local, atendendo à regulamentação da taxa do banco central. O TCX criou uma opção de financiamento em moeda local a taxas abaixo do limite para investidores internacionais, convertendo um subsídio de US\$ 10 milhões para catalisar US\$ 80 milhões em moeda local.

Mecanismos de *Blended Finance* podem efetivamente reduzir os riscos de volatilidade cambial facilitando swaps para financiamento em moeda local. Isso é especialmente crucial em regiões como Mianmar, onde a rápida desvalorização da moeda pode erodir o valor dos retornos para os investidores.

Neste ambiente macroeconômico tumultuado, o *Blended Finance* surge como uma ferramenta altamente adequada para mitigar preocupações com risco país e risco cambial, servindo assim como um instrumento crítico na busca de objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



PARTE II: TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS

PARTE II: TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS

MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS X ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS X HÍBRIDOS

Este relatório explorará o *Blended Finance* para o clima por meio de três perspectivas:

- 1 Mitigação *Blended Finance*
- 2 Adaptação de *Blended Finance*
- 3 *Blended Finance* de Mitigação e Adaptação

Blended Finance de mitigação

O objetivo da *Blended Finance* de mitigação é limitar os impactos das mudanças climáticas, reduzindo as emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa (GEE) provenientes de fontes humanas na atmosfera. As transações de mitigação também podem buscar a remoção de GEE da atmosfera por meio de “sumidouros” de carbono.”⁴

Em geral, a maior parte do *Blended Finance* relacionado ao clima, tanto em termos de quantidade de transações quanto de volume de financiamento agregado, está focada na mitigação. Desde 2013, aproximadamente 58% do total de transações climáticas anuais no banco de dados da Convergence se concentra exclusivamente na mitigação, representando mais de US\$ 64,2 bilhões em financiamento total para a mitigação. Além disso, as transações de mitigação mista tendem a ser as maiores em termos de tamanho médio de negócio, com US\$ 90,9 milhões durante esse período, em comparação com US\$ 43,0 milhões para transações híbridas e US\$ 34,5 milhões para adaptação. Além disso, as transações de mitigação mista têm uma taxa de alavancagem mais alta de 6,1, em comparação com 3,9 para transações híbridas e 2,7 para adaptação.

Transações de mitigação costumam ser [mais atraentes para investidores do que acordos de adaptação](#) por várias razões. Em geral, as atividades de mitigação são mais fáceis de definir, uma vez que estão relacionadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Como a redução de GEE é um objetivo familiar, isso pode significar que é mais fácil para os investidores compreenderem os impactos de seus compromissos. Além disso, acordos de mitigação podem estar mais prontamente vinculados a atividades geradoras de receita, tornando os retornos sobre o investimento mais evidentes.

Blended Finance de Adaptação

Transações de adaptação têm como alvo os ajustes às consequências já evidentes (ou ao menos esperadas) das mudanças climáticas, incluindo a intensidade e frequência de eventos climáticos extremos, o aumento do nível do mar e estações de cultivo de safras menos previsíveis e em constante mudança.

As transações de adaptação com *Blended Finance* historicamente tiveram dificuldade em atrair investidores, resultando em apenas US\$ 7,5 bilhões em financiamento agregado desde 2013. Em média, apenas cerca de seis acordos de adaptação por ano foram registrados. Os investidores podem hesitar em financiar transações de *Blended Finance* de adaptação porque existe a percepção contínua de que esses acordos são mais arriscados e oferecem retornos financeiros mais baixos. Além disso, o tamanho das transações pode ser muito pequeno para atender aos critérios dos investidores, e os prazos de investimento podem ser muito longos.

4 Sumidouros de carbono são qualquer coisa que retira mais carbono da atmosfera do que libera. O processo pelo qual os sumidouros de carbono removem carbono da atmosfera é chamado de “sequestro de carbono”. Os sumidouros biológicos de carbono incluem oceanos, florestas de mangue e solo. Os sumidouros de carbono artificiais são locais criados pelo ser humano, como aterros sanitários, ou processos tecnológicos, como a captura direta de CO₂ no ar.

Por último, a falta de critérios padronizados pode levar a dificuldades na medição dos resultados das iniciativas de adaptação.

Devido à hesitação dos investidores privados, os investidores públicos têm sido os principais financiadores de transações de adaptação. Na última década, os investidores do setor público aumentaram seus compromissos, concentrando-se especificamente no financiamento da adaptação. Em 2015, pela primeira vez, o Acordo de Paris estabeleceu um objetivo global em relação à adaptação, e em 2019, nove Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) fizeram [um compromisso conjunto](#) de dobrar o valor total do financiamento de adaptação fornecido a clientes para US\$ 18 bilhões anualmente até 2025. Dois anos depois, em 2021, [os fluxos de financiamento dos MDBs para a adaptação ultrapassaram sua promessa](#) de crescimento e atingiram US\$ 19,2 bilhões.

Blended Finance de Mitigação e Adaptação

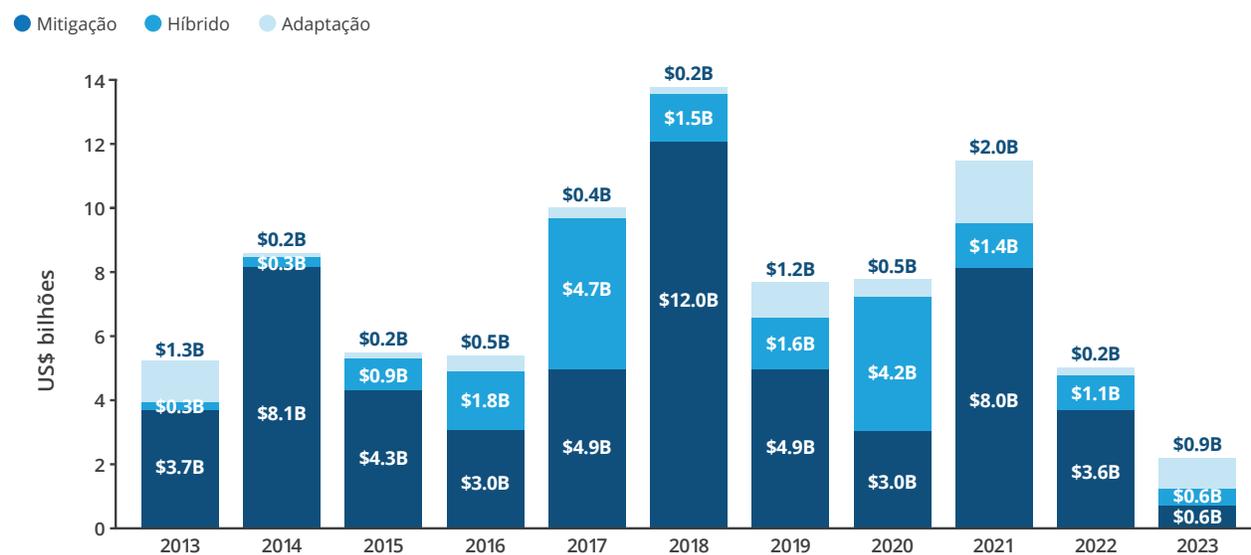
As transações climáticas híbridas contêm elementos tanto de financiamento de mitigação quanto de financiamento de adaptação. Setores também podem ser considerados híbridos quando buscam abordar resultados de mitigação e adaptação, como

o setor de agricultura sustentável. A agricultura sustentável pode beneficiar a mitigação climática ao melhorar a saúde do solo e aumentar o sequestro de carbono por meio de materiais orgânicos, e a adaptação climática ao aumentar a segurança alimentar em populações vulneráveis.

As oportunidades híbridas representam uma oportunidade específica para os investidores reconhecerem o potencial de investimento em soluções adaptativas e resilientes. A Convergence descobriu que 45% dos investimentos institucionais em financiamento climático estão em soluções híbridas, em comparação com 35% em mitigação e 20% em adaptação. Como compartilhado por Cecilia Tam, Chefe Interina da Unidade de Investimento em Energia na IEA:

“Há uma necessidade de começar a analisar a interligação entre adaptação e energia, porque precisamos encontrar projetos que sejam comerciais ou quase comerciais. Pode ser difícil encontrar projetos comerciais em outros setores, onde as fontes de receita ainda não estão necessariamente estabelecidas. Uma compreensão mais profunda dos investimentos em adaptação no setor de energia pode ajudar a impulsionar investimentos em adaptação”

Figura 6: Fluxos financeiros anuais agregados para transações de *Blended Finance* de mitigação, *Blended Finance* de adaptação e *Blended Finance* híbrido



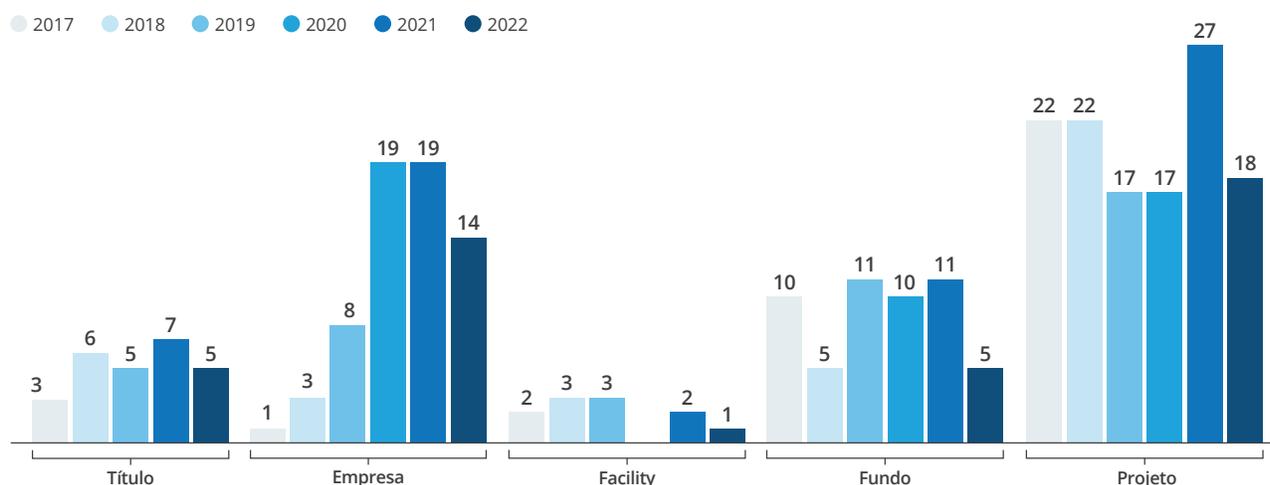
As transações híbridas, ou transações de *Blended Finance* que abrangem áreas variadas, compreendem aproximadamente dez transações desde 2013. No geral, o valor total das transações híbridas é de US\$ 18,5 bilhões. As transações híbridas podem ocorrer em diversos setores, incluindo infraestrutura, serviços financeiros, habitação e imóveis. No entanto, a maior parte das transações híbridas (27%) se concentra em insumos agrícolas e produtividade agrícola, uma vez que as características desse setor tendem a ser bem adequadas para produzir benefícios duplos de mitigação e adaptação.

Por exemplo, o [Projeto de Plantio de Resiliência Climática](#) é um projeto de US\$ 217 milhões

localizado na região Nordeste do Brasil com o objetivo de melhorar a produtividade de pequenos agricultores em agroecossistemas degradados, especialmente aqueles afetados pela escassez de água e seca. O projeto tem como objetivo introduzir tecnologias para captação, armazenamento e reciclagem de água, bem como estratégias de diversificação para fortalecer a resiliência das populações rurais. O projeto contém elementos de mitigação, introduzindo tecnologias de baixas emissões para aumentar a produtividade dos agricultores, e de adaptação, focando na produção de agricultura resiliente ao clima.

VEÍCULOS

Figura 7: Número de transações de financiamento climático por tipo de veículo por ano, de 2017 a 2022.



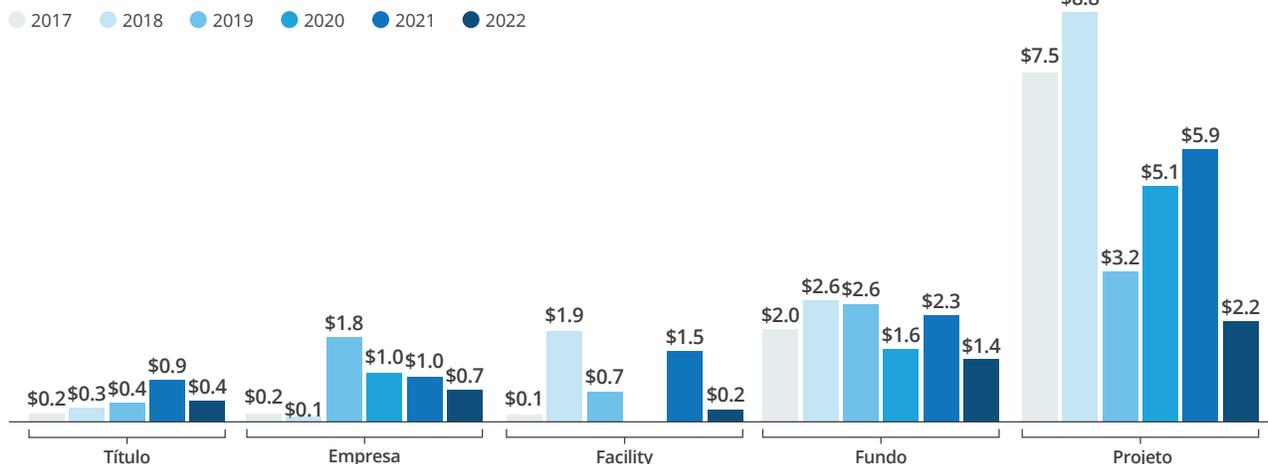
O banco de dados da Convergence categoriza transações mistas em cinco tipos principais de veículos financeiros.

- 1 Obrigações / notas (incluindo emissões realizadas de forma privada e instrumentos listados em bolsas públicas)
- 2 Empresas (ou seja, financiamento direto de capital próprio e dívida de empresas em termos tanto de mercado quanto abaixo do mercado)

- 3 Facilities⁵
- 4 Fundos (ou seja, fundos de private equity e dívida de parcerias limitadas, bem como fundos de fundos).
- 5 Projetos (ou seja, projetos greenfield e brownfield, financiamento de projetos e programas financiados por meio de uma combinação de capital a taxas de mercado e abaixo do mercado).

⁵ A Convergence define uma instalação blended da seguinte maneira: como uma alocação específica de recursos públicos de desenvolvimento com capital privado no nível do veículo, para ser usada em direção a um destinatário ou intervenção específicos. Isso inclui instalações de compartilhamento de riscos, ou transações bilaterais, geralmente entre doadores ou entidades públicas e intermediários financeiros, onde o capital concessional ajuda a mitigar possíveis perdas em empréstimos subjacentes originados pela instituição financeira.

Figura 8: Volume anual de negociações climáticas por tipo de veículo, 2017-2022.



Projetos

Desde 2017, o financiamento climático do tipo *Blended Finance* geralmente tem sido estruturado a partir de projetos greenfield e brownfield. Com exceção de 2020, as transações do tipo “projeto” foram as mais comuns, anualmente, ao longo dos últimos seis anos, compreendendo, em média, 40% das negociações de *Blended Finance* para o clima por ano.

As estruturas de projetos também representam a maior parcela do volume total de financiamento para o *Blended Finance* misto, tanto em termos absolutos quanto proporcionais. De 2020 a 2022, os projetos mobilizaram uma média anual de aproximadamente US\$ 4,4 bilhões de financiamento climático (os fundos foram os segundos mobilizadores mais eficazes de financiamento climático, com cerca de US\$ 2,1 bilhões). Proporcionalmente, os projetos receberam uma média de 55% do total de fluxos anuais de *Blended Finance* para o clima entre 2020 e 2022, ligeiramente abaixo dos 59% entre 2017 e 2019. No entanto, é notável que os projetos sejam o único tipo de transação mista a experimentar uma queda progressiva em sua parcela dos fluxos anuais de *Blended Finance* para o clima nos últimos anos, enquanto os fluxos para títulos mistos, empresas e, principalmente, fundos, permaneceram constantes. Isso é em parte resultado da crescente proliferação de transações de projetos menores que integram componentes de mitigação (redução de emissões) em projetos brownfield que visam objetivos de

desenvolvimento separados (criação de empregos, segurança alimentar).

Dos 123 projetos de *Blended Finance* para o clima capturados pela Convergence entre 2017-2022, 94 ou 77% eram projetos direcionados exclusivamente para resultados de mitigação, enquanto apenas 7% estavam exclusivamente focados em resultados de adaptação. A Convergence observou que essa composição pouco mudou ano após ano. Na verdade, a parcela de projetos de *Blended Finance* para o clima voltados para a adaptação cai para menos de 1% (2020-2022) quando se considera o mercado geral de *Blended Finance*.

Projetos de *Blended Finance* para o clima continuam fortemente orientados para a energia renovável, em particular, a criação de novos ativos de energia renovável. Quase 75% dos projetos entre 2017-2022 estavam no setor de energia renovável. Embora a atividade tenha se mantido robusta, o tamanho dos projetos de energia renovável diminuiu nos últimos anos. Dos aproximadamente US\$ 13,1 bilhões direcionados para projetos de *Blended Finance* para o clima entre 2020-2022, US\$ 6,9 bilhões (53%) foram para projetos de energia renovável. Isso representa uma redução em relação aos US\$ 13,6 bilhões ou 73% do *Blended Finance* para o clima total entre 2017-2019. Além disso, o tamanho médio dos projetos de energia renovável caiu de US\$ 347 milhões (2017-2019) para US\$ 171 milhões (2020-2022).

Uma confluência de fatores é responsável pela redução dos fluxos de capital misto para o setor de energia renovável. Em primeiro lugar, alguns segmentos do setor estão passando por um efeito de “graduação”. Estruturas mistas para projetos de energia renovável em larga escala, mais abrangentes, estão sendo substituídas por financiamento inteiramente comercial à medida que os riscos percebidos e reais de investimento convergem. Por outro lado, projetos menores apresentam riscos adicionais, como alto risco de contraparte, que ainda necessitam de mecanismos de mitigação de risco de *Blended Finance*. O cenário macroeconômico atual também está contribuindo para a queda. Em um ambiente de aumento das taxas de juros, bancos comerciais internacionais, um provedor crítico de financiamento de projetos para projetos de energia renovável mistos, [têm restringido as operações de empréstimo](#) devido à sua incapacidade de descarregar exposições existentes sem perdas significativas.

Finalmente, tem havido um aumento na frequência de projetos de energia renovável nos países menos desenvolvidos (LDCs) - 40% dos projetos de energia em 2020-2022 ocorreram em um LDC, em comparação com 33% em 2017-2019. Embora esses projetos tendam a ser menores (tamanho médio de transação de LDC de US\$ 44,1 milhões em comparação com o tamanho médio de transação de US\$ 124,5 milhões em não-LDCs), eles requerem uma maior parcela de capital concessional e capital de investidores públicos e atraem níveis comparativamente menores de investimento do setor privado. Sua necessidade de investimento em financiamento climático em escala é, sem dúvida, mais urgente. A inclusão de instrumentos de *Blended Finance* que se concentram em fatores de risco-chave, especificamente risco de crédito e risco político, como os oferecidos pela MIGA sob a [Janela do Setor Privado da Associação Internacional de Desenvolvimento](#) (IDA PSW), é de vital importância para permitir a participação de investidores do setor privado.

Fundos

Os fundos mistos para o clima têm diminuído consideravelmente nos últimos anos, representando apenas 11% das negociações de *Blended Finance* para o clima em 2022, em comparação com 26% em 2017. O valor agregado

“...o **financiamento de assistência técnica (AT)** pode aumentar a capacidade dos gestores de fundos de melhorar as abordagens de due diligence...”

anual total dos fundos também caiu, passando de US\$ 2,4 bilhões por ano entre 2017-2019 para US\$ 1,8 bilhão entre 2020-2022. Essa tendência de queda na atividade tem sido experimentada igualmente em todas as subtemáticas do clima, com fundos classificados como de mitigação, adaptação e híbridos representando 36%, 24% e 40% de todos os fundos climáticos de 2017-2022.

A desaceleração é sintomática dos fatores macroeconômicos que desafiam a indústria de investimentos como um todo. A [Preqin observou](#) que, globalmente, a atividade de fundos de private equity, venture capital e, em certa medida, de dívida privada sofreu significativa redução em 2022 devido a avaliações mais baixas de empresas e ao apetite restrito por risco, que tem alimentado a fuga de capital dos mercados emergentes. Os desafios na captação de recursos são particularmente agudos para novos gestores de fundos, pois a aversão ao risco entre os investidores do setor privado está concentrando o capital nas mãos de um número menor de gestores de fundos mais estabelecidos. Essa tendência é evidente nos dados históricos da Convergence, com o tamanho médio dos fundos aumentando para US\$ 112 milhões em 2020-2022 em comparação com US\$ 96 milhões em 2017-2019, apesar de apenas cinco fundos terem fechado em 2022. Além disso, nosso conjunto de dados de captação de recursos ilustra os desafios do último ano - apenas 8% dos fundos que buscavam ativamente capital, rastreados desde o relatório do ano anterior, conseguiram um encerramento financeiro.

O papel e a importância da disponibilidade de capital concessional são ainda maiores nesse ambiente,

especialmente para novos gestores de fundos. Por exemplo, o financiamento de Assistência Técnica (TA) pode aprimorar a capacidade dos gestores em suas abordagens de due diligence para um melhor gerenciamento de pipeline. Em conexão a esse movimento, a Clarmondial alavancou o financiamento de TA do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) para estabelecer um sistema de monitoramento de impacto e relatórios para o seu [Fundo de Segurança Alimentar](#) (\$67,5 milhões). Após o apoio fundamental da Convergence para o lançamento do fundo, as concessões de TA aprimoraram sua viabilidade operacional, tornando-o mais atraente para os investidores.

Os fundos de private equity têm representado uma parcela maior da atividade de fundos de *Blended Finance* climático nos últimos anos, respondendo por cerca de 55% de todos os fundos lançados desde 2020 (em comparação com 34% dos fundos de *Blended Finance* para o clima entre 2017-2019). Por outro lado, a proporção de fundos de dívida privada para o clima tem gradualmente diminuído desde 2020, representando em média 23% dos fundos de *Blended Finance* climático por ano (2020-2022), em comparação com 36% entre 2017-2019. O volume total de negócios dos fundos de dívida privada para o clima misto caiu ainda mais acentuadamente, diminuindo 82% em 2020-2022 em relação aos totais de 2017-2019. Por outro lado, o investimento total em fundos de private equity para o clima misto cresceu 42%.

Fica claro que, no contexto das atuais dificuldades atuais para captação de recursos, os fundos estão em um estado de transição no mercado de *Blended Finance* para o clima. A diferença entre os retornos exigidos em private equity e dívida privada tem se estreitado devido ao aumento das taxas de juros e desvalorizações de ações. No entanto, à medida que os custos da dívida aumentam, os fundos de dívida privada para o clima misto estão expostos a níveis crescentes de risco de crédito conforme aumentam as preocupações com a inadimplência. Juntas, essas tendências podem direcionar os investidores do setor privado para os mercados de ações, onde podem capturar maior potencial de valorização com níveis comparáveis de risco. As desvalorizações de empresas e os

riscos cambiais também provavelmente limitarão os pipelines de investimento para Parceiros Gerais (GPs) em mercados emergentes. Esse cenário macroeconômico volátil destaca a necessidade de um fornecimento mais robusto de capital concessional para estruturas de fundos.

- 1 ajudar os Parceiros Gerais (GPs) a alcançar o fechamento financeiro e
- 2 reduzir os custos de capital para os mutuários finais, expandindo de forma efetiva o universo de potenciais investidores

Figura 9: Desagregação dos fundos de *Blended Finance* para o clima por estratégia de investimento, 2017-2022.



Títulos

Conforme discutido em [relatório recente publicado pela Convergence](#), os títulos mistos (soberanos e corporativos) ainda não ganharam tração ou escala significativa (mesmo incluindo-se o espaço de financiamento via *Blended Finance*). Apesar dos títulos mistos representarem uma proporção progressivamente maior do volume anual de *Blended Finance* para o clima desde 2017 (2% do *Blended Finance* para o clima total em 2017 para 9% em 2022), os títulos focados no clima representaram apenas 11% das transações anuais, em média, entre 2020-2022. Além disso, a Convergence não observou um mercado secundário para títulos climáticos mistos. Todas as transações de títulos registradas em nosso banco de dados foram de colocação privada e mantidas até o vencimento para fins de atribuição de impacto.

O último ano tem sido turbulento para instrumentos de renda fixa, especialmente nos mercados emergentes. De acordo com o [Relatório de Perspectivas Econômicas Globais do Banco Mundial](#), um em cada quatro entidades emissoras de mercados emergentes efetivamente ficou desconectada do mercado internacional de títulos devido a um alto acúmulo de dívidas, altas taxas de juros e acesso reduzido ao crédito. Da mesma forma, a Amundi e a Corporação Financeira Internacional (IFC) observaram em seu relatório sobre [Títulos Verdes de Mercados Emergentes](#) que as emissões soberanas de títulos Verdes, Sociais, Sustentáveis e Vinculados à Sustentabilidade (GSSS) caíram mais de 45% em 2022, enquanto as emissões corporativas de títulos GSSS cresceram apenas 6%, impulsionadas principalmente por instituições financeiras.

Apesar dessas tendências recentes de queda, os títulos de *Blended Finance* soberanos e corporativos têm um potencial significativo de mobilização. A Amundi descobriu que os títulos GSSS, especialmente os verdes, são mais resistentes do que os do mercado de renda fixa como um todo e espera que as emissões de mercados emergentes se recuperem em 2023 e 2024. Títulos mistos também apresentam um canal eficiente para investidores institucionais alocarem capital de risco em ativos com obrigações de longo prazo, e de acordo com um [estudo do Bank of America](#), as emissões corporativas com grau de investimento em mercados emergentes têm um rendimento cerca de 60 pontos base (bps) acima dos títulos corporativos dos EUA. Ao comparar títulos corporativos verdes com instrumentos convencionais de outra forma idênticos, os títulos verdes renderam mais de sete bps a mais em 2022 (o que é chamado de “greenium”). Investidores institucionais e gestores de ativos estão preparados para desempenhar um papel mais relevante no financiamento climático via *Blended Finance* (sobretudo em meio às políticas

restritivas dos bancos comerciais, que restringem as fontes e estruturas tradicionais de financiamento de projetos.) Os títulos são um veículo atraente para expandir sua participação e já foram implantados no mercado de *Blended Finance* para [refinanciamento de ativos de energia, infraestrutura verde e financiamento independente do setor](#); não obstante, precisam aumentar sua escala⁶ para atrair novas classes de investidores.

A Convergence observou que o tamanho dos títulos de *Blended Finance* com a temática clima vem crescendo - o tamanho médio dos títulos passou para US\$ 70 milhões de 2020 a 2022, em comparação com US\$ 46,5 milhões de 2017 a 2019. Em segundo lugar, esses títulos podem fornecer a mitigação de risco de crédito necessária para títulos com classificação especulativa, a fim de garantir o investimento de investidores institucionais ao mesmo tempo em que proporcionam alívio no custo de capital para mutuários.⁷ Isso é particularmente importante para [países de baixa renda](#) (com classificação CCC ou inferior) que estão enfrentando perspectivas de crescimento reduzidas devido às crescentes pressões da dívida (apenas 33% de todos os títulos verdes emitidos em mercados emergentes em 2022, tanto soberanos quanto corporativos, tinham grau de investimento). Alguns mercados na América Latina, especificamente Brasil, Colômbia e México, estão mostrando promissoras oportunidades para o uso ampliado de títulos de *Blended Finance* para o clima, incluindo títulos em moeda local. Os esforços iniciais para controlar a inflação estão começando a render frutos, já que muitos desses mercados oferecem rendimentos superiores a muitos mercados desenvolvidos, sustentados por altas taxas de juros e moedas estáveis. A Ásia emergente (excluindo a China) também [lidera a emissão de GSSS](#), respondendo por mais de US\$ 330 bilhões em emissões acumuladas em meados de 2022.

6 Muitos investidores de grande escala do sector privado são regidos por requisitos de liquidez que impedem o investimento em títulos cotados publicamente abaixo do limite de 250 milhões de dólares.

7 Antes de 2013, as garantias obrigacionistas poderiam “elevar” a notação de crédito da emissão, mesmo acima do limite máximo da notação soberana. Após as alterações regulamentares em 2013, os aumentos de crédito só são sustentáveis através de garantias totais (100%) de obrigações. No entanto, as ferramentas de *Blended Finance*, incluindo garantias parciais concessionais, contas de reserva do serviço da dívida financiadas em condições concessionais ou notas concessionais subordinadas podem, de facto, melhorar as perspectivas de crédito de uma emissão e alinhá-la com características de grau de investimento.

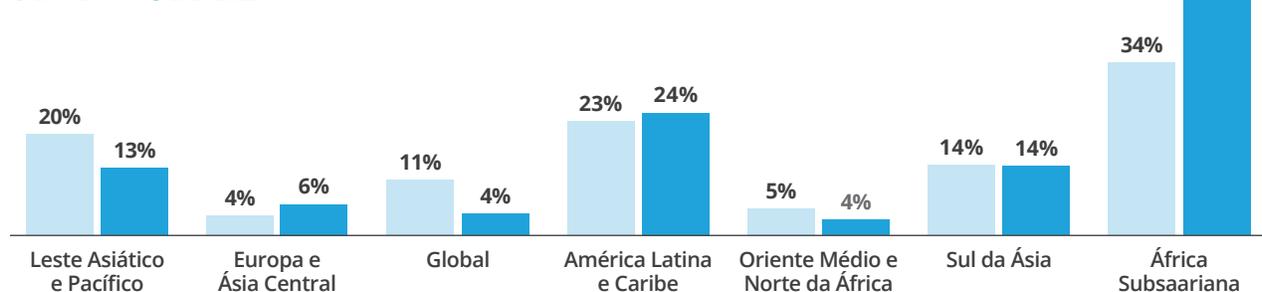
REGIÕES E PAÍSES

As transações de *Blended Finance* para o clima concentraram-se na África Subsaariana (48% das transações entre 2020-2022), seguidas pela América Latina e o Caribe (24%). De acordo com o banco de dados da Convergence, a distribuição geográfica das transações de financiamento climático no mercado de *Blended Finance* mudou ligeiramente em relação aos três anos anteriores (2017-2019). Em particular, a proporção de transações focadas na África Subsaariana cresceu 14 pontos percentuais entre 2017-2019 e 2020-2022. Isso representa um aumento absoluto de quase 90%, com 40 acordos direcionados para a região nos três anos anteriores e 75 nos três anos subsequentes. Além disso, houve uma diminuição na proporção de acordos direcionados para a Ásia Oriental e o Pacífico, caindo de 20% em 2017-2019 para 13% em 2020-2022.

Os dados da Convergence sugerem ainda que o volume de fluxos de *Blended Finance* relacionado ao clima nas regiões não reflete perfeitamente a distribuição de transações, com o maior volume de financiamento de 2020 a 2022 sendo direcionado para a América Latina e o Caribe. Dois grandes acordos impulsionam esse resultado. Um deles é o [PUMA II](#), um projeto de US\$ 2,1 bilhões liderado pela Klabin S.A. para expandir sua instalação existente de fabricação de papel e celulose usando equipamentos para reduzir o impacto ambiental da empresa. O segundo é um projeto de US\$ 1,2 bilhão patrocinado pela Lenzing AG, que envolve a construção da LD Celulose, uma planta de produção de polpa de madeira solúvel em estado verde, localizada em Minas Gerais, Brasil.

Figura 10: Proporção de acordos de *Blended Finance* para o clima por distribuição regional, 2017-2022

● 2017-2019 ● 2020-2022



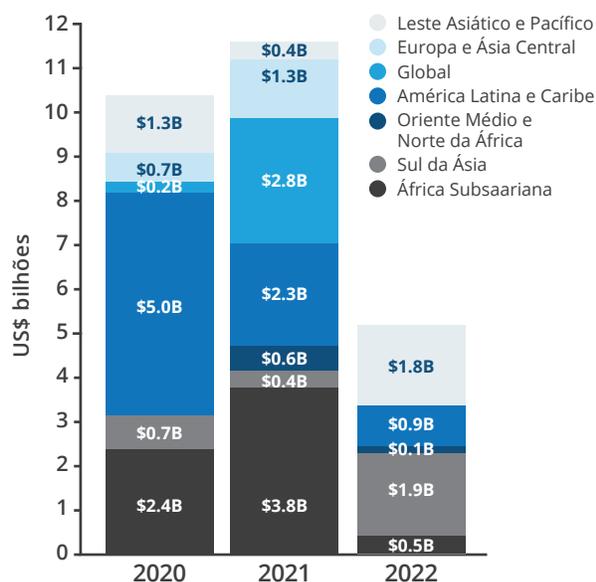
Enquanto isso, as transações na África Subsaariana tendem a ser mais frequentes, ainda que menores. A maior transação registrada entre 2020 e 2022 foi o [projeto de hidrelétrica Bumbuna II](#) no valor de \$750 milhões, patrocinado pela Blue International e localizado no rio Seli, no norte de Serra Leoa.

Nos últimos três anos, os fluxos agregados de *Blended Finance* para o clima atingiram seu pico em 2021 antes de diminuírem em 2022. Nesse ano, apenas o Leste Asiático, o Pacífico e o Sul da Ásia viram um aumento no volume de *Blended Finance* relacionado ao clima. Apesar desse aumento no Sul da Ásia, em termos gerais foi uma das regiões com os menores volumes de fluxo de financiamento para transações (US\$ 2,9 bilhões de 2020 a 2022), juntamente com a Europa e Ásia Central (US\$ 2

bilhões) e o Oriente Médio e Norte da África (US\$ 700 milhões).

Sudeste Asiático e Sul da Ásia são regiões cada vez mais importantes na luta contra as mudanças climáticas devido à sua dependência do carvão; usinas a carvão na Ásia e no Pacífico representam um quinto das emissões globais, e a dependência desse recurso deve continuar. O desafio é significativo, uma vez que as usinas a carvão são relativamente jovens e amplamente controladas por empresas estatais. Nesse cenário, o financiamento via *Blended Finance* tem uma aplicação potencialmente significativa na antecipação da aposentadoria das usinas a carvão por meio de Mecanismos de Transmissão de Energia (ETMs), conforme defendido pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB).

Figura 11: Volume de *Blended Finance* relacionado ao clima por região, 2020-2022.

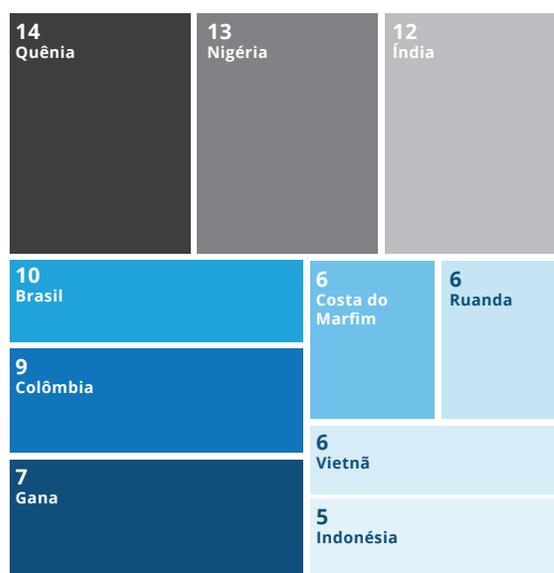


Os Mecanismos de Transmissão de Energia (ETMs), conforme concebidos, serão aplicações de *Blended Finance* que, em níveis nacionais, servirão para adquirir ativos de usinas a carvão e aposentá-los mais cedo do que a vida útil previamente esperada para a usina, ao mesmo tempo em que proporcionam tempo suficiente para desenvolver fontes de energia renovável que apoiem a transição. Os vendedores de ativos de usinas a carvão utilizam os recursos provenientes das vendas para investir na transição, enquanto uma instalação complementar de energia limpa apoia o desenvolvimento de energia renovável. O *Blended Finance* pode ser usado para ajudar a estruturar a transferência de ativos e oferecer incentivos financeiros aos proprietários para encerrar a usina mais cedo. O financiamento é, portanto, necessário para garantir que o proprietário do ativo tenha a fonte de receita que compensará as perdas decorrentes do desligamento antecipado de uma usina a carvão. Isso é particularmente importante em países como a Indonésia, onde a desvalorização de ativos públicos é ilegal. Embora ainda em seus primeiros estágios, o ADB está atualmente testando os ETMs na Indonésia, Filipinas, Vietnã, Paquistão e Cazaquistão.

Ao observar o volume de *Blended Finance* para o clima como um todo, a [CPI](#) compartilhou suas estimativas mais recentes indicando que a maior parte do financiamento está concentrada na

América do Norte, Europa Ocidental e na Ásia Oriental e no Pacífico, principalmente na China. Em 2021 e 2022, a maior parte desse financiamento (mais de 80%) foi gasta domesticamente, o que revela a importância de um ambiente doméstico favorável no qual os investidores percebem maior certeza. As diferenças nos resultados em relação ao HDD podem ser parcialmente atribuídas ao foco de cada conjunto de dados. A CPI tenta capturar todas as formas de transações de *Blended Finance* para o clima, incluindo aquelas sem um elemento concessional, ao contrário do HDD, que exige que as transações contenham financiamento concessional. Muitas dessas transações não concessionais são encontradas na China, especialmente aquelas lideradas por empresas estatais.

Figura 12: Número de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima por país destinatário, 2020-2022.



Os países mais frequentemente visados por transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima nos últimos três anos foram o Quênia (14 transações), Nigéria (13), Índia (12), Brasil (10) e Colômbia (9). Do ponto de vista do financiamento agregado, os maiores fluxos entre 2020 e 2022 foram direcionados para o Brasil (US\$ 4,7 bilhões), seguido pela Índia (US\$ 2,2 bilhões). O Brasil foi o cenário de várias transações em larga escala lançadas desde 2020, incluindo a instalação LD Cellulose mencionada anteriormente (US\$ 1,2 bilhão) e o projeto PUMA II (US\$ 2,1 bilhões). Da mesma forma, a Índia se beneficiou do Green

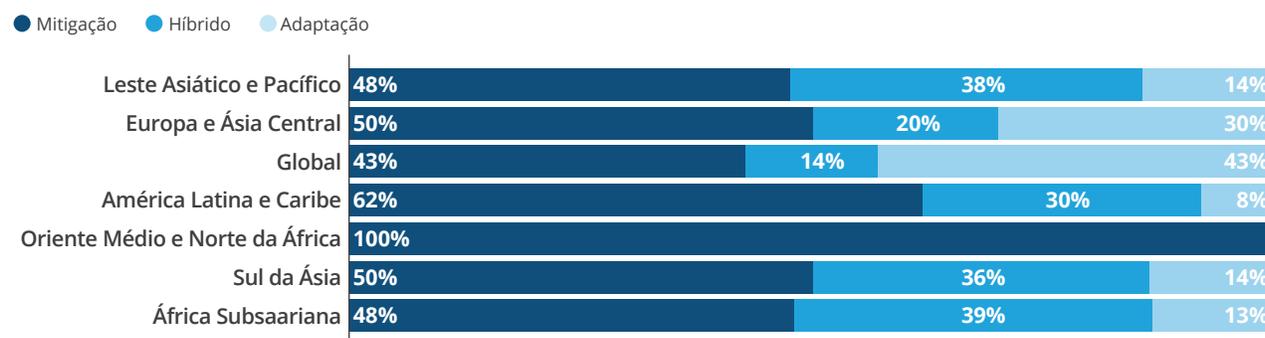
Growth Equity Fund (US\$ 741 milhões), um fundo que aloca capital para empresas ambientalmente conscientes com foco em energia renovável, eficiência de recursos, mobilidade elétrica e serviços de energia; e do Axis Bank (US\$ 400 milhões), uma instituição financeira que garantiu financiamento para expandir sua exposição ao setor de mobilidade elétrica, também na Índia.

Existem três transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima registradas na Ucrânia. O país emergiu recentemente como um potencial centro de esforços de reconstrução sustentável, com autoridades governamentais fazendo campanha por financiamento para se tornar líder mundial na produção de aço com baixa emissão de carbono e em energia renovável. Estima-se que a Ucrânia precisaria de US\$ 200 bilhões em investimento para atingir esse objetivo. Alguns países, dentre os quais o Reino Unido, estão

recorrendo a ferramentas como garantia para mobilizar financiamento de bancos multilaterais de desenvolvimento para a Ucrânia. Aumentar o uso do *Blended Finance* relacionado ao clima pode mobilizar parte do financiamento necessário.

Em todas as regiões entre 2020 e 2022 a mitigação climática é o foco principal das transações *Blended Finance* (com exceção das transações que têm natureza multirregional). As transações de natureza multirregional se concentram em transações de mitigação (43%) e transações híbridas (43%). Além das transações multirregionais, as regiões que apresentaram um foco mais forte na adaptação incluem a Europa e Ásia Central (30%), o Leste Asiático e o Pacífico (14%) e o Sul da Ásia (14%). O Oriente Médio e Norte da África registrou seis acordos de 2020 a 2022, todos relacionados à mitigação.

Figura 13: Proporção de transações *Blended Finance* relacionadas ao clima por regiões, de acordo com os subtemas climáticos, de 2020 a 2022.

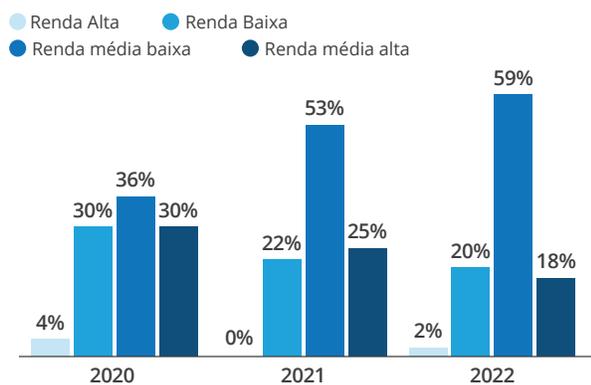


NÍVEIS DE RENDA

Nos últimos três anos, a maior parte das transações de *Blended Finance* para o clima tem como alvo países de renda média. Os países de renda média-baixa tendem a aparecer com maior frequência em nossos dados, representando 59% das transações em 2022 em comparação aos 18% das transações em países de renda média-alta. Os volumes agregados de financiamento em 2022 são relativamente maiores para ambos; o primeiro representa aproximadamente 73% do volume total de financiamento, enquanto o último representa cerca de 22%. As transações em países de renda média-alta tendem a ser maiores, com um tamanho médio total de cerca de US\$ 203 milhões

de 2020 a 2022, em comparação com US\$ 123 milhões em países de renda média-baixa. O Global Infrastructure Hub (GI Hub), uma organização do G20 que fornece dados e inteligência sobre fluxos globais de investimento em infraestrutura, captura dados em todos os mercados, incluindo países de alta renda, e observa tendências diferentes. Dados preliminares do Relatório de Monitoramento de Infraestrutura 2023 do GI Hub mostram que a maioria dos investimentos privados em infraestrutura é alocada para projetos em mercados de alta renda. Embora o fluxo de investimento para países de renda média tenha crescido no último ano, o investimento nestes mercados tem

Figura 14: Proporção de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima por nível de renda do país, de 2020 a 2022.



permanecido volátil ao longo da última década, com a diferença anual de financiamento agregado entre países de renda média e alta se expandindo desde 2020. Enquanto isso, os países de baixa renda representaram uma pequena fração do investimento total em infraestrutura privada na última década e experimentaram uma diminuição absoluta no investimento total em 2022.

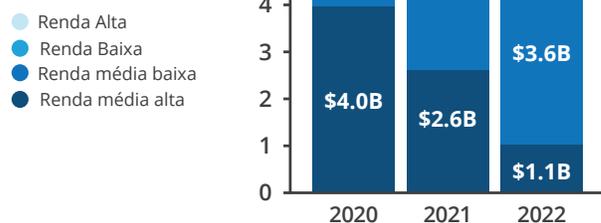
No geral, os países de baixa renda contaram com um baixo nível de apoio de investidores, representando apenas 3% do financiamento via *Blended Finance* relacionado ao clima (US\$ 137 milhões) em 2022, enquanto representaram 21% do número de acordos no mesmo ano. A [CPI descobriu](#) que as regiões onde a maioria dos países de baixa e média renda estão localizados receberam menos de 25% dos fluxos de financiamento climático. Isso ocorre apesar dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) terem sofrido os piores impactos da crise climática. [Nos últimos 50 anos, 69% das mortes em todo o mundo causadas por desastres relacionados ao clima ocorreram em LDCs.](#)

Uma iniciativa lançada em 2021 que lida com a lacuna de financiamento em LDCs e países em desenvolvimento é o [JETPs](#). A ideia do JETP é criar um mecanismo de cooperação financeira para apoiar uma seleção de economias fortemente dependentes do carvão à medida que se afastam da sua produção e consumo, ao mesmo tempo em que abordam as consequências sociais envolvidas. Mais adiante neste relatório forneceremos uma análise mais detalhada do financiamento de plataformas de país para JETPs. [O Fundo Verde para o Clima](#) (GCF) criou um Fundo

Climático Subnacional Global (SnCF) cujo objetivo é catalisar investimentos públicos e privados de longo prazo em projetos de mitigação e adaptação em nível subnacional nos países em desenvolvimento, dos quais cerca de um terço são LDCs e SIDS. O consórcio SnCF é composto por organizações privadas, públicas e filantrópicas, incluindo Pegasus Capital Advisors, L.P., União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), R20: Regiões de Ação Climática, Gold Standard e BNP Paribas. O Fundo se comprometerá com US\$ 150 milhões em investimentos de capital concessional, concordando com uma posição de primeira perda para mobilizar contribuições de capital adicionais de US\$ 600 a US\$ 750 milhões de investidores privados.

Os LDCs também são atores ativos no fechamento dessa lacuna de financiamento. Por exemplo, 48 países em desenvolvimento apresentaram Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) até o momento. Os NAPs são estratégias em nível nacional destinadas a reduzir a vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas e facilitar a adaptação aos seus efeitos. Outra forma pela qual os LDCs são participantes ativos é por meio da criação de bancos verdes nacionais e locais, destinados a atrair ainda mais capital privado. Um exemplo está em Ruanda, onde o [Fundo Verde de Ruanda](#) (FONERWA) trabalha com o Banco de Desenvolvimento de Ruanda (BRD) para estabelecer a Rwanda Green Investment Facility (RGIF). O objetivo do RGIF é apoiar o país na consecução de suas metas climáticas, usando o *Blended Finance* para alavancar o investimento privado.

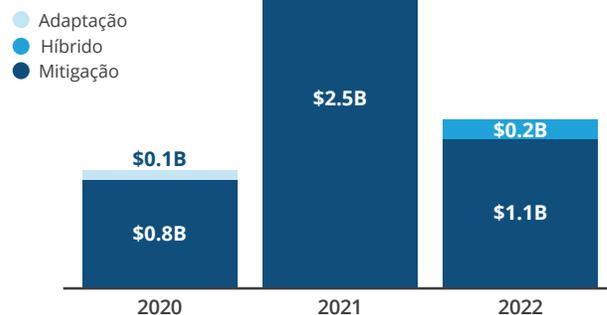
Figura 15: Desagregação do volume de *Blended Finance* relacionado ao clima por nível de renda do país destinatário, de 2020 a 2022



Os SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento) são um grupo de países particularmente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Dos 38 países classificados como SIDS, a maioria possui renda média. No entanto, suas economias são frequentemente pequenas e o rendimento nacional bruto varia amplamente. Nove dos SIDS são categorizados como LDCs. Os desafios relacionados aos SIDS incluem altos custos de transporte e energia e capacidade limitada para arrecadar recursos domésticos. O Climate Funds Update constatou que, no geral, a maioria dos financiamentos para os SIDS provenientes de fundos multilaterais para o clima baseou-se em concessões (87%), com empréstimos e garantias concessionais representando uma proporção muito menor do financiamento total (13%). Em resposta aos desafios únicos enfrentados pelos SIDS, a maioria das operações de *Blended Finance* relacionadas ao clima

tem se concentrado em acordos de adaptação: um total de US\$ 1,3 bilhão, ou 57% do financiamento climático nos SIDS, refere-se a transações de adaptação, enquanto 20% referem-se à mitigação.

Figura 16: Volume de *Blended Finance* relacionado ao clima para LDCs, de 2020 a 2022.

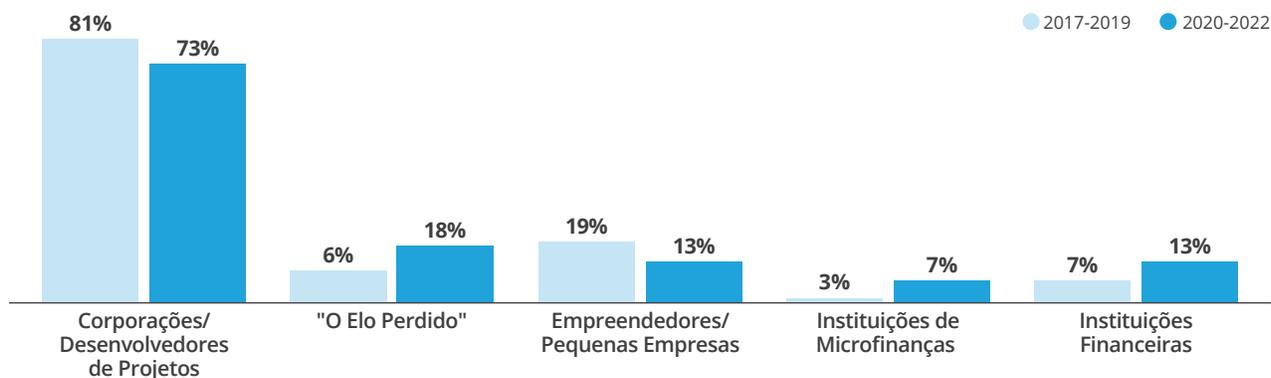


BENEFICIÁRIOS

A maior parte do capital de *Blended Finance* para o clima é direcionado a empresas e desenvolvedores de projetos. A viabilidade e escalabilidade de projetos de energia renovável em países em desenvolvimento historicamente vem impulsionando essa tendência. Nos últimos anos, a Convergence descobriu que os destinatários de desenvolvedores de projetos e empresas abrangem uma grande diversidade de setores, incluindo agricultura, financiamento

da conservação e infraestrutura. Outra tendência notável tem sido a alocação crescente de *Blended Finance* para o “elo perdido”,⁸ e uma correspondente diminuição no apoio a empreendedores e pequenas empresas. Essa crescente preferência pelo financiamento do “elo perdido” é provavelmente impulsionada pela preferência dos investidores por modelos de negócios estabelecidos e fluxos de receita confiáveis. Além disso, investidores focados

Figura 17: Beneficiários diretos de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima, de 2017 a 2022.



⁸ “Elo Perdido” ou Pequenas Empresas em Crescimento (SGBs) são empresas comercialmente viáveis com potencial de crescimento. No entanto, normalmente enfrentam desafios na angariação de fundos porque são demasiado grandes para o microfinanciamento, demasiado pequenos ou de alto risco para os bancos tradicionais e podem ser inadequados para os capitalistas de risco.

em impacto são atraídos pela capacidade dessas empresas de causar mudanças significativas em uma escala maior.

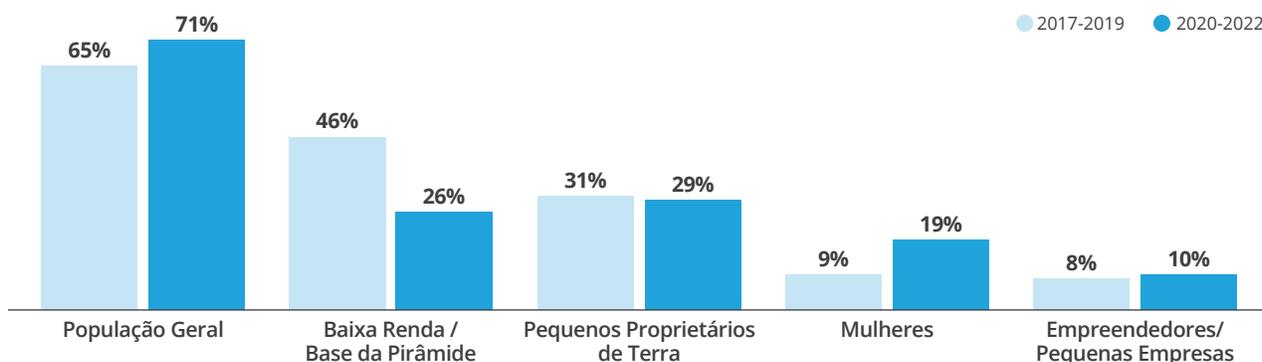
Houve um aumento nos investimentos direcionados às microfinanças e instituições financeiras. Esses investimentos geralmente têm como objetivo melhorar a capacidade de uma instituição de oferecer crédito com foco no clima, poupança, seguro e outros serviços financeiros acessíveis a uma base de clientes mais ampla. Amparadas por uma regulação robusta, as instituições financeiras são com frequência vistas como mutuários credíveis de menor risco e, portanto, consideradas uma boa opção para parcerias de investimento (sobretudo para aqueles que exploram o potencial do *Blended Finance* para o clima).

As transações de *Blended Finance* para o clima frequentemente produzem benefícios de amplo alcance que afetam a população. Naturalmente, os principais benefícios da instalação de uma capacidade de energia renovável incluem tanto o acesso a fontes confiáveis de eletricidade para os lares quanto a redução das emissões de gases de efeito estufa em comparação com usinas termelétricas convencionais. No entanto, é crucial reconhecer que a distribuição e a magnitude dos impactos climáticos variam com base em fatores

geográficos e demográficos. O financiamento climático é particularmente significativo para agricultores rurais e pequenos agricultores, considerando que esses grupos muitas vezes estão na linha de frente dos efeitos adversos das mudanças climáticas devido à dependência da agricultura e dos recursos naturais para o seu sustento. Nesse contexto, é encorajador observar que produtores rurais e pequenos agricultores representam, consistentemente, cerca de 30% dos beneficiários finais das transações de *Blended Finance* focadas no clima.

Além disso, as mulheres geralmente suportam um fardo desproporcional dos impactos das mudanças climáticas devido às normas de gênero profundamente enraizadas. De 2020 a 2022, a proporção de transações de *Blended Finance* para o clima que visam explicitamente as mulheres dobrou para 19% em comparação com 2017-2019. Esses acordos têm como foco principal melhorar o acesso das mulheres a serviços financeiros, reestruturar cadeias de valor tornando-as mais inclusivas e estabelecer metas de emprego para as mulheres. Essa tendência indica um aumento na participação das mulheres não apenas como beneficiárias, mas como participantes ativas e líderes em iniciativas de *Blended Finance* para o clima;

Figura 18: Beneficiários finais de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima, de 2017 a 2022.



ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

De acordo com o [Relatório de Progresso dos ODS](#), apenas 12% das metas dos ODS estão alcançando o progresso desejado. Em comparação, mais de 30% dos ODS atingiram um ponto de estagnação ou regrediram. Nesse contexto, a realização da Agenda 2030 e do Acordo de Paris [requer abordagens integradas](#) entre os ODS. Os dados da Convergence mostram que, entre 2020 e 2022, o investimento em projetos com foco no clima não apenas fortaleceu iniciativas ambientais como também abordou, de forma simultânea, diversos desafios de desenvolvimento. Em média, durante este período, cada transação tem consistentemente como alvo quatro ODS distintos. A maioria das transações (56%) está focada no ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), enquanto 32% dos acordos têm como alvo o ODS 13 (Ação pelo Clima), que engloba iniciativas com componentes de adaptação. Isso é evidência do aumento do investimento do setor privado em

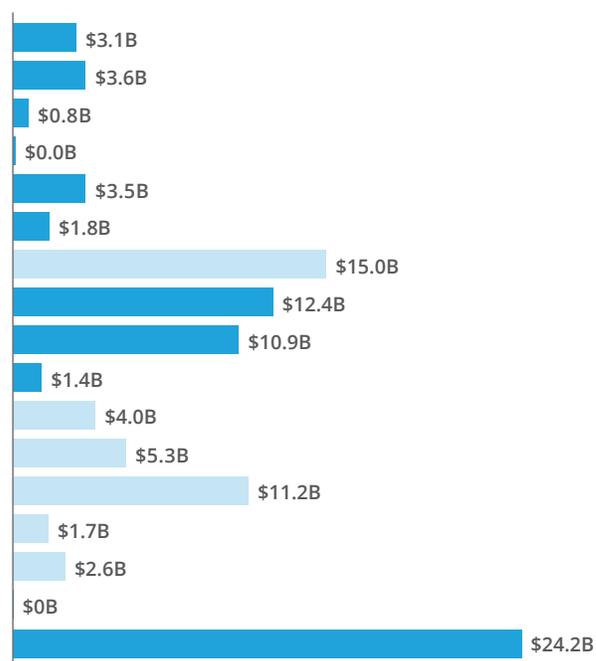
adaptação climática por meio de estruturas de *Blended Finance*.

As transações de *Blended Finance* para o clima impulsionam ODS de outras frentes além da climática (como ODS econômicos e sociais.) A Convergence descobriu que mais da metade (54%) dos acordos desde 2020 tiveram como alvo o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), e mais de um quarto (27%) focou no ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Além disso, os dados indicam um progresso significativo em relação ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), com 21% dos acordos abordando esse objetivo - um aumento em relação aos 16% no relatório do ano anterior. Mais especificamente, a Convergence descobriu que 19% dos acordos de *Blended Finance* para o clima lançados desde 2020 incorporaram uma perspectiva de gênero de alguma forma. No entanto, transações exclusivamente focadas na interseção de gênero

Figura 19: Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proporção de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima por ODS (2020-2022)



Figura 20: Total de financiamento mobilizado para os ODS por transações *Blended Finance* relacionadas ao clima (2020-2022).



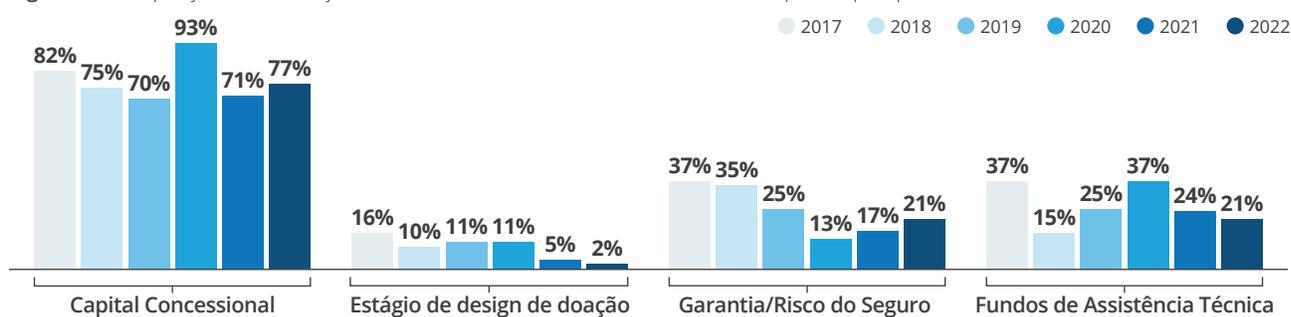
e clima ainda são raras - apenas 5% dos acordos lançados desde 2020 foram considerados dotados de um foco abrangente em gênero e empoderamento de mulheres ou meninas.

A proporção de acordos que apoiam o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) tem se mantido relativamente baixa. Essa constatação é preocupante uma vez que o financiamento climático inclusivo é essencial para proteger as [populações vulneráveis](#) contra os impactos das mudanças climáticas. O subfinanciamento desses ODS sinaliza o desalinhamento entre os fluxos financeiros e

os princípios de uma transição justa, que enfatiza abordagens equitativas e inclusivas para a ação climática. No entanto, o *Blended Finance* oferece um caminho para resolver esse problema: a participação das partes doadoras pode ser uma maneira de chamar atenção ao desenvolvimento adicional, para além dos resultados climáticos, que esses acordos podem proporcionar. Essa abordagem também é crucial para acelerar a entrada de investidores institucionais e catalisar sua ação, impulsionando o progresso em direção a uma transição justa. O Impact Investing Institute (III) desenvolveu critérios para garantir que os gestores de fundos alinhem seus investimentos com a transição justa.

ARQUÉTIPOS E INSTRUMENTOS

Figura 21: Proporção de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima por arquétipo de mistura, de 2017 a 2022.

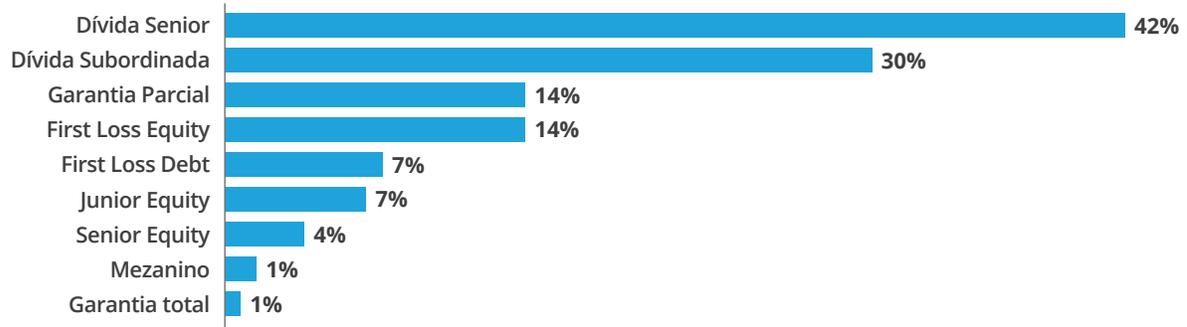


A Convergence categoriza transações de *Blended Finance* em quatro arquétipos comumente usados:

- Investidores públicos e/ou filantrópicos fornecem recursos sob condições mais favoráveis que as do mercado para determinada estrutura de capital, aprimorando seu perfil de crédito ou adicionando proteção contra perdas em benefício de investidores mais seniores (geralmente chamado de “dívida ou patrimônio concessional” ou financiamento de subsídios).
- Investidores públicos e/ou filantrópicos estendem garantias parciais ou totais ou instrumentos de seguro sob condições mais favoráveis que as do mercado para aprimorar o perfil de crédito de uma transação e/ou mitigar riscos específicos (ou seja, risco cambial, risco político).
- Atividades de design, preparação e estruturação de projetos sendo financiadas por concessões para garantir e acelerar o lançamento da transação (ou seja, “concessões na fase de design”).
- Uma transação associada a assistência técnica financiada por concessão e usada para financiar pré-investimento (design de negócios), pós-investimento (treinamento de pessoal) e custos de investimento (taxas de estruturação legal).

O arquétipo predominante de *Blended Finance* para o clima continua sendo a dívida/patrimônio concessional, evidenciado em 77% das transações ao longo de 2022. A dívida sênior é o instrumento concessional mais comumente usado, com 42%, seguido pela dívida subordinada, com 30% - conforme mostrado na Figura 19. O *Blended Finance* para o clima tradicionalmente alavancou capital concessional juntamente com vários

Figura 22: Proporção de transações de *Blended Finance* para o clima por instrumento concessional, 2017-2022



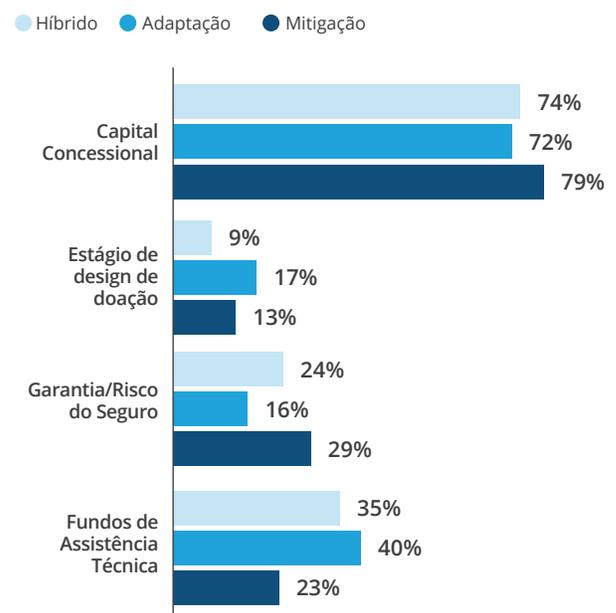
instrumentos financeiros. No entanto, acordos recentes estão simplificando o processo e usando menos ferramentas concessionais para atrair investimentos privados. Por exemplo, o [Tropical Asia Forest Fund 2](#) (TAFF2), um fundo de private equity focado em investir em empresas florestais e relacionadas que priorizam práticas sustentáveis, alcançou com sucesso um tamanho total de \$120 milhões com o apoio concessional da Packard Foundation e da Australian Climate Finance Partnership. A Convergence tem defendido há muito tempo esse tipo de simplificação, pois ajuda a melhorar a acessibilidade do financiamento via *Blended Finance* para investidores privados.

Como mencionado anteriormente, o aumento no uso de swaps monetários pode ajudar a lidar com as preocupações de crédito decorrentes da volatilidade cambial, tão comum em mercados emergentes. Por exemplo, o [TCX - The Currency Exchange Fund](#) protege credores internacionais e seus mutuários locais da volatilidade cambial. De acordo com o [Relatório de Impacto de 2022 do TCX](#), o fundo mitigou os riscos de US\$ 1,38 bilhão em novos empréstimos para o desenvolvimento em mercados emergentes e de fronteira, abrangendo 428 transações e 43 moedas no ano passado. No entanto, poucos provedores de swaps de moeda estão no mercado, apesar da demanda significativa por recursos concessivos que poderiam ser usados para subsidiar o custo de swaps de moedas ilíquidas ou de alto risco.

Os fundos de assistência técnica (TA, na sigla em inglês) são outro instrumento proeminente usado em transações de *Blended Finance*. Esses fundos podem ser utilizados antes do

investimento (por exemplo, para desenvolver um pipeline de projetos), durante o investimento (por exemplo, para implementar reformas) ou após o investimento (por exemplo, para fornecer suporte operacional). Os relatórios mencionados, como o Tropical Asia Forest Fund 2 (TAFF2) e o [Forestry and Climate Change Fund \(FCCF\)](#), recentemente publicados pela Convergence com o apoio da Good Energies Foundation, destacam o papel que os fundos de assistência técnica pré-investimento podem desempenhar na construção do pipeline de um fundo focado em questões climáticas antes da dispersão de capital. A Figura 20 demonstra que a assistência técnica tem sido particularmente comum em negócios de adaptação (40%). Essa tendência é provavelmente impulsionada pela

Figura 23: Proporção de transações de *Blended Finance* para o clima por arquétipo de combinação e subtema climático, 2017-2022.



percepção de que os negócios de adaptação são mais arriscados, uma vez que seus históricos são não comprovados, as fontes de receita são não tradicionais e as ideias são inovadoras. Temos, portanto, que a assistência técnica é útil, pois ajuda a desenvolver a capacidade das empresas receptoras de investimento, tornando-as mais atrativas e estáveis.

As garantias concessivas e seguros contra riscos foram destaque em 21% das transações em 2022. Geralmente essas garantias visam fatores de risco político ou comercial específicos que excedem os padrões de investidores do setor privado e que, de outra forma, impediriam o investimento. Por exemplo, a Kube Energy, um provedor de serviços de energia renovável que opera principalmente na África, recebeu uma garantia concessional de \$5,67 milhões da MIGA para cobrir seu investimento em dívida e patrimônio em uma usina de energia solar híbrida em Baidoa, Somália. Essa garantia ofereceu proteção contra os riscos de expropriação, guerra e distúrbios civis. Além disso, como destacado no [Plano de Ação para a Mobilização de Investimentos em Clima e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#), essas medidas ajudam a mobilizar capital, uma vez que o índice de risco político de um país é uma consideração fundamental para muitos investidores privados.

Uma [recente avaliação](#) do portfólio da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (Sida) conduzida pela Convergence identificou que o instrumento de garantia da agência promove o desenvolvimento por meio de quatro vias distintas:

- 1 gerando impacto no desenvolvimento por meio de uma teoria de mudança identificável com o objetivo de aliviar a pobreza;
- 2 mobilizando capital privado e evitando distorções negativas no mercado;
- 3 criando valor por meio de mudanças em políticas e regulamentações para melhorar a capacidade dos mercados domésticos e das instituições locais; e
- 4 desenvolvendo mecanismos para usar garantias na promoção da produção de energia limpa e em demais soluções climáticas.

Apesar do potencial catalítico e de desenvolvimento das garantias concessionais, poucos provedores atuam no mercado. Desde 2017, os principais fornecedores de garantias concessionais para transações relacionadas ao clima têm sido a GuarantCo, o IFC, o Banco Mundial e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Com exceção da GuarantCo, as garantias constituem apenas uma pequena fração dos instrumentos que essas instituições empregam e geralmente são estendidas apenas de forma pontual.

A CPI destacou recentemente a necessidade de uma Facilidade Global de Garantia de Crédito (FGGC) para ajudar a reduzir o risco de crédito em Mercados Emergentes e ampliar o investimento em energia renovável. Kushagra Gautam, Gerente de Finanças para Energia Limpa EUA-Índia (USICEF) na CPI, compartilha a lógica por trás da FGGC abaixo:

“A ideia de um Fundo Global de Garantia de Crédito surgiu do trabalho da CPI com a Aliança Solar Internacional para compreender melhor o risco de investimento e o custo efetivo de capital para o desenvolvimento de energia solar - que é um indicador para todas as energias renováveis neste contexto. A CPI está investigando cada vez mais como garantias podem ser usadas para mobilizar capital privado.

Alinhado a isso surge a pergunta de quanto e que tipo de financiamento público é necessário para mobilizar capital privado. Baseando-se em alguns trabalhos da CPI sobre a reforma de Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (BDM), acreditamos que uma garantia de crédito parcial para dívida estrangeira poderia reduzir significativamente o custo efetivo de capital em cerca de 4 a 9% em muitas economias em desenvolvimento. Tal redução poderia expandir significativamente os países de interesse potencial para investidores privados, especialmente na África. Para maximizar a alavancagem, tal facilidade poderia ser capitalizada usando uma estrutura “híbrida”, onde as perdas esperadas (em torno de 7%) são totalmente financiadas e as perdas inesperadas (risco de cauda de baixa probabilidade) dependem de capital captável. Tais fundos poderiam, mas não precisam, utilizar o capital captável já disponível em alguns BDMs.”

Subsídios na fase de design têm sido historicamente instrumentais na estruturação de transações de *Blended Finance*, pois estabelecem um pipeline de projetos minuciosamente avaliados e viáveis em países em desenvolvimento. A Convergence tem sediado diversas janelas de subsídios de design relacionadas ao clima, incluindo a Catalytic Climate Finance Facility (CCFF, em parceria com a CPI), o Asia Climate Solutions Design Grant, o Gender-Responsive Climate Finance Window, e as janelas agora encerradas de Indo-Pacific Design Funding e Asia Natural Capital Design Funding. No entanto, subsídios na fase de design são usados com menos frequência em transações de *Blended Finance* para clima do que outros instrumentos. Em 2022, negócios de *Blended Finance* climático com apoio de subsídio na fase de design representaram apenas 2% dos negócios climáticos, caindo de 10,5% reconhecidos entre 2018

e 2020. Isso se deve em parte ao intervalo de tempo entre a concessão de subsídios na fase de design e o lançamento efetivo de transações apoiadas por esses subsídios (a Convergence conta apenas esta última como transações de *Blended Finance*).

Além disso, esse intervalo de tempo provavelmente foi exacerbado pela recente redução na atividade de capital de risco. O capital de risco é crucial no ecossistema financeiro, especialmente para startups e projetos inovadores que podem ser considerados muito arriscados por outros investidores. Com menos empresas de capital de risco investindo ativamente devido a condições macroeconômicas arriscadas, projetos que receberam subsídios na fase de design podem enfrentar obstáculos adicionais para garantir o investimento privado subsequente necessário.



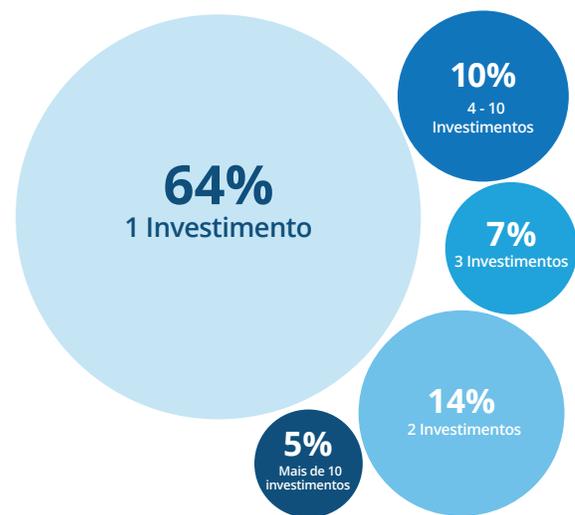
PARTE III:
**TENDÊNCIAS DE
INVESTIDORES**

PARTE III: TENDÊNCIAS DE INVESTIDORES

Até o momento, a Convergence capturou 3324 compromissos únicos de *Blended Finance* para o clima, desembolsados por mais de 1000 investidores distintos. Mais da metade (52%) desses investimentos ocorreu a partir de 2017, indicando um aumento no apetite dos investidores por transações de *Blended Finance* sensíveis ao clima.

A Convergence observou pouca variação na frequência com que investidores individuais participam do *Blended Finance* para o clima em comparação com o [relatório do ano passado](#). A participação permanece ad hoc, especialmente entre investidores do setor privado, com mais de 75% fazendo dois ou menos compromissos com transações. Mandatos programáticos ou específicos continuam a ser restritos à classe de investidores públicos, principalmente DFIs e MDBs.

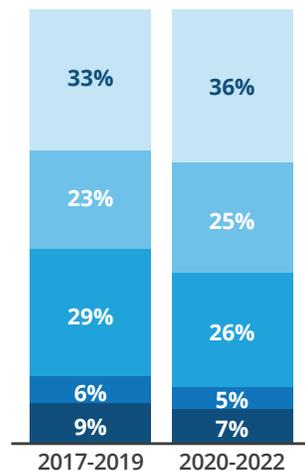
Figura 24: Frequência de investimento em transações de *Blended Finance* para o clima (todos os tipos de investidores) proporcional ao total de investidores.



PANORAMA GERAL

Figura 25: Desagregação dos compromissos com transações de *Blended Finance* para o clima por classe de investidores, proporção do total de compromissos (2017-2022)

- Investidor comercial
- Agência de Desenvolvimento
- DFI/MDB
- Fundação/ONG
- Investidor de Impacto



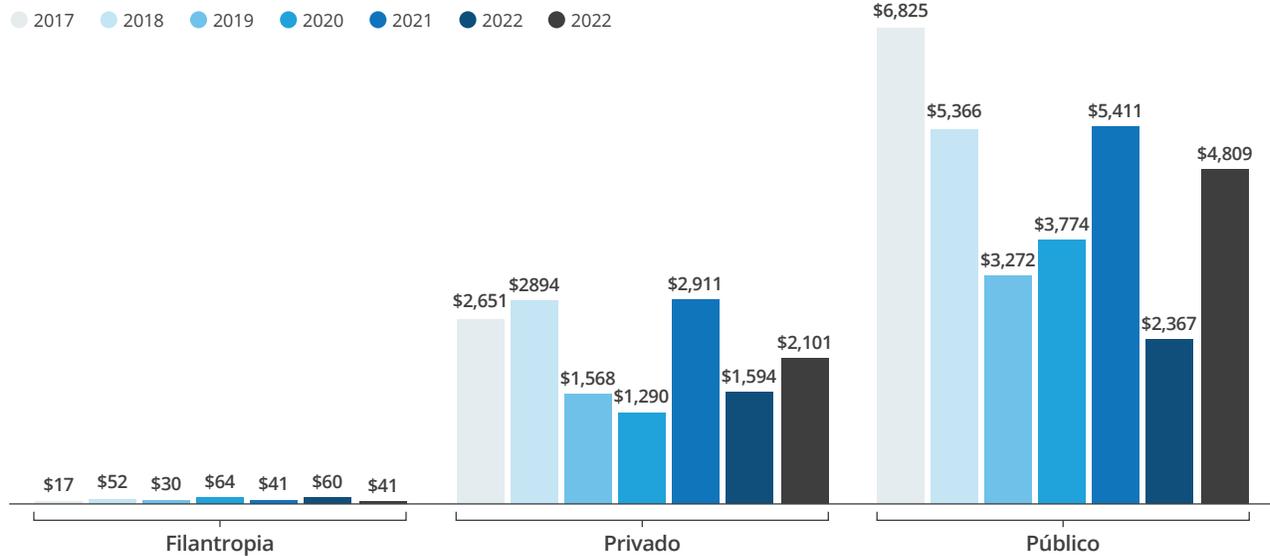
Pouco mais da metade dos compromissos com transações de *Blended Finance* para o clima capturados pela Convergence entre 2020-2022 provêm de investidores do setor público.

Testemunhamos mudanças marginais nas fontes desses investimentos, com agências de desenvolvimento representando uma parcela crescente dos compromissos do setor público nos últimos anos (49% dos compromissos do setor público em 2020-2022 em comparação com 44% em 2017-2019). A proporção de investimento de DFIs/MDBs diminuiu correspondentemente (56% dos compromissos do setor público 2017-2019 em comparação com 51% 2020-2022).

Em termos de volume de financiamento, os investidores do setor público superaram significativamente os investidores do setor privado nos últimos anos. Desde 2017, os investidores do setor público forneceram, em média anual, \$2,35 bilhões a mais do que o setor privado.⁹ O volume de financiamento do setor público é impulsionado pelos DFIs/MDBs, com

⁹ Esses totais são afetados pela capacidade da Convergence de obter quantias de investimento de fontes públicas e confidenciais. Investidores do setor privado tendem a divulgar menos detalhes de investimento do que seus equivalentes do setor público. No entanto, embora isso possa impactar a precisão dos totais de investimento do banco de dados da Convergence, acreditamos que a distribuição relativa das fontes de capital seja precisa.

Figura 26: Financiamento anual agregado por setor de investidores. Os totais de 2023 são estimativas previstas.



o tamanho médio de investimento aumentando de \$10 milhões em 2020 para \$19,1 milhões em 2022. A Convergence prevê que os fluxos de financiamento tanto do setor privado quanto do setor público disponíveis para o *Blended Finance* para o clima cresçam em 2023 para, respectivamente, \$2,1 bilhões e \$4,8 bilhões.

Para alcançar um cenário de emissões líquidas zero, é fundamental que o financiamento do setor privado cresça tanto em termos relativos quanto absolutos em comparação com as fontes públicas. Resultados semelhantes aos da Convergence são ecoados pelo CPI, que compartilhou:

“Estamos observando que a taxa de crescimento do financiamento climático público é mais rápida (9,6%) do que a do setor privado (4,8%), mas deveríamos observar mais crescimento do setor privado. A Agência Internacional de Energia estima que até 2030 o financiamento privado deve representar 65% do total necessário em energia limpa para alcançar um cenário de emissões líquidas zero, e 35% do setor público. Atualmente, o financiamento climático público representa 50% do financiamento climático. Precisamos usar o financiamento público de maneira mais estratégica para mobilizar somas significativamente maiores de financiamento privado, tanto doméstico quanto internacional.”

As agências de desenvolvimento estão se tornando cada vez mais os principais fornecedores de capital concessional para transações de *Blended Finance* para o clima (de 56% em 2017-2019 para 67% em 2020-2022), enquanto DFIs/MDBs participam com mais frequência de forma comercial (a proporção de todos os investimentos concessivos caiu para 18% em 2020-2022 de 26% em 2017-2019). Quando se isola para ‘transações de *Blended Finance* para adaptação, as agências de desenvolvimento são ainda mais despendidas para o capital que assume riscos. De 2020 a 2022, as agências de desenvolvimento forneceram 73% dos investimentos concessivos em transações de adaptação, um aumento significativo em relação a 2017-2019 (47%). Em comparação, os DFIs/MDBs forneceram apenas 9% dos compromissos concessivos para acordos de adaptação em 2020-2022, uma queda acentuada em relação a 22% em 2017-2019.

Por fim, os investidores filantrópicos direcionaram grande parte de seus investimentos concessivos para acordos com algum grau de intencionalidade para resultados de adaptação (15% de todos os investimentos concessivos em 2020-2022 em acordos de adaptação e híbridos em comparação com 6% em acordos de mitigação).

Todas as classes de investidores têm se concentrado principalmente em transações de *Blended Finance*

Figura 27: Desagregação dos compromissos concessivos por classe de investidores, proporção do total de compromissos concessivos (2017-2022)

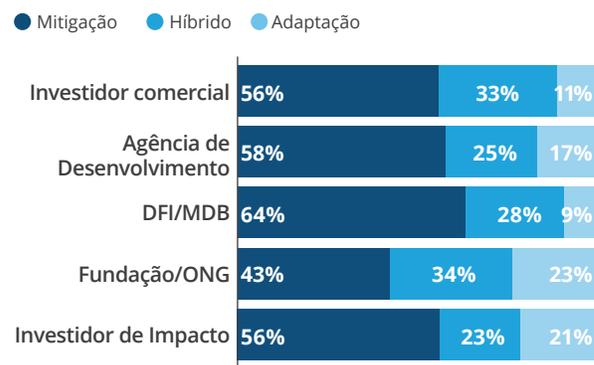


para mitigação nos últimos anos. Quase dois terços dos compromissos de DFIs/MDBs foram destinados ao *Blended Finance* para mitigação, tornando-os a classe de investidores mais fortemente inclinada para resultados de mitigação e menos envolvida no *Blended Finance* para adaptação (9% dos compromissos). Há evidências de DFIs/MDBs adotando estratégias de comprovação de mercado, o que pode ser especialmente benéfico para o setor de adaptação, onde os pipelines de investimento, mercados e modelos de negócios são menos desenvolvidos do que as transações tradicionalmente focadas em mitigação. Como explicado pelo IDB Invest, externalidades sociais e climáticas podem e devem ser priorizadas no *Blended*

Finance ao lado da construção de investimentos em escala.) Isso inclui a participação de DFIs/MDBs em transações menores e mais arriscadas para instigar o “derramamento” de conhecimento para outros investidores. Embora esse seja um conceito crítico, ainda não vimos uma adoção substancial no espaço de *Blended Finance* para o clima.

Como mencionado anteriormente, as fundações estão desempenhando um papel central no *Blended Finance* para a adaptação. Elas são a única classe de investidores com mais de 50% dos investimentos direcionados para transações que integraram pelo menos algum grau de foco em adaptação (acordos de adaptação + híbridos).

Figure 28: Proporção de compromissos por subtema climático, 2020-2022



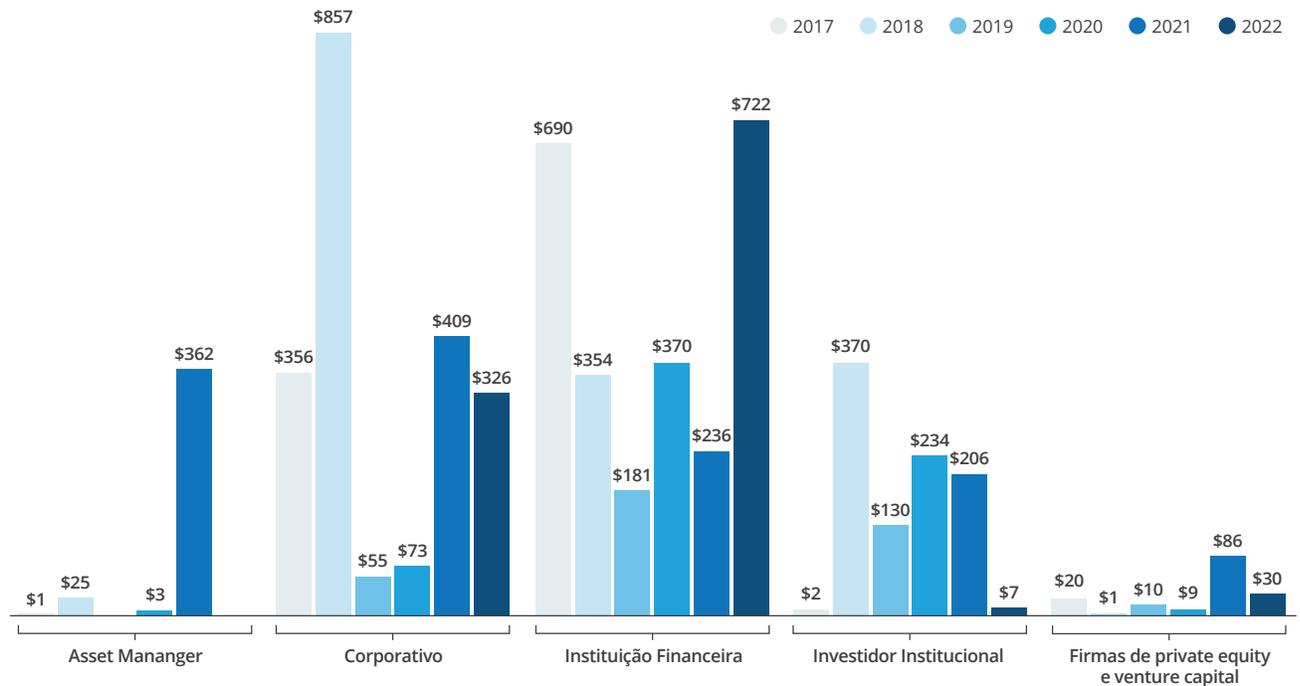
INVESTIDORES DO SETOR PRIVADO

Desde 2017, a Convergence capturou \$12,9 bilhões de investimento comprometido em transações de *Blended Finance* para o clima por investidores comerciais (setor privado). Os fluxos de financiamento de investidores comerciais diminuíram nos últimos anos, de \$7,13 bilhões entre 2017-2019 para \$5,87 bilhões em 2020-2022. A queda pode ser parcialmente atribuída à contração na atividade global de investimento durante as fases iniciais da pandemia de COVID-19 - além das instituições financeiras, todas as classes de investidores comerciais registraram quedas no número de compromissos e no capital total investido em acordos de *Blended Finance* para o clima em 2020. Por exemplo, os totais de investimento de

corporações despencaram mais de 90% em 2020 em relação aos valores de 2018. Da mesma forma, o capital comprometido de investidores institucionais caiu quase 40%. Embora a Convergence tenha observado uma recuperação no envolvimento em *Blended Finance* para o clima entre a maioria dos tipos de investidores em 2021, desafios macroeconômicos emergentes na segunda metade de 2022 mais uma vez restringiram a atuação dos investidores comerciais.

Aproximadamente dois terços dos investimentos do setor privado capturados pela Convergence entre 2017-2022 foram fornecidos por investidores comerciais sediados em países desenvolvidos na Europa e América do Norte. Cerca de 14% vieram da

Figura 29: Totais anuais capturados de financiamento, por subtipo de investidor comercial, 2017-2022



Ásia em desenvolvimento, 14% da África Subsaariana (SSA) e 7% da América Latina.

Investidores institucionais continuam a preferir transações maiores de *Blended Finance* para o clima; o tamanho médio de negócio com a participação de investidores institucionais foi de \$136 milhões entre 2020-2022. Eles são seguidos por corporações (\$110 milhões) e bancos comerciais (\$90 milhões). O tamanho médio de negócio com o investimento de empresas de private equity ou venture capital diminuiu significativamente em 2020-2022, caindo para \$20 milhões em comparação com \$97 milhões em 2017-2019.

Corporações

Nos últimos anos as corporações têm sido a classe de investidores comerciais mais ativa no *Blended Finance* para o clima, desembolsando 89 investimentos ou pouco mais de um terço de todos os compromissos do setor privado de 2020-2022. A participação das corporações se faz sobretudo por meio de participações acionárias, que representam 96% dos investimentos corporativos entre 2020-2022 (em comparação com 65% de 2017-2019.) De 2017-2019, cerca de 60% dos investimentos acionários das corporações eram participações acionárias dos

patrocinadores em projetos de energia renovável ou de infraestrutura verde em fase inicial. Uma nova tendência surgiu a partir de 2020-2022; impulsionado pelo desenvolvimento dos mercados de private equity e venture capital na África Subsaariana (SSA) e Índia, pelos aumentos acentuados nas valorações de participações acionárias e pela redução do custo de capital devido à política monetária expansionista, o ano de 2021 viu investimentos acionários das corporações em uma maior diversidade de tipos de negócios, incluindo empresas (26% do investimento acionário das corporações) e fundos (23%).

Figura 30: Desagregação dos compromissos do setor privado por subtipo de investidor, proporção do total de compromissos do setor privado, 2017-2022



Instituições financeiras

Instituições financeiras (principalmente bancos comerciais) têm sido o segundo tipo de investidor do setor privado mais ativo em *Blended Finance* para o clima desde 2017. Juntamente com DFIs/ MDBs (Instituições Financeiras de Desenvolvimento / Bancos Multilaterais de Desenvolvimento), os bancos comerciais têm se destacado nos empréstimos; de 2017 a 2019, 83% dos compromissos foram na forma de dívida sênior. Essa proporção caiu para 66% entre 2020-2022. [Como observado recentemente pela Convergence](#), o aumento das taxas de juros para conter a inflação, levado adiante na maioria das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, fez com que muitos bancos enfrentassem escassez de liquidez. Incapazes de se livrar dos empréstimos existentes sem risco de perdas significativas, muitas instituições restringiram substancialmente suas atividades de crédito. Alguns desdobramentos no mercado de *Blended Finance* para o clima são sintomáticos dessa tendência: em primeiro lugar, enquanto a dívida de financiamento de projetos continua sendo a principal estrutura de investimento para bancos comerciais em acordos climáticos (70% dos empréstimos foram de financiamento de projetos de 2020 a 2022, ante 80% de 2017 a 2019), o volume de financiamento de projetos diminuiu 47%. Essas descobertas estão alinhadas com o Relatório de Investimentos Mundiais da UNCTAD, [que viu o valor do financiamento de projetos em energia renovável cair 40% e no agronegócio verde cair 46%](#). Em segundo lugar, a Convergence não registrou nenhum investimento em dívida de

instituições financeiras em fundos com foco climático em 2022. Isso destaca as dificuldades de captação de recursos enfrentadas pelos [gestores de fundos de dívida privada](#) nos mercados emergentes, sobretudo à medida que os investidores comerciais reduzem o apetite por riscos. Olhando para o futuro, conforme as taxas se estabilizam, esperamos um aumento nas alocações de empréstimos para *Blended Finance* para o clima por parte dos bancos comerciais e uma maior concentração de capital nas mãos de poucos desenvolvedores de projetos, gestores de fundos e empresas mais estabelecidas.

Iniciativas como a Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), que representa mais de 450 grandes instituições financeiras de 45 países comprometidas em alinhar seus balanços com uma transição líquida zero de 1,5 grau, estão apoiando plataformas de financiamento lideradas por países (por exemplo, JETPs) por meio do uso de *Blended Finance* (Nota: A Convergence discute o uso de *Blended Finance* para JETPs detalhadamente na seção de desafios deste relatório.). Na COP27, a GFANZ se comprometeu a fornecer \$10 bilhões de instituições financeiras privadas para o JETP indonésio após o compromisso de \$10 bilhões em financiamento público de uma coalizão de países doadores, incluindo os EUA, Japão, Canadá, Dinamarca, UE, Alemanha, França, Noruega, Itália e Reino Unido (referidos como o International Partners Group ou IPG); da mesma forma, a GFANZ se comprometeu com \$7,75 bilhões em financiamento privado em apoio ao JETP do Vietnã. A GFANZ estabeleceu um Grupo de Trabalho para apoiar parceiros JETP no país na identificação de



oportunidades de investimento privado e reformas necessárias para superar as barreiras de investimento. Importante destacar que a GFANZ reconheceu que *Blended Finance* e apoio do setor público devem ser usados apenas em casos específicos e necessários nos países JETP. A Declaração da Plataforma do País da GFANZ destaca a importância dos participantes da plataforma e do setor privado trabalharem juntos para identificar onde o financiamento do doador concessional será mais catalítico e quais as situações onde este financiamento pode correr o risco de afastar o setor privado. Por exemplo, a geração de energia renovável frequentemente não requer nenhum suporte concessional e é mais propensa a envolver investidores do setor privado.

À medida que 2030 se aproxima e as instituições financeiras enfrentam uma pressão crescente para atingirem suas metas intermediárias de emissão líquida zero, se faz premente a necessidade de se

definir, de forma clara, o que são finanças de transição e qual o tratamento adequado a ser dado aos projetos de transição nos balanços das instituições financeiras com compromissos de emissão líquida zero. A respeito desses desafios, John Murton, do Standard Chartered, compartilha:

“O financiamento de transição para a desativação de usinas a carvão apresenta vários desafios. O Standard Chartered não financiará novas usinas de energia a carvão e está reduzindo rapidamente nossa exposição ao carvão. No entanto, a aposentadoria antecipada dessas usinas provavelmente envolverá o refinanciamento de uma usina de energia a carvão para viabilizar economicamente o fechamento antecipado. Isso pode dar a impressão de que o banco está aumentando sua exposição ao carvão, enquanto, na verdade, estaria possibilitando a aceleração da sua retirada.”

VOZES ESPECIALISTAS:

Entrevista com Alexander Kennedy, Chefe de Soluções de Finanças Sustentáveis, Standard Chartered

Como as instalações concessivas se encaixam na abordagem estratégica do Standard Chartered para lidar com as mudanças climáticas?

A provisão de capital concessional normalmente não é oferecida por bancos, portanto ela não tem lugar em nossa abordagem estratégica para lidar com as mudanças climáticas. No entanto, no contexto do impacto econômico da pandemia em nossos mercados na Ásia, África e Oriente Médio, consideramos o que poderíamos fazer como banco para ajudar e percebemos que a oferta de capital barato era o mais necessário. Comprometemo-nos a fornecer US\$ 1 bilhão em financiamento

a taxas sem fins lucrativos para clientes em nossa área de atuação. Isso é como inverter a lógica do *Blended Finance*, já que normalmente os bancos têm o capital comercial e estão em busca de capital concessional para entrar em mercados desafiadores com taxas atrativas para os tomadores. Em vez disso, o banco acabou sendo o provedor de capital concessional. Realizamos empréstimos bilaterais com pequenas empresas e financiamentos maiores com organizações como o Afreximbank, que estava fornecendo vacinas sob o African Vaccine Acquisition Trust (AVAT). Assumimos o papel concessional e buscamos atrair atores do setor privado. É uma boa maneira de responder a desastres, e em áreas menos

desenvolvidas e sobre temas de impacto como biodiversidade ou adaptação, é uma maneira útil de preparar o mercado para obter esse fluxo inicial de capital.

Quais lições podem ser extraídas dessa experiência?

A taxa que oferecemos era concessional e constante em todas as nossas classificações de crédito nos mercados. Isso significava que, enquanto nossos clientes com classificações de crédito mais altas talvez pudessem acessar taxas semelhantes em outros lugares, nossos clientes com classificações de crédito mais baixas em mercados como o Quênia, acostumados a empréstimos a LIBOR mais 250, provavelmente consideraram nossos empréstimos a taxas concessivas a LIBOR mais 10 como praticamente gratuitos. Como aplicamos a mesma taxa concessional em todos os casos, isso teve um efeito desproporcional para nossos clientes menores, e isso foi intencional. Também queríamos dispersar o máximo possível de empréstimos para o maior número possível de clientes, priorizando empréstimos menores para clientes menores, onde o impacto seria maior. Em um momento em que os mercados de crédito estavam se fechando, poder acessar financiamento praticamente de graça teve um impacto significativo.

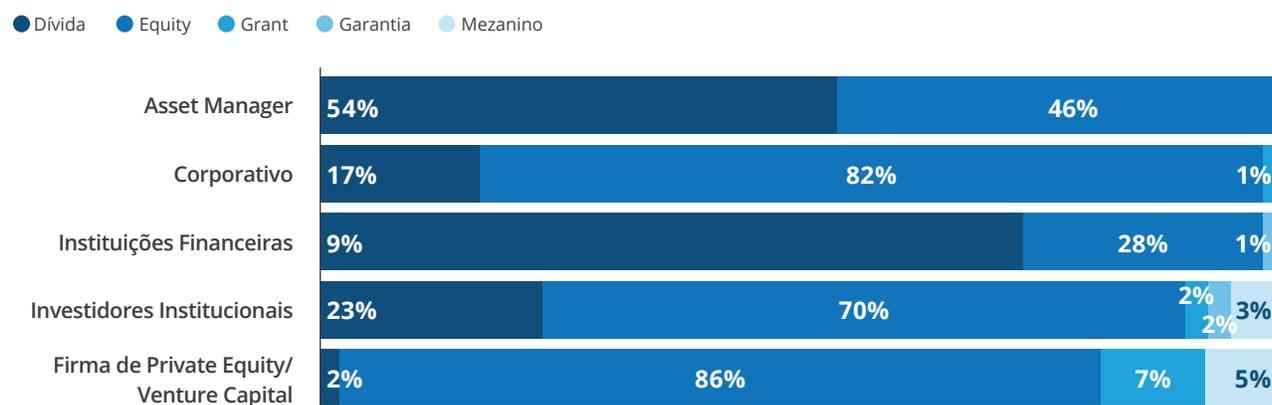
Estávamos ansiosos para fornecer capital o mais rápido possível. Embora em nosso financiamento fosse estipulado que os clientes nos forneceria relatórios de impacto atualizados a cada ano, a metodologia para obtenção desses dados precisava de aprimoramento. No final do ano, estávamos recebendo relatórios de impacto em formatos e tamanhos não comparáveis entre si. Dito isso, dada a importância do programa em responder à pandemia, buscaremos estabelecer uma abordagem semelhante se houvesse necessidade no futuro.

Quais são as prioridades do Hub de Inovação em Finanças para Adaptação Climática?

A adaptação não é algo novo para o Standard Chartered; o Banco tem financiado a adaptação faz algum tempo, apenas não denominava seu processo de financiamento assim. Uma das prioridades do Hub de Inovação em Finanças para Adaptação Climática do Banco é identificar atividades de adaptação (ou que demonstrem capacidade de gerar benefícios conjuntos) dentro do nosso portfólio atual e, a partir de então, tentar estabelecer uma linha de base. Outra prioridade é identificar oportunidades futuras. Realizamos uma avaliação de riscos climáticos para nossos clientes, o que nos ajuda a criar pontuações de prontidão para transição e adaptação. Isso, por sua vez, nos permite identificar pontos críticos e áreas de alta ou baixa prontidão para a adaptação, onde os clientes estão se saindo bem ou onde eventualmente precisarão de mais apoio.

Outra prioridade é simplesmente fechar mais acordos, mas para fazer isso precisamos entender o que é a adaptação. Nesse sentido, estamos trabalhando na criação de um guia de referência para finanças de adaptação, semelhante ao Guia de Referência para Finanças de Biodiversidade da IFC; a ideia é trazer à prática a definição de “investimento em adaptação”, cuja falta de clareza pode atrapalhar o direcionamento de recursos. As finanças de adaptação carecem de um guia de referência abrangente; ou seja, um conjunto de regras e diretrizes, como ocorre com os princípios de títulos verdes ou os princípios de títulos sociais para a adaptação. Investidores realmente apreciam quando as coisas são estruturadas de maneira compreensível e aceitável, tanto para eles quanto para seus investidores finais. Por fim, também estamos buscando treinar internamente as pessoas sobre o que é a adaptação.

Figura 31: Desagregação dos compromissos de investidores do setor privado por tipo de instrumento, proporção de compromissos de subtipo, 2017-2022.



Investidores institucionais

A Convergence observou uma leve diminuição na atividade de investidores institucionais nos últimos anos. Nas negociações de *Blended Finance* para o clima, esse perfil costumava ser formado por detentores de equity - entre 2017 e 2019, 80% dos compromissos eram feitos por meio de equity. No entanto, mais recentemente, a tendência tem sido a da emissão de dívida - 50% dos compromissos em 2022 foram por feitos dessa forma. A Convergence enxerga uma oportunidade promissora para os investidores institucionais se tornarem uma fonte mais confiável de capital de dívida para o *Blended Finance* para o clima, sobretudo à medida que as instituições financeiras enfrentam desafios únicos que limitam sua capacidade de empréstimo.

A UNCTAD observa que trazer investidores institucionais para o financiamento de projetos [pode reduzir as margens de dívida em cerca de 8%](#), quase tanto quanto garantir um DFI/MDB (10%). Além disso, o risco de crédito impulsionado pela taxa de juros alta e pelo ambiente inflacionário deixou os investidores institucionais com [alocação excessiva em capital próprio](#), abrindo caminho para que, conforme o ambiente macroeconômico se estabilize, haja um aumento na alocação de dívida.

Os requisitos de liquidez e risco de crédito são considerações críticas para mobilizar investidores institucionais em transações de *Blended Finance* para o clima. Por exemplo, a maioria dos investidores institucionais não investirão em jurisdições ou títulos com classificação inferior a grau de investimento (abaixo de BBB-). De acordo com um [relatório da](#)

[CPI](#) que examina os custos de capital associados ao desenvolvimento de capacidade solar, as taxas de retorno necessárias sobre o patrimônio em países com classificações especulativas (de BB+ a B-) aumentam em 15-20% e mais de 30% para países com classificações altamente especulativas (CCC+ e abaixo). Da mesma forma, o custo da dívida pode aumentar até 20% para classificações especulativas e 35% para classificações altamente especulativas. Instrumentos de *Blended Finance* (como garantias concessivas, empréstimos com preços concessionais e subsídios) podem garantir a mitigação de risco necessária para se aproximar oportunidades de investimento com baixa classificação daquelas mais bem classificadas, possibilitando, por conseguinte, a participação de investidores institucionais. Além disso, podem reduzir os custos de capital para os mutuários, aumentando efetivamente o pipeline de oportunidades viáveis para os investidores.

Entre os investidores institucionais, fundos de pensão e companhias de seguros estão bem posicionados para investir em finanças climáticas (dadas suas perspectivas de investimento de longo prazo e responsabilidades). Projetos climáticos frequentemente exigem prazos de investimento mais longos para realizar impacto - considere subsectores como a silvicultura, que muitas vezes requerem horizontes de investimento de 15 anos ou mais para realizar o valor total. Embora o prazo mais longo possa servir como um impedimento para investidores privados, fundos de pensão e companhias de seguros estão mais bem posicionados para navegar nessa compensação em busca de retornos financeiros e impacto.

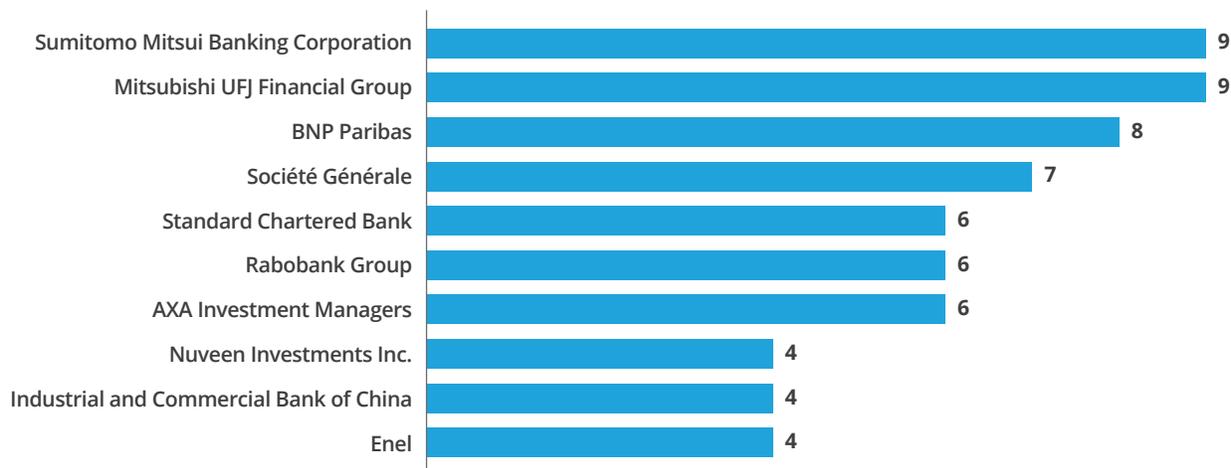
Firmas de Private Equity Venture Capital

Por fim, a atividade de empresas de private equity e venture capital diminuiu significativamente em termos absolutos desde 2019. O número total de compromissos caiu cerca de 70% em 2022 após atingirem um pico em 2019, quando os mercados de private equity na África Subsaariana e América Latina, ao oferecerem retornos atrativos e ajustados ao risco para investidores transfronteiriços, impulsionavam a atividade de fundos. Mais capital concessional, como o chamado equity de primeira perda, deve ser disponibilizado para fazer o de-risking dos investimentos diretos em empresas iniciantes e nas estruturas de fundos, compensando, assim, a queda nas valorações das empresas e o aumento do risco percebido (causado pelo ambiente inflacionário e pelas taxas de juros crescentes).

Tabela de Classificação de Investidores do Setor Privado

Os principais e mais consistentemente envolvidos investidores do setor privado são compostos principalmente por bancos comerciais que, juntos, representam sete dos dez principais investidores do setor privado em número de compromissos. Não obstante, não observamos um aumento significativo no envolvimento em *Blended Finance* para o clima entre esses bancos ao longo do último ano - cinco dos sete bancos comerciais apresentados na tabela do ano passado e com apenas o Sumitomo Mitsui Banking Corporation realizando mais de 2 investimentos em 2022 (4 investimentos). Isso destaca a ausência de estratégias *Blended Finance* dentro dessa classe crítica de investidores.

Figura 32: Investidores mais frequentes do setor privado em financiamento climático combinado por número de compromissos, 2017-2022



BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO (MDBs) / INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO (DFIs)

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e as Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (DFIs) mais ativos no que diz respeito ao *Blended Finance* para o clima foram, até o momento (2017-2022), o IFC, FMO, IDB Invest, ADB e o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD). No âmbito do compromisso do Grupo Banco Mundial de aumentar a entrega de financiamento climático, tanto o IFC quanto a

MIGA se comprometeram a alinhar 100% de suas operações no setor real aprovadas pelo conselho com o Acordo de Paris até 1º de julho de 2025.

Como mencionado anteriormente, o ADB atualmente desempenha um papel de liderança na implementação dos Mecanismos de Transição Energética (ETMs) que, por suas vezes, se baseiam em *Blended Finance* para apoiar a transição de usinas de combustíveis fósseis para energias renováveis. Em

junho de 2023, a FinDev Canada e a MUFG anunciaram o lançamento do GAIA, uma plataforma de *Blended Finance* de \$1.5 bilhão que impulsionará investimentos focados no clima em países em desenvolvimento.

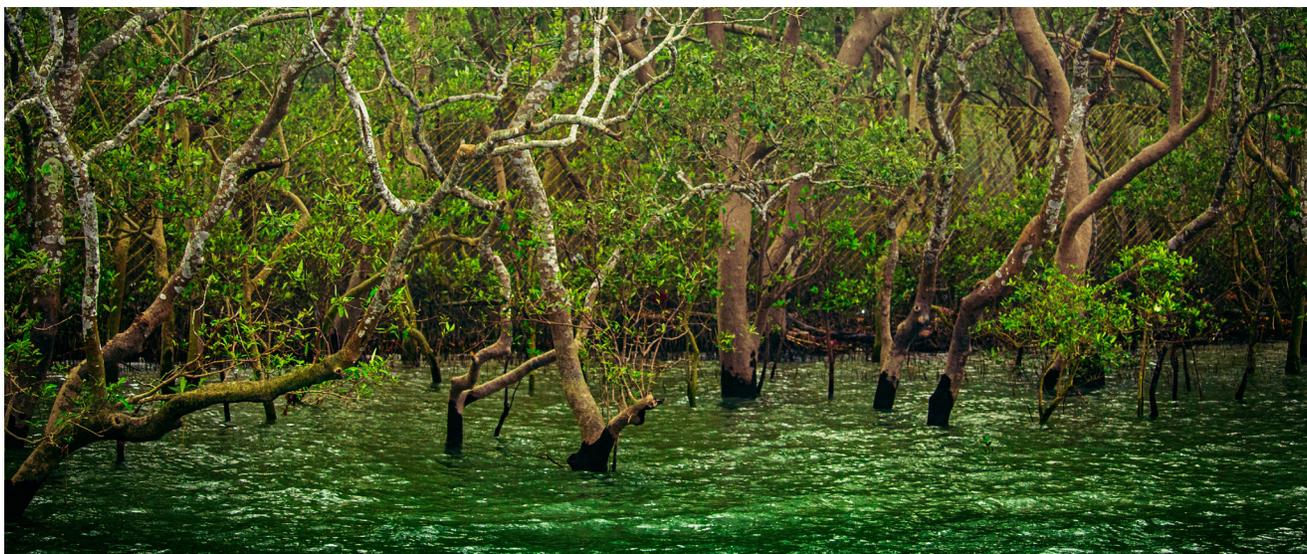
Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) podem optar por empregar capital concessional para reduzir o risco de seus próprios investimentos, o que pode torná-los uma fonte tanto de financiamento concessional quanto comercial na mesma transação. Por exemplo, o projeto AC Energy Wind Power envolve o design, construção e operação de uma fazenda eólica de 88MW na província de Ninh Thuan, Vietnã. O ADB concedeu um empréstimo sênior A de \$35 milhões, bem como uma doação de \$5 milhões, em nome do Climate Innovation Development Fund (um fundo de financiamento concessional liderado pelo ADB) para melhorar a viabilidade econômica do projeto.

A Convergence defendeu anteriormente que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e as Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (DFIs) deveriam visar de forma mais ambiciosa a mobilização do setor privado para finanças climáticas dentro de seu modelo operacional; poderia fazê-lo a partir de um conjunto de Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) capazes de aumentar os valores mobilizados por ano. Além dos MDBs e DFIs, há uma oportunidade importante, mas ainda não explorada, para os bancos nacionais de desenvolvimento financiarem metas climáticas. Dada sua compreensão acerca das prioridades nacionais e das necessidades de financiamento locais, estas instituições estão estrategicamente situadas para

garantir a integração das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e as metas do Acordo de Paris (sobretudo quando comparadas aos MDBs, dotados de perspectivas mais amplas e globais.) No entanto, o HDD da Convergence registra compromissos mínimos para transações de *Blended Finance* de bancos nacionais de desenvolvimento. Da mesma forma, a CPI constata que apenas nove dos 37 bancos nacionais e subnacionais de desenvolvimento rastreados em seu conjunto de dados de 2022 anunciaram metas de financiamento climático, sendo que apenas um fez compromissos específicos para finanças de adaptação climática. Como compartilhado por Nicole Pinko na CPI:

“Estamos descobrindo que o papel dos bancos nacionais de desenvolvimento é muito diferente com base na ambição e capacidade dos NDCs de cada país. Por exemplo, em alguns países as estratégias climáticas dos bancos nacionais de desenvolvimento estão intimamente alinhadas aos NDCs locais, enquanto em outros as estratégias climáticas e divulgações do banco são mais variadas. Existem bancos nacionais muito focados em financiamento climático, energia renovável ou adaptação, enquanto outros não têm o financiamento climático como prioridade.”

A maioria das transações de financiamento das DFIs/ MDBs (56% de 2017 a 2022) é feita por meio de dívida, enquanto a equidade representa 23% dessas transações. Um estudo da UNFCCC descobriu que os MDBs contribuem com 15% de seu financiamento para adaptação por meio de doações puras. Há



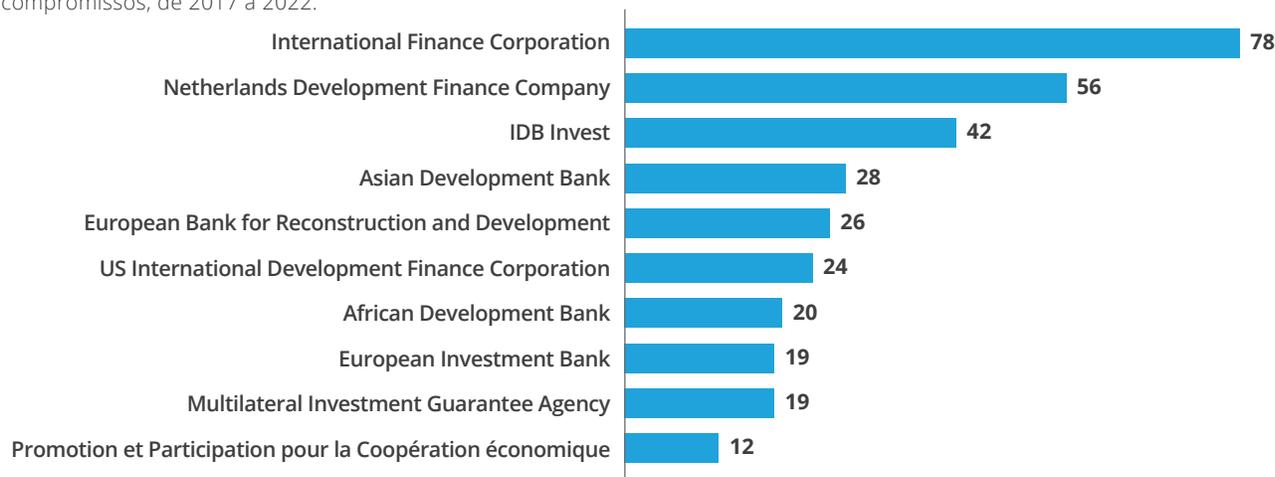
oportunidades para que as DFIs utilizem mais a Assistência Técnica (TA) (especialmente em transações de adaptação). As DFIs estão em uma posição única no mercado para fornecer doações de TA com objetivos catalíticos. Algumas já oferecem TA em transações de *Blended Finance* por meio de suas próprias instalações de TA (TAFs). Por exemplo, a FMO supervisiona o Programa Ventures, e a FinDev TAF do Canadá foi lançada em 2020. A TA em transações de *Blended Finance* pode ser essencial para o desenvolvimento de capacidades e para a redução de riscos potenciais investimentos em mercados novos ou incertos. Pode ser usada em programas de consultoria, assistência ou treinamento.

Um exemplo de Instituição Financeira de Desenvolvimento (DFI) que participa de programas de Assistência Técnica (TA) é o Fundo de Agricultura Resiliente Acumen, responsável por fornecer capital e subsídios para agroindústrias inovadoras e em

“DFIs are uniquely positioned within the market to provide concessionary TA grants with catalytic aims.”

estágio inicial que aprimoram a resiliência climática de pequenos agricultores na África Oriental e Ocidental. A FMO contribuiu com \$500 mil para apoiar iniciativas de TA como, por exemplo, intervenções de adaptação climática (incluindo iniciativas específicas de gênero; serviços de desenvolvimento de negócios e projetos de treinamento de gestão/funcionários, e projetos de coleta de dados eficientes.

Figura 33: Participantes mais frequentes em acordos de *Blended Finance* para o clima, realizados por DFI/MDB, por número de compromissos, de 2017 a 2022.



AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO E FUNDOS MULTI-DOADORES

As agências de desenvolvimento e os fundos multi-doadores são fontes importantes de capital concessional em transações de *Blended Finance*. Metade das 10 principais instituições na tabela abaixo são fundos multi-doadores, incluindo: Grupo de Desenvolvimento de Infraestrutura Privada (PIDG), GCF, Fundo de Tecnologia Limpa, GEF e o Fundo Climático Canadense para o Setor Privado nas Américas. Enquanto os países doadores

continuam a fazer contribuições diretas por meio de agências de desenvolvimento, com os fundos multi-doadores representando 50% dos 10 principais investidores, há um claro movimento para que esses países financiem resultados climáticos por meio de meios indiretos e colaborativos.

O exemplo recente de transação de *Blended Finance* para o clima, com a participação de várias agências de desenvolvimento, é o Gigaton

Empowerment Fund. Este fundo de dívida privada empresta para projetos e empresas nos setores de mini-redes, comércio e indústria, residências e energia inovadora, com foco principal na África (60%), e um foco menor nas regiões da América Latina, Caribe e Ásia. A Convergence concedeu uma bolsa de prova de conceito à Mirova SunFunder para o design e lançamento do Fundo. O Gigaton foi estruturado como um veículo misto de três níveis, compreendendo dívida júnior catalítica e capital de primeira perda (15%), dívida sênior (35%) e dívida super sênior (50%). As agências de desenvolvimento foram cruciais para criar as condições adequadas à entrada de investidores privados. Primeiro, a Global

Affairs Canada, juntamente com vários parceiros, contribuiu para a tranche catalítica. Em segundo lugar, a Sida apoiou uma garantia de \$50 milhões. Esse capital concessional foi crucial para diminuir os riscos e desbloquear o apoio da United States International Development Finance Corporation (US DFC), Natixis e SwedFund.

As agências de desenvolvimento frequentemente utilizam Assistência Técnica (TA, na sigla em inglês) em transações de *Blended Finance* para o clima, assim como dívida sênior. Mais recentemente, nossos dados mostram um aumento no uso de subsídios em estágio de investimento, passando de 4 transações por ano de 2017 a 2019 para 16 por ano de 2020 a 2021.

Figura 34: Agências de desenvolvimento e fundos multi-doadores mais frequentes em transações de *Blended Finance* para o clima, por número de compromissos, de 2017 a 2022.



INVESTIDORES FILANTRÓPICOS

Como mencionado, investidores filantrópicos compõem uma parte relativamente pequena do mercado de *Blended Finance* para o clima. Embora a maioria das organizações filantrópicas ativas, com exceção da Shell Foundation, historicamente não tenha tido um mandato exclusivo para o clima, algumas estão dando passos significativos para incorporar o clima em seus mandatos beneficentes. Por exemplo, a Rockefeller Foundation anunciou recentemente um compromisso de [\\$1 bilhão para financiar soluções climáticas](#), incluindo um apoio adicional para intervenções da Global Energy Alliance for People and Planet (GEAPP) (destacadas abaixo). Da mesma forma, antes da COP28, Bloomberg Philanthropies e a Agência

Internacional de Energias Renováveis formaram uma [parceria para acelerar o pipeline de projetos](#) de energia renovável em economias emergentes em todo o mundo. A iniciativa visa construir capacidade doméstica por meio de suporte técnico e reforma regulatória, aumentar o fornecimento de financiamento para preparação de projetos e intensificar a mobilização de capital do setor privado em colaboração com membros da GFANZ.

Até o momento, ainda não vimos um compromisso generalizado das fundações em assumir posições catalíticas em transações de *Blended Finance* para o clima - o investimento concessional das fundações em acordos de adaptação caiu de 15% para 13% do total de 2017-2019 para 2020-2022, e de 8%

para 5% no Blended de mitigação. A Convergence acredita que há um potencial real para as fundações aumentarem o fornecimento de capital concessional disponível para transações de *Blended Finance* para o clima por meio da implantação de Investimentos de Impacto Programado (PRIs, na sigla em inglês)¹⁰.

Como a Convergence investigou em um [estudo de caso](#) recente, as fundações, especificamente as dos Estados Unidos, enfrentam um conjunto único de fatores que devem ser considerados ao participar de posições de risco em estruturas financeiras. As fundações dos EUA são obrigadas por lei tributária a:

- 1 garantir que pelo menos 5% dos ativos do patrimônio sejam direcionados para fins beneficentes; e
- 2 ao implementar os PRIs, garantir que os critérios do código tributário sejam atendidos para assegurar a prudência do investimento.

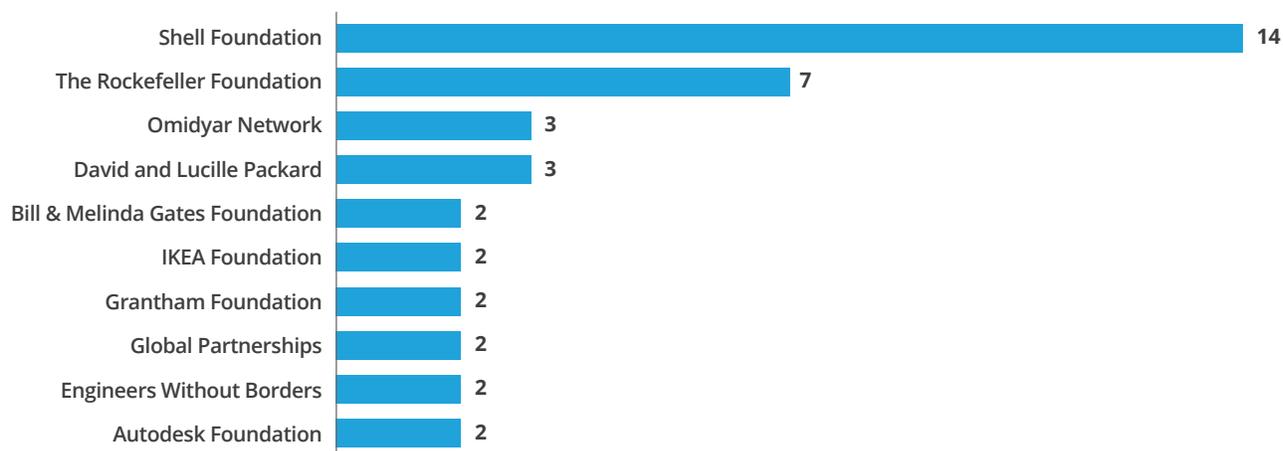
O que torna as oportunidades de *Blended Finance* relacionadas ao clima atraentes para essas fundações é que a participação em PRIs concessivas atende a ambos os requisitos. As transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima são centradas no impacto, e a participação concessiva atende aos critérios de PRIs. Não apenas isso, mas

o investimento em PRIs em transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima pode ser aplicado contra o limite de 5% para programação beneficente, ao passo que instrumentos de investimento tradicionais não podem.

A oportunidade apresentada pela comunidade filantrópica de contribuir para o *Blended Finance* relacionado ao clima também se tornou foco de bancos centrais, como a Autoridade Monetária de Cingapura (MAS, na sigla em inglês). Apenas US\$ 800 bilhões, ou menos de 2% do total das doações filantrópicas anuais, são destinados à mitigação climática. O capital filantrópico é versátil e pode ser potencialmente flexível, tolerante a riscos e paciente. Ele pode fazer uma contribuição significativa para fechar a lacuna de financiamento. Conforme compartilhado pela MAS,

“Aprimoramos e expandimos nossos esquemas de incentivos fiscais para escritórios familiares únicos em julho deste ano, e isso deve aumentar o interesse deles em doar e em conceder subsídios ou investir em investimentos relacionados ao clima e em estruturas de Blended Finance.”

Figura 35: Investidores filantrópicos mais frequentes em transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima por número de compromissos, 2017-2022



¹⁰ Os investimentos relacionados com programas (PRIs) são um tipo de instrumento financeiro específico para fundações privadas sediadas nos EUA, que são explicitamente investidos para promover o mandato de impacto da entidade, com todos os potenciais retornos financeiros ou valorização de valor considerados acessórios. Nos termos do Internal Revenue Code) do Código Tributário dos EUA, as instituições de caridade e fundações privadas estão sujeitas a impostos especiais de consumo se os investimentos subjacentes comprometerem a execução de qualquer um dos seus mandatos principais. Esses investimentos são denominados investimentos imprudentes. Os PRI permitem que as fundações contornem os padrões de prudência e implementem investimentos que podem ser considerados imprudentes (investidos a uma taxa abaixo do mercado, investidos em oportunidades de alto risco).

VOZES ESPECIALISTAS:

Entrevista com Stefanie Fairholme, Diretora Executiva, Head de Investimentos, GEAPP

Como vocês são financiados e como o mandato da GEAPP difere das organizações fundadoras?

Fomos estabelecidos por três fundadores filantrópicos: IKEA Foundation, The Rockefeller Foundation e o Bezos Earth Fund, que se comprometeram conjuntamente com até US\$ 1,5 bilhão em capital de doação para avançar com uma missão compartilhada de expandir o acesso à energia limpa para um bilhão de pessoas, evitando 4 bilhões de gigatoneladas de futuras emissões de CO2 e possibilitando 150 milhões de empregos e meios de subsistência sustentáveis. Isso é filantropia se unindo em grande escala. O que nos diferencia é nosso foco na implementação. Oferecemos suporte a nível de país para sete países-fundação, focamos em soluções escaláveis em mais 13 países e alcançamos mais de 80 países por meio de nossa Aliança mais ampla. Os sete países-fundação - República Democrática do Congo (RDC), Etiópia, Índia, Indonésia, Nigéria, África do Sul e Vietnã - foram priorizados com base na escala de impacto potencial e nos compromissos governamentais existentes com a energia limpa. Portanto, nosso modelo operacional é diferente; trabalhamos em estreita colaboração com governos locais, reguladores e formuladores de políticas para apoiar o ambiente propício que desbloqueia grandes fluxos de capital, além de realizar investimentos por meio de *Blended Finance*. O que aprendemos é que o trabalho no lado facilitador é essencial. Essa parte do nosso trabalho é altamente personalizada, específica para cada país e intensiva em recursos.

Quais tipos de suporte de *Blended Finance* a GEAPP oferece?

Primeiramente, oferecemos doações para apoiar o ambiente propício. Também fornecemos doações para financiamento de viabilidade, por exemplo,

doações que fazem parte da estrutura de capital e são usadas para tornar uma tarifa acessível, às vezes recuperáveis e às vezes não. Temos instrumentos financeiros concessivos, incluindo equity direto e intermediado. Normalmente, não atuamos como garantidores diretos, mas acreditamos que garantias podem ser altamente eficazes em nossos mercados, então buscamos apoiar plataformas de garantia. Nossa alocação de capital é organizada em torno de países, tecnologias e setores, em vez de instrumentos financeiros.

Como é o seu portfólio?

A GEAPP foi criada para impulsionar mudanças transformacionais nos sistemas de energia em economias emergentes, e só buscamos projetos consistentes com nossa missão filantrópica. A magnitude e urgência dessa mudança exigem reformas sistêmicas, reviravoltas comerciais e novas mentalidades traduzidas em soluções práticas que possam ser escaladas para fazer uma diferença significativa e duradoura no local.

Nos concentramos em três áreas:

- i energia renovável distribuída (DRE, na sigla em inglês)
- ii redes verdes e
- iii a economia verde.

Projetos nessas áreas são executados por equipes da GEAPP em toda a África, Ásia e América Latina, apoiados por uma estrutura robusta de monitoramento, avaliação e aprendizado que permite ação inteligente e rápida.

Além do trabalho de facilitação que apoiamos em nosso portfólio, temos um conjunto de investimentos diretos, em linha com nossa estratégia global. Isso pode incluir, por exemplo, testar modelos de negócios inovadores em

armazenamento de bateria ou fazer investimentos de capital próprio em desenvolvedores emergentes de DRE, como a Nuru na RDC.

Ao abordar a questão da escala, pensamos em como usamos melhor abordagens de plataforma;

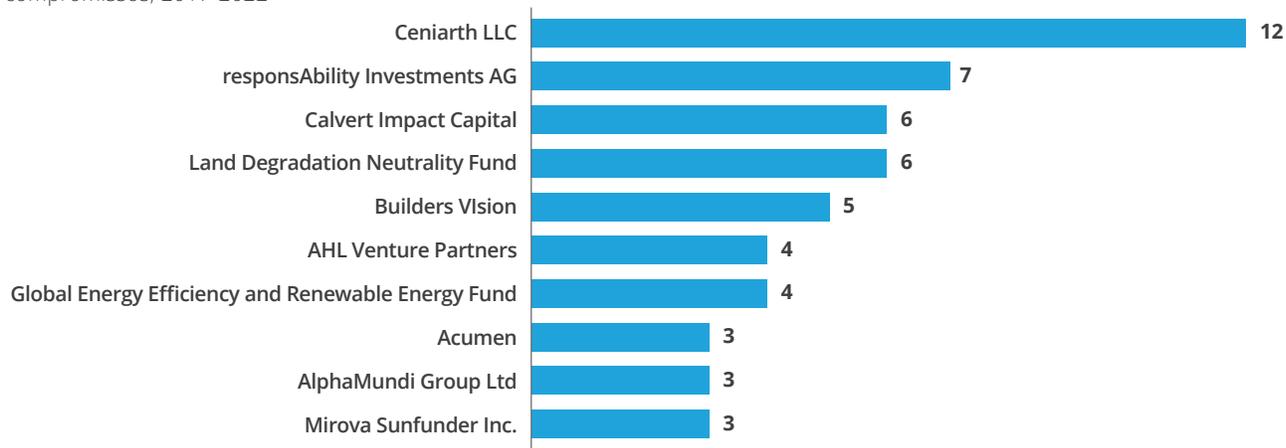
isso nos permite apoiar equipes credíveis no mercado em uma escala maior, desbloqueando significativamente mais capital e sendo especialmente importante para atrair o setor privado.

INVESTIDORES DE IMPACTO

Comparados a outros grupos de investidores, os investidores de impacto constituem uma porção relativamente pequena nos investimentos em transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima. Esses investidores desempenham um papel duplo como gestores de fundos e fornecedores de capital tanto concessional quanto comercial para transações de *Blended Finance*. Os principais investidores no campo de investimentos de impacto incluem Ceniarth LLC, Responsibility Investments AG, Calvert Impact Capital e o Land Degradation Neutrality Fund. Também estamos testemunhando o surgimento de escritórios de família como construtores de ecossistemas e financiadores em estágios iniciais de transações de *Blended Finance* relacionadas ao clima. Por exemplo, a [RS Group Asia](#), um escritório de família de porte

médio sediado em Hong Kong, dedicado a investir para um mundo melhor, lançou, em parceria com a Convergence, a Asia Natural Capital Design Funding Window em 2019. No momento do lançamento, a janela era a primeira do seu tipo focada em Soluções Baseadas na Natureza (NbS) na Ásia e ao longo de sua existência, foi capaz de [desenvolver um pipeline robusto e diversificado de soluções](#) para proteger alguns dos ativos naturais mais importantes da região. Como destacado em um [relatório recente da PwC](#), investir para impacto positivo ressoa com a cultura e missão dos escritórios de família. Fica claro que se envolver em *Blended Finance* é uma via crucial para os escritórios de família alinharem seus investimentos com valores, amplificarem o impacto e alcançarem retornos sustentáveis.

Figura 36: Investidores de impacto mais frequentes em acordos de financiamento climático combinado por número de compromissos, 2017-2022



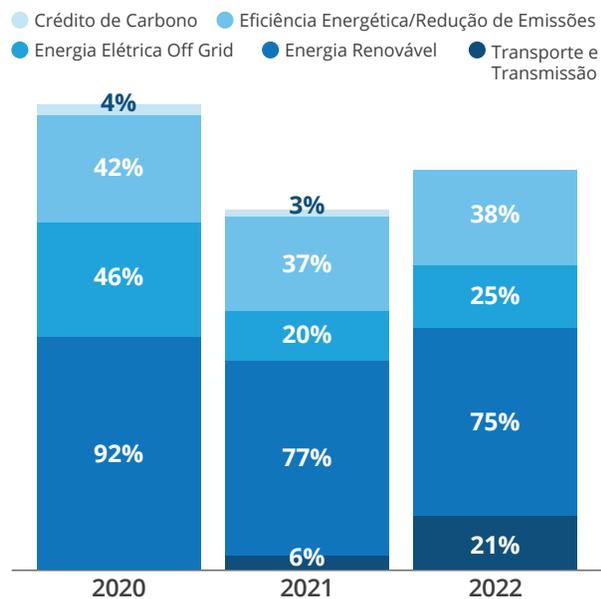


PARTE IV:
**MITIGAÇÃO &
ADAPTAÇÃO**

PARTE IV: MITIGAÇÃO & ADAPTAÇÃO

BLENDED FINANCE PARA MITIGAÇÃO

Figura 37: Sub-setores de mitigação; proporção de negócios anuais de *Blended Finance* para mitigação, 2020-2022¹¹

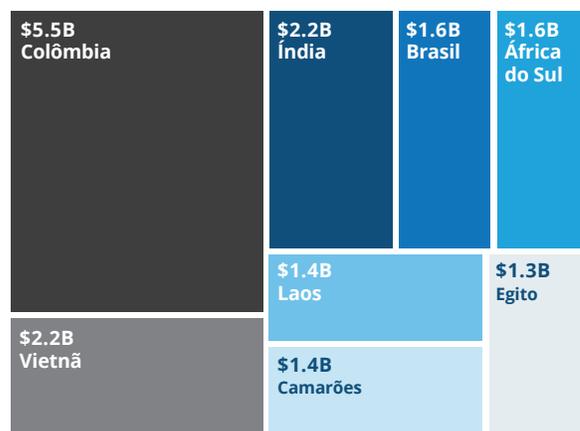


Desde 2017, quase metade (48%, 99 transações) das transações de *Blended Finance* para mitigação foram direcionadas à África Subsaariana, seguida pela Ásia emergente (Leste Asiático, Pacífico, Sul Asiático, 50 transações), América Latina e Caribe (42), Oriente Médio e Norte da África (10) e Europa Oriental (7). Quênia (15 transações), Índia (14), Vietnã (10), Brasil (9) e Nigéria (9) são os países mais frequentemente visados ao longo desse período. Notavelmente, ao analisar o volume total de financiamento por país, de 2017 a 2022, a Colômbia (8 transações) recebeu a maior quantia de *Blended Finance* para mitigação, totalizando US\$ 5,6 bilhões, seguida pela Índia (US\$ 4,4 bilhões) e pelo Brasil (US\$ 3 bilhões). Em comparação, as 15 transações no Quênia totalizaram US\$ 1,3 bilhão em valor total de negócios. A Convergence observou que as transações de mitigação no Quênia são principalmente acordos de

financiamento direto para empresas ou estruturas de fundos menores, como várias rodadas de financiamento garantidas pela empresa de tecnologia energética [Bboxx](#) ou pelo fundo pioneiro de energia off-grid da CrossBoundary, [CrossBoundary Energy 1](#). Na verdade, essa é uma tendência amplamente observada em toda a África Subsaariana. Por outro lado, as transações na Colômbia, Brasil e Vietnã são principalmente projetos (6, 6 e 7 negócios, respectivamente).

O desenvolvimento de ativos de energia renovável é o setor central do *Blended Finance* para mitigação. Desde 2017, transações de energia renovável representaram em média 82% do total de negócios para cada ano. Desde 2020, o *Blended Finance* entregou US\$ 9,9 bilhões para o desenvolvimento de ativos de energia renovável, com um tamanho médio de transação de US\$ 66 milhões. Quase todo o *Blended Finance* para mitigação destinado à Colômbia de 2017 a 2022 foi direcionado para o desenvolvimento de ativos de energia renovável (US\$ 5,4 bilhões de US\$ 5,6 bilhões), com padrões semelhantes encontrados na Índia, Vietnã e Brasil.

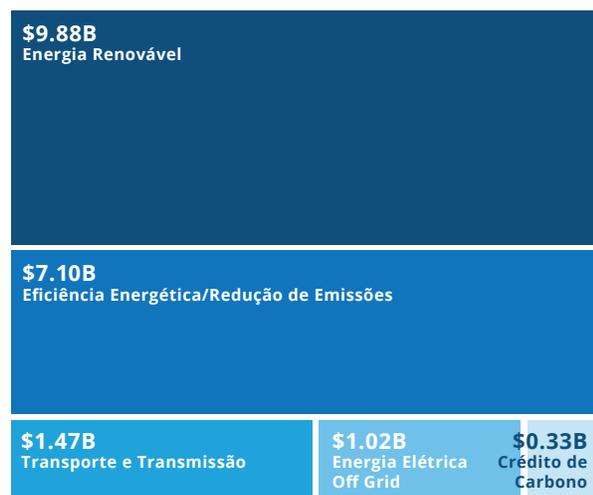
Figura 38: Volume agregado de transações de energia renovável por país (top 8), 2017-2022.



11 As barras somam mais de 100% porque as transações podem direcionar-se a vários sub-setores.

A Convergence observa um crescimento significativo na atividade no setor de energia renovável off-grid, especificamente em sistemas fotovoltaicos (PV) solares nos últimos anos - 30% das transações entre 2020-2022 tiveram como alvo esse setor, em comparação com 14% entre 2017-2019. Isso é, em parte, resultado da contínua queda nos custos dos componentes para sistemas fotovoltaicos e da economia de escala na produção, mais evidente conforme cresce a demanda. Essa redução de custos garantiu a viabilidade financeira para lançar projetos off-grid em jurisdições de alto risco; citamos como exemplo o [projeto de micro-rede](#) solar de 6,3 MW no Haiti no valor de US\$ 45 milhões, responsável por instalar 22 sistemas fotovoltaicos com armazenamento de bateria. O projeto recebeu apoio concessional do GCF e do Banco Mundial (por meio do Programa de Ampliação de Energias Renováveis, SREP) para mobilizar investimentos comerciais do DFC dos EUA, fundações e empresas.

Figura 39: Financiamento agregado para sub-setores de *Blended Finance* para mitigação, 2020-2022.

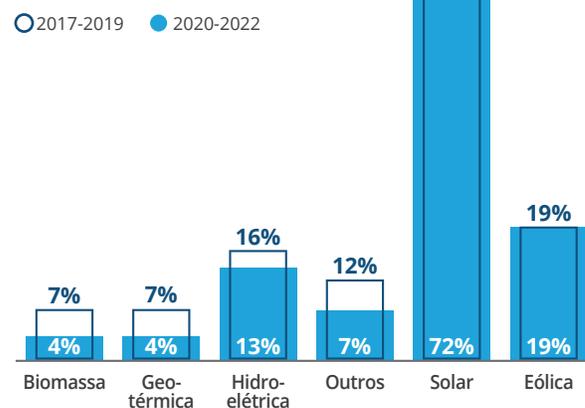


A maior parte da atividade de *Blended Finance* na área de tecnologia de energia renovável está centrada na construção de capacidade de energia solar fotovoltaica (PV) - de 2017-2019 para 2020-2022, a participação de projetos de energia solar fotovoltaica como proporção de todos os negócios de energia renovável teve a ligeira diminuição de 75% para 72%. Em comparação, a Convergence observa

uma queda na frequência de *Blended Finance* para projetos de biomassa, geotérmicos e hidrelétricos ao longo desse período. O uso do *Blended* está se tornando cada vez menos frequente para o desenvolvimento de ativos hidrelétricos por várias razões, das quais citamos:

- 1 as consequências negativas para a biodiversidade em decorrência das alterações nos padrões de rios e inundações, considerações comuns para investidores;
- 2 a mudança climática está desestabilizando as fontes de água, levando a secas prolongadas ou inundações que podem impactar significativamente a viabilidade de usinas hidrelétricas em escala de serviço público;
- 3 As crescentes pressões sobre os suprimentos de água doce devido à expansão populacional, urbanização e mudanças climáticas estão elevando o risco econômico e político da construção de novas barragens hidrelétricas; e
- 4 O ambiente macroeconômico tem apresentado desafios significativos de captação de recursos para desenvolvedores de projetos, especialmente no último ano - o capital misto total entregue a projetos de energia hidrelétrica caiu mais de 60% em 2022 em relação aos totais de 2021.

Figura 40: Desdobramento das tecnologias de energia renovável financiadas por meio de *Blended Finance*; proporção de todos os negócios de energia renovável, 2017-2022¹²



12 "Outros" engloba transações que visam a transição para energia limpa (ou seja, de combustíveis fósseis para gás de petróleo líquido de baixa emissão para energia híbrida gás-renovável), mas que ainda não incorporam uma fonte de energia renovável, além de outras tecnologias (hidrogênio, captura de carbono, maremotriz).

VOZES ESPECIALISTAS:

Entrevista com Cecilia Tam, Chefe Interina da Unidade de Investimentos em Energia da Agência Internacional de Energia (IEA)

No processo de [Ampliação do Financiamento Privado para Energia Limpa em Economias Emergentes e em Desenvolvimento](#), a AIE e o IFC conduziram uma análise estimando o montante de financiamento concessional necessário para apoiar o investimento anual de \$1,4 a \$1,9 trilhão em EMDEs (Economias Emergentes e em Desenvolvimento) fora da China para, então, se atingir as metas do Cenário de Emissões Líquidas Zero até 2050 (NZE). Cecilia Tam compartilhou essa análise conosco abaixo:

Poderia nos explicar as suposições subjacentes ao seu exercício?

O ponto de partida para nossa análise foi o Cenário de Emissões Líquidas Zero (NZE) da Agência Internacional de Energia (IEA) e as necessidades de investimento para 7 regiões (Índia, Oriente Médio, Europa e Eurásia, América Latina, Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), África e Outra Ásia) e 4 sub-setores (geração de energia de baixa emissão, redes e armazenamento, eficiência energética e usos finais, e combustíveis de baixa emissão e captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS)). Também fornecemos à IFC nossas estimativas sobre as fontes de financiamento privado para os diferentes setores e regiões. A IFC então estimou a parcela de *Blended Finance* necessária para mobilizar esse nível de capital privado, com base na experiência histórica da IFC e nas expectativas de desenvolvimentos tecnológicos e de mercado.

Para realizar isso, fizemos suposições sobre o quanto de financiamento já estava sendo fornecido pelo mercado para então estimarmos quanto dinheiro seria necessário para se atingir a quantia exigida para os períodos de 2030 e 2035. Assumimos que em períodos anteriores e em tecnologias pouco maduras, como hidrogênio verde e CCUS, seria necessário muito mais assistência. Mas à medida que as tecnologias amadurecem, precisamos de menos dívida ou capital

concessional e avançamos mais em direção a garantias. Da mesma forma, em muitos países de renda média, como a Índia, projetos de energia renovável em escala comercial são viáveis sem suporte. Também levamos em consideração quanto financiamento estava disponível nos bancos locais e quais eram os limites de gastos de capital deles.

Quais foram suas descobertas?

Com base nessas suposições, identificamos que seria necessário um financiamento concessional de \$83 bilhões em termos anuais para mobilizar fontes privadas no Cenário de Emissões Líquidas Zero até 2030, aumentando para \$101 bilhões por ano no período de 2031 a 2035. Reconhecemos a necessidade de uma análise mais detalhada de acompanhamento, além da colaboração com outras Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) e da expansão dessa análise nos níveis regional e sub-setorial.

O que falta nesta análise é a quantia de *Blended Finance* necessária para apoiar empresas estatais públicas que não têm acesso a financiamento comercial e investem de forma significativa em energia limpa em economias emergentes e em desenvolvimento. Os \$80-100 bilhões em financiamento concessional não representam o suporte total necessário para a transição para energia limpa, e planejamos realizar análises adicionais para estimar essa lacuna restante.

Como deverá o capital concessional ser mobilizado de forma mais eficiente para alcançar o Cenário NZE?

As diferenças nos índices de alavancagem relatados por organizações multilaterais e pelo setor privado são notáveis. Infelizmente, os índices alcançados precisam ser mais consistentes e substancialmente mais elevados. Com recursos públicos limitados, é crucial tornar sua utilização mais eficaz para alavancar múltiplos de capital privado mais altos. Considerando não ser viável obter 15 vezes mais financiamento público, o foco deve ser alcançar índices de alavancagem mais elevados. Nossa análise visa orientar os fundos doadores, garantindo que seus recursos e instalações atinjam as prioridades certas e alcancem os países certos.

Ao determinar os níveis de concessionalidade, é fundamental compreender as maiores lacunas de mercado e o que permitiria o acesso a mais capital para a transição energética. Por exemplo, seria necessário ter prazos de concorrência mais longos, apoiar os desenvolvedores na estruturação de projetos mais sólidos ou melhorar o risco do comprador? O uso mais eficaz do capital concessional também depende do tipo de dinheiro que se busca atrair: privado local ou internacional. Em um ambiente de aumento das taxas de juros, as economias emergentes e em desenvolvimento correm o risco de perder oportunidades, então precisamos encontrar maneiras de tornar os retornos mais atraentes do que em mercados menos arriscados. Há uma quantidade significativa de capital doméstico disponível, e estamos longe de acessar o suficiente desse capital para a transição climática.



BOX 1

Totais previstos de *Blended Finance* para o Cenário de Emissões Líquidas Zero (NZE) de 2026 a 2035

A Convergence realizou uma análise adaptada da investigação da Agência Internacional de Energia (IEA) sobre os níveis de financiamento concessional necessários para mobilizar investimentos comerciais adequados em energia limpa nos mercados emergentes, a fim de alcançar o Cenário de Emissões Líquidas Zero (NZE). O exercício aplicou as próprias taxas de alavancagem da Convergence aos totais estimados de investimento necessários pela IEA e IFC nos sub-setores de energia renovável e eficiência energética¹³.

De acordo com o banco de dados da Convergence, cada dólar de capital concessional investido no setor de energia renovável mobiliza, em média,

\$5,4 em capital comercial. Além disso, cada dólar concessional fornecido para transações de eficiência energética mobiliza, em média, **\$5,9** em capital comercial. Comparativamente, isso se traduz em totais mais elevados de capital concessional para mobilizar o investimento comercial necessário sob o cenário da Convergence.

Os dados históricos da Convergence indicam que, para atingir as metas do cenário NZE (Net Zero Emissions) no setor de energia até 2035, será necessário um total de \$529 bilhões em financiamento concessional para mobilizar \$2.414 trilhões em investimento comercial (Tabela 1).

Table 1: Volume de capital concessional necessário para o Cenário NZE parcial, de acordo com dados da Convergence. Obtido de [análise de IEA - IFC](#). 2026-2035.

USD bilhões			
Totais referentes aos períodos: (2026-2030 and 2031-2035)			
Totais referentes aos períodos: (2026 - 2030 and 2031-2035)			
Sub Setor de Energia	Total de investimento anual necessário em energia limpa	Total de investimento comercial necessário	Capital concessional necessário para mobilizar investimento comercial
Totais	IEA - IFC / Convergence: 1255 , 1688	IEA - IFC¹⁴: 697 , 957 Convergence: 1029 , 1385	IEA - IFC: 73 , 89 Convergence: 226 , 303
Energia renovável (incl. transmissão, armazenamento)	836 , 1079	IEA - IFC: 360 , 464 Convergence: 681 , 879	IEA - IFC: 44 , 53 Convergence: 155 , 200
Eficiência energética e usos finais	416 , 609	IEA - IFC: 337 , 493 Convergence: 348 , 506	IEA - IFC: 29 , 36 Convergence: 71 , 103

13 A Convergence define as taxas de alavancagem como a quantidade de capital comercial mobilizado por cada dólar de capital concessional, sendo que o capital comercial inclui o capital investido por investidores privados, públicos e filantrópicos.

14 Os valores da IEA/IFC para "investimento comercial necessário" incluem apenas o capital comercial de fontes do setor privado e excluem compromissos do setor público em termos comerciais.

A mitigação financeira convencional está relacionada à redução e, em última instância, à eliminação da geração de energia baseada em combustíveis fósseis, substituindo fontes térmicas por alternativas renováveis. Embora a transição para a descarbonização esteja sendo aplicada em diversos setores, afetando diferentes aspectos da indústria, sistemas comerciais e até mesmo atividades domésticas do dia a dia, a grande maioria do capital, tanto em economias desenvolvidas quanto em economias emergentes, é alocada para um único setor: [a geração de energia em grande escala](#). No entanto, a Convergence está observando um aumento na aplicação de *Blended Finance* para a redução de emissões em outros setores-chave, incluindo transmissão e transporte (veículos elétricos, VEs), navegação e comércio. Por exemplo, a [VinFast](#), a primeira fabricante de automóveis domésticos do Vietnã, assegurou capital *Blended* para desenvolver a primeira frota de ônibus públicos totalmente elétricos do país e construir a primeira rede nacional de carregamento de veículos elétricos do Vietnã. O setor de transporte responde por quase 20% das emissões anuais de gases de efeito estufa do Vietnã.

Sob a liderança do ADB, a empresa assegurou \$135 milhões em dívida, incluindo a participação da Export Finance Australia e capital responsável e concessional do Clean Technology Fund e do Australia Climate Finance Partnership para melhorar a viabilidade financeira do projeto. Políticas domésticas e estruturas regulatórias sólidas para a adoção de veículos elétricos, incluindo planos de incentivo para tornar os VEs competitivos a curto prazo e compromissos públicos sólidos para construir a infraestrutura de carregamento necessária, são sem dúvida passos críticos iniciais para viabilizar a indústria. Alguns mercados emergentes já deram passos significativos nesse sentido, com [Cabo Verde](#), [Costa Rica](#) e [Sri Lanka](#) se comprometendo a eliminar completamente os motores a combustão nos próximos 10-30 anos. Em conjunto com ambientes regulatórios e políticas favoráveis, *Blended Finance* pode ser utilizado para lidar com os riscos econômicos remanescentes e atrair o capital do setor privado necessário para desenvolver as indústrias domésticas.

INVESTIDORES EM BLENDED FINANCE PARA MITIGAÇÃO CLIMÁTICA

Todas as classes de investidores alocam a maior parte de seus investimentos em transações de *Blended Finance* para mitigação - desde 2017, 55% de todos os compromissos de *Blended Finance* para o clima são destinados a transações de mitigação pura. Nos últimos anos, investidores comerciais e Bancos de Desenvolvimento representaram cerca de dois terços de todos os compromissos de *Blended Finance* para a mitigação, com os investidores comerciais aumentando sua participação para 34%, em comparação com os 28% em 2017-2019. Também observamos uma maior participação das agências de desenvolvimento (de 22% em 2017-2019 para 26% em 2020-2022), sinalizando uma maior disponibilidade de recursos concedidos no mercado (o número de investimentos concedidos pelas agências de desenvolvimento aumentou em 15%, e a participação de todos os investimentos concedidos para a mitigação aumentou de 59% para 68% de

2017-2019 para 2020-2022). Essa tendência positiva pode estar parcialmente relacionada ao aumento da participação de investidores do setor privado nos últimos anos.

Figura 41: Proporção de Comprometimento com transações de *Blended Finance* para mitigação por tipo de investidor, 2020-2022

- Investidor Comercial
- Agência de Desenvolvimento
- Banco de Desenvolvimento
- Fundação/ONG
- Investidor de Impacto

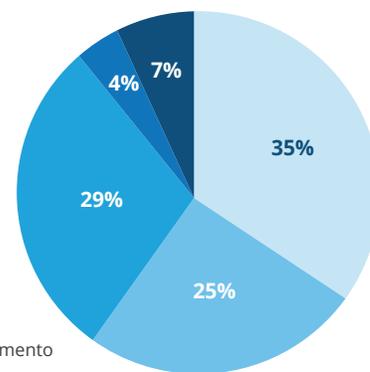
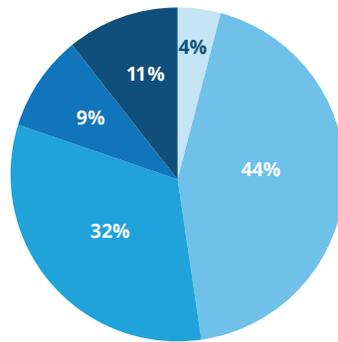


Figura 42: Proporção de Comprometimento dos investidores do setor privado com transações de *Blended Finance* para mitigação, 2020-2022

- Gestor de Ativos
- Corporações
- Instituições Financeiras
- Investidor Institucional
- Private Equity / Venture Capital Firm



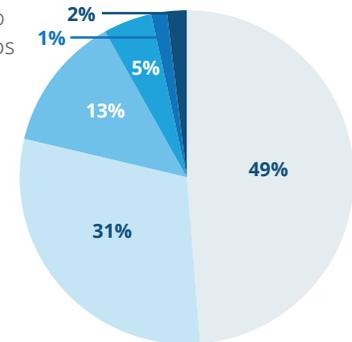
Analisando a classe de investidores comerciais, fica evidente que empresas e instituições financeiras conjuntamente, fornecem a maior parte dos investimentos em transações de mitigação, representando 44% e 33%, respectivamente (2017-2022). Isso está relacionado com a recente expansão no número de projetos novos e transações de financiamento de projetos no último ano, com os bancos comerciais atuando como uma fonte importante de dívida para financiamento de projetos (construção e refinanciamento) e a classe corporativa composta principalmente por desenvolvedores de projetos que fornecem capital de equity e/ou empréstimos. Quase a totalidade (95%) dos compromissos de investidores do setor privado, em projetos de *Blended Finance* para mitigação, desde 2017, foi fornecida por bancos comerciais ou desenvolvedores de projetos.

A exposição de investidores institucionais ao financiamento combinado para mitigação permanece comparativamente baixa, mantendo-se em torno de 9% de todos os compromissos de mitigação entre 2017-2022. O maior uso de estruturas de títulos *Blended* pode ajudar a atrair essa classe crítica de investidores. A dívida de mercados emergentes [superou a maioria dos mercados de renda fixa de países](#) desenvolvidos

“O maior uso de estruturas combinadas de títulos e notas pode ajudar a atrair essa classe crítica de investidores.”

Figura 43: Detalhamento dos tipos de instrumentos financeiros para acordos de *Blended Finance* para mitigação; proporção de todos os investimentos, 2017-2022

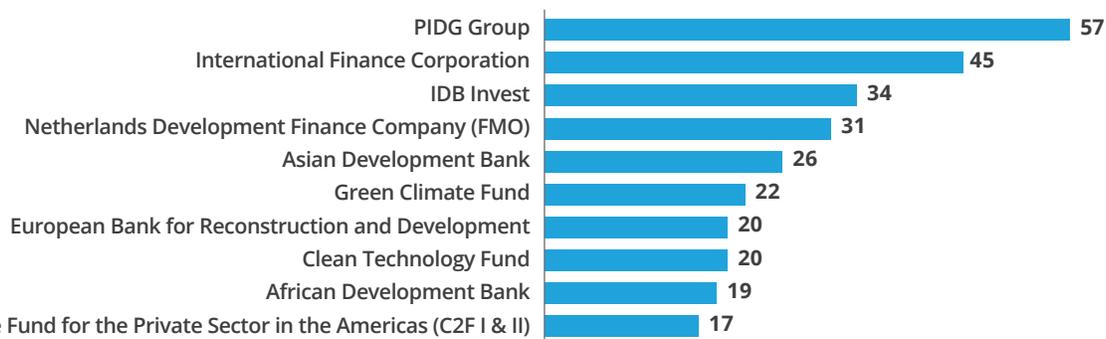
- Dívida
- Equity
- Doação
- Garantias
- Seguro
- Menzanino



no final de 2022 e início de 2023, devido à rápida resposta dos governos de mercados emergentes às pressões inflacionárias. O risco de crédito estabilizado, combinado com altos rendimentos em emissões corporativas, estimulará o apetite dos investidores e o *Blended Finance* pode fornecer proteção adicional contra riscos para melhorar a viabilidade dos projetos subjacentes. O relatório da Convergence destaca alguns sucessos no uso de instrumentos de renda fixa para atrair investidores institucionais para o financiamento de mitigação, incluindo os [títulos La Jacinta e Natelu Yarnel A/B](#) estruturados pela IDB Invest para financiar dois projetos de energia solar no Uruguai.

Desde 2017, as intervenções de *Blended Finance*, para mitigação, têm sido principalmente financiadas por dívida, alcançando um patamar de 49% em comparação com 31% do investimento sendo realizados com capital próprio. Isso está intimamente ligado à proeminência de transações para financiamento de projetos e desenvolvimento de ativos de energia renovável. Além disso, a Convergence observou uma queda acentuada na atividade entre os fundos de private equity que atuam no espaço de mitigação. Em 2022, a Convergence registrou apenas o fechamento de um único fundo de private equity focado em mitigação. Em contraste, nos cinco anos anteriores, uma média de 11 fundos de private equity de mitigação eram fechados anualmente. Como mencionado anteriormente, as pressões inflacionárias e uma superalocação de capital próprio, para a maioria das classes de investidores privados, devido ao aumento das taxas de juros, têm apresentado desafios significativos para os gestores de fundos e desacelerado a expansão do private equity e do

Figura 44: Investidores mais frequentes em transações de *Blended Finance* para mitigação, por número de investimentos, 2017-2022



capital de risco em lugares como a África Subsaariana e a América Latina. [A Convergence já destacou](#) a importância do aumento da participação de capital próprio nos mercados emergentes, especialmente por parte de Bancos Multilaterais e de Desenvolvimento, devido às crescentes pressões da dívida soberana em muitas economias em desenvolvimento e à instabilidade cambial. Juntamente com um maior fornecimento de capital de risco das agências de desenvolvimento, especificamente por meio da capitalização de tranches de primeira perda em fundos de private equity, os Bancos Multilaterais e de Desenvolvimento devem assumir cada vez mais riscos ao investir por meio de intermediários, participando com mais frequência em tranches júnior e mezanino. Ao fazer isto, preencherá lacunas de financiamento chave para os gestores de fundos e alinhará os retornos ajustados ao risco com os requisitos dos investidores privados (seniores), o que, em última instância, trará mais fundos de mitigação ao mercado.

Conforme observado no relatório do ano passado, os investidores mais frequentes no *Blended Finance* de mitigação são as Instituições Financeiras de Desenvolvimento e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, bem como os fundos/organizações doadoras multilaterais, como o Programa de Desenvolvimento em Infraestruturas em África (PIDA) e o Fundo Verde para o Clima (GCF). Embora esses investidores tenham mandatos catalíticos e de mobilização em certa medida, a maioria de seus compromissos é concedida em termos comerciais (com exceções sendo o CTF e algumas empresas subsidiárias do PIDA) e, principalmente, por meio de dívida sênior. Quase todos eles também têm uma forte orientação

para o setor de energia renovável e são capazes de operar portfólios substanciais de empréstimos devido à margem disponível em seus balanços, apoiados por classificações de crédito AAA.¹⁵

Alguns desses investidores de grande escala começaram a alocar fundos doadores combinados juntamente com o financiamento de suas próprias contas para áreas específicas do *Blended Finance* de mitigação. Por exemplo, as operações do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) na Ucrânia, antes da invasão russa, incorporaram cada vez mais resultados de eficiência energética em intervenções focadas em outros resultados de desenvolvimento, como a criação de empregos ou a expansão industrial. Para fazer isso, o EBRD administrou financiamento de concessões do [Centro de Finanças e Transferência de Tecnologia para a Mudança Climática](#) (FINTECC). Este fundo de doação financiado pela União Europeia fornece apoio técnico e político e apoio a investimentos para melhorar a eficiência energética de investidores do Leste Europeu. Apesar da persistência da guerra, a Ucrânia começou a se voltar para esforços de reconstrução. Facilidades como o FINTECC são essenciais para incorporar considerações de mitigação nos planos de reconstrução e garantir que essas oportunidades estejam adequadamente preparadas para receber financiamento comercial. Da mesma forma, esses fundos doadores demonstram como as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) podem se envolver no desenvolvimento de projetos, mesmo em cenários de alto risco, fragilidade ou baixa renda.

¹⁵ As duas principais organizações subsidiárias do grupo PIDA e a GuarantCo, têm ambas classificações AA-. O Fundo Verde para o Clima não possui classificação.

Blended Finance para adaptação climática, continua sub-representado ao analisar o total de transações e o volume de investimento em *Blended Finance*, para o clima, em geral. Desde 2013, apenas 15% das transações tiveram um foco exclusivo em adaptação. Isso equivale a um total de financiamento de US\$ 7,5 bilhões, em comparação com US\$ 64,2 bilhões para mitigação pura e US\$ 18,5 bilhões para transações híbridas. A maior parte do financiamento, em transações para adaptação, provém do setor público (58%), enquanto investidores privados comprometeram um total de US\$ 2,9 bilhões.

Uma tendência observada globalmente no financiamento climático tem sido o aumento anual no valor do financiamento para adaptação climática. De 2017-2018 a 2019-2020, a [UNFCCC constatou](#) que o financiamento para adaptação aumentou em 65%, passando de uma média anual de US\$ 30 bilhões para US\$ 49 bilhões, impulsionado principalmente pelo financiamento de DFIs bilaterais e multilaterais. No entanto, a CPI [observa que](#) os bancos nacionais e subnacionais de desenvolvimento estão ficando para trás em seus compromissos com estratégias focadas em adaptação. Embora esses bancos representem 37 das 70 entidades, no conjunto de dados da CPI (53%), apenas um banco de desenvolvimento nacional, o Banco Nacional para Agricultura e Desenvolvimento Rural da Índia, fez compromissos específicos para o financiamento da adaptação climática. Enquanto isso, o comprometimento dos investidores comerciais com o financiamento da adaptação continua atrasado; há uma necessidade de aumento na participação

“Um dos desafios relacionados ao aumento do financiamento da adaptação é a falta de projetos de adaptação financiáveis.”

do setor privado nos investimentos em adaptação, especialmente evidente na África, onde o setor [privado contribui com menos de 3% do financiamento para adaptação](#).

[O Relatório de Lacuna de Adaptação do PNUMA](#), para 2022, estima que os custos de adaptação para países em desenvolvimento aumentarão para US\$ 160–340 bilhões anualmente até 2030, e US\$ 315–565 bilhões até 2050. Além disso, uma [análise recente do IPCC](#) sugere faixas semelhantes para os custos de adaptação entre US\$ 127 bilhões e US\$ 295 bilhões, por ano, para países em desenvolvimento até 2030 e 2050, respectivamente. Isso significa que, os custos projetados são de 5 a 7 vezes mais altos do que os US\$ 49 bilhões de fluxos globais de adaptação em 2019-2020.

Um dos desafios relacionados ao aumento do financiamento para adaptação é a falta de projetos de adaptação viáveis. De acordo com Jay Koh, da Lightsmith Group, um pré-requisito para construir um portfólio de projetos viáveis é garantir dados adequados para tomar decisões informadas sobre oportunidades de investimento. Existe uma lacuna de dados que afeta a capacidade dos investidores de medir os riscos associados a uma determinada transação. Por exemplo, a Iniciativa de Conhecimento sobre Adaptação de Lima (LIMA), constatou que há falta de dados disponíveis sobre riscos relacionados à água (por exemplo, seca, deslizamento de terra, fluxo de detritos, inundação, rompimento de lagoas glaciais) e falta de informações sobre os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos. Não apenas faltam dados, mas também, há poucas métricas padronizadas para medir os resultados da adaptação. Durante as [reuniões de 2023, da CPI, em San Giorgio](#), foi sugerido que a criação de métricas pode auxiliar na gestão de riscos e na avaliação de oportunidades para os investidores.

Os desafios com a coleta de dados afetam mais do que a disponibilidade de projetos viáveis. Desde a COP16, os países em desenvolvimento começaram

a desenvolver e implementar Planos Nacionais de Adaptação à Mudança do Clima (PNAs). Os PNAs têm o objetivo de identificar necessidades de adaptação a médio e longo prazo e desenvolver estratégias para abordá-las. Embora muitos países emergentes tenham desenvolvido seus planos ao longo da última década, há um desafio contínuo em relação à capacidade de financiá-los. [Uma das principais barreiras para sua implementação](#) é a falta de capacidade de coleta de dados.

A Assistência Técnica (TA) pode desempenhar um papel fundamental na abordagem das lacunas de conhecimento em dados. No que diz respeito aos PNAs, o Grupo de Especialistas em Países Menos Desenvolvidos (LEG) está atualmente fornecendo TA para apoiar o seu desenvolvimento. Investidores concessionais poderiam complementar isso investindo em soluções de TA. Por exemplo, o [Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento](#), sugere aumentar os investimentos em infraestrutura de coleta e gestão de dados, como estações meteorológicas e treinamento para especialistas locais em coleta, análise e interpretação de dados.

“A assistência técnica pode desempenhar um papel fundamental na solução de lacunas de conhecimento de dados.”

Um segundo desafio para o desenvolvimento e implementação dos PNAs é a falta de coordenação regional que permita o compartilhamento de conhecimento e ganhos de eficiência. Como observou Morgan Richmond, Analista Sênior do CPI,

Um dos maiores desafios para entender a escala das necessidades de investimento em adaptação advém da disparidade nos Planos Nacionais de Adaptação. Os países consideram setores diferentes e capturam distintos níveis de custo e necessidade. Um componente frequentemente ausente são as necessidades de adaptação ao nível

regional. Por exemplo, se cada país ao redor do Lago Vitória tem um plano nacional de adaptação diferente e os planos não se comunicam entre si, há um risco de abordar os mesmos recursos de maneiras diferentes. Precisamos de mais coordenação ao nível regional.”

Apesar desses desafios e outros, o uso de *Blended Finance* em transações de adaptação está se tornando mais comum, com grandes fundos globais - como o [Fundo de Adaptação](#) - estabelecendo metas para apoiar projetos que utilizam financiamento concessional. Em 2021, o Fundo de Adaptação e seus parceiros emitiram uma [declaração conjunta](#) com o objetivo explícito de usar sua capacidade para ampliar e misturar financiamento. O Fundo já tinha experiência anterior em investir em projetos com o objetivo central de utilizar *Blended Finance*. Isso inclui um [projeto em Moçambique](#) que investe em redes de infraestrutura ecológica. Um impacto chave pretendido do projeto é aumentar o *Blended Finance* e as oportunidades de empreendedorismo para mulheres/jovens na oferta de água resistente às mudanças climáticas, pesca e proteção costeira.

Reforçar o planejamento estratégico, os programas prioritários de adaptação e as instituições é, atualmente, vital para a maioria dos países africanos. Um esforço conjunto para ampliar a adaptação em todo o continente é o [Programa de Aceleração da Adaptação na África \(AAAP\)](#), uma iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento e do Centro Global para Adaptação, que visa mobilizar US\$25 bilhões, ao longo de cinco anos, para acelerar ação de adaptação climática na África. Através de pactos nacionais, ele fornece roteiros liderados pelo país delineando as prioridades de adaptação, necessidades de financiamento e estratégias para mobilizar recursos para implementar a adaptação climática e traduzir as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) em projetos executáveis

Em geral, existem outros métodos, complementares às estruturas de *Blended Finance*, para aumentar a atratividade do financiamento de adaptação para os investidores. O [Grupo de Trabalho Global de Investimento em Adaptação e Resiliência \(GARI\)](#) [sugere](#) cinco maneiras de aumentar o investimento privado em transações de *Blended Finance* para adaptação. Além do desenvolvimento de métricas

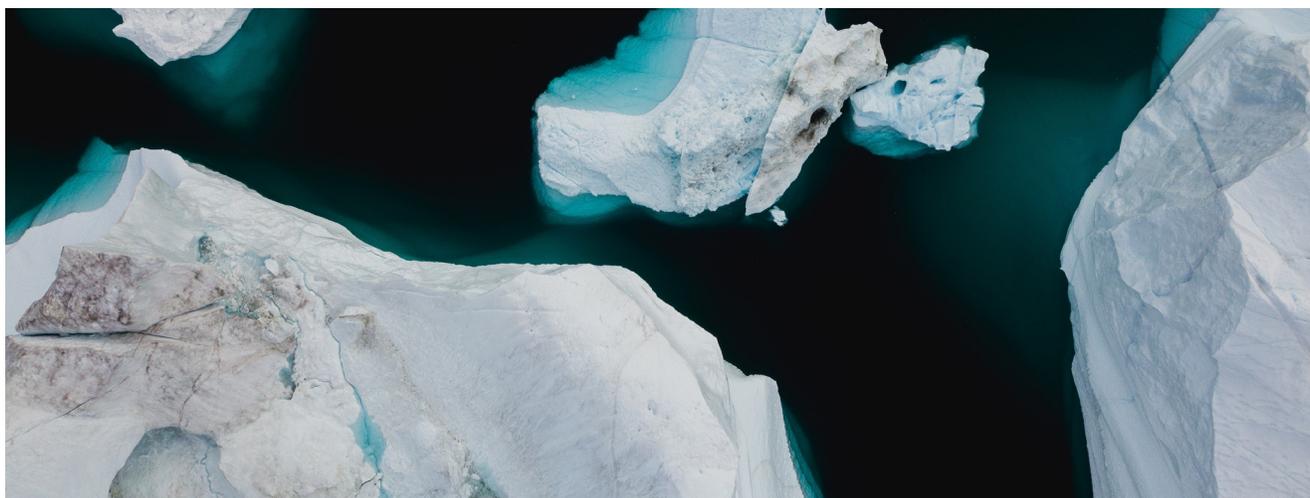
e padrões, o GARI também sugere precificar o risco climático nos investimentos; criar um quadro prático para a triagem de riscos, potencialmente por meio de uma visão macro voltada para uma visão de longo prazo por setores-chave; incorporar resiliência nas iniciativas e metas de emissões líquidas zero; e focar em impacto social, justiça ambiental e equidade inclusiva nos investimentos.

Parte da incorporação da adaptação, em uma gama mais ampla de temas de investimento, é ampliar a percepção do que significa financiamento de adaptação. Em todos os investimentos climáticos capturados pelo banco de dados da Convergence, os investimentos híbridos representam menos de um terço do financiamento climático total. Atualmente, as transações de adaptação e híbridas estão amplamente focadas na agricultura. A Figura 45 mostra como os principais subsetores no financiamento de adaptação

incluem: insumos agrícolas e produtividade agrícola (30% em 2020-2022); agro processamento (22%); agrossilvicultura (14%); e agricultura sustentável/resiliente ao clima (14%).

Existem oportunidades para considerar a adaptação em outras interseções de investimento, como projetos de infraestrutura não relacionados à energia. Parte da consideração do financiamento de adaptação em outros investimentos é ter uma definição mais ampla do termo “adaptação”. Historicamente, a falta de definições claras e metodologias, delineando o que é adaptação climática, resultou na visão do mercado de adaptação como um setor isolado. Mais adiante, neste relatório, revisaremos as mudanças na taxonomia de adaptação que estão começando a abordar alguns desafios práticos que surgem quando a definição não é padronizada.

Figura 45: Proporção de adaptação e transações de *Blended Finance* por subsetor 2017-2019 vs. 2020-2022¹⁶



16 As barras não somam 100%, visto que transações de *Blended Finance* podem atingir múltiplos subsectores.

VOZES ESPECIALISTAS:

Entrevista com Jay Koh, Managing Director e Cofundador,
The LightSmith Group

Qual foi a motivação para iniciar um fundo de private equity focado em adaptação climática?

Lá por 2015-2016, começamos a desenvolver uma teoria sobre como investir para obter retornos comerciais em adaptação. A estratégia é conhecida como CRAFT - a Climate Resilience and Adaptation Finance and Technology Transfer Facility, e foi assim que o fundo foi inicialmente incubado. O CRAFT é considerado o primeiro fundo de private equity focado, em qualquer lugar, em adaptação e resiliência climática, e foi projetado para catalisar todos os três lados dessa equação para impulsionar o financiamento da adaptação: fontes de capital, usos de capital e o desenvolvimento do ecossistema.

Quais são os objetivos do fundo?

O primeiro objetivo é mobilizar capital. Existe o risco percebido de estratégias inéditas, há risco substancial percebido em países em desenvolvimento e há risco percebido de gestores de investimentos estreatantes. Para abordar o potencial ou percebido risco da estratégia, estabelecemos uma estrutura de *Blended Finance* que atrai capital ao fornecer uma camada de capital próprio para mitigação de riscos.

Em segundo lugar, o CRAFT demonstra que é possível encontrar empresas no mercado que apoiam a adaptação e a resiliência climática hoje. Para fazer isso, primeiro procuramos definir e depois executar uma estratégia de investir em empresas que ajudam a analisar como o risco climático se desdobra na economia, ou, ajudam a gerenciar fisicamente ou financeiramente esses riscos e impactos aumentados pelas mudanças climáticas.

Como o CRAFT alavanca o *Blended Finance*?

O fundo CRAFT é um fundo global de private equity de crescimento de US\$ 185 milhões. Foi projetado para ser um instrumento de *Blended Finance* com quatro compartimentos. Há uma camada júnior e sênior do fundo e um investidor paralelo que não participa da estrutura júnior e sênior. Há também um segundo investidor júnior para determinadas regiões, que é o Fundo Verde para o Clima da ONU em si. O CRAFT é um fundo global, então investe metade de seu capital em empresas domiciliadas em países em desenvolvimento e metade de seu capital em empresas domiciliadas em países desenvolvidos. O CRAFT também possui mecanismos de transferência entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, dentro do fundo com base comercial. Além do fundo CRAFT, existe uma instalação de concessão de assistência técnica alinhada. A instalação de assistência técnica é projetada para acelerar a implementação de tecnologias do fundo nos países mais pobres.

O CRAFT também é o primeiro fundo comercial a ter um sistema de medição de impacto que mede pela primeira vez o impacto dos investimentos na adaptação.

Quais são alguns métodos para aumentar os projetos viáveis no financiamento de adaptação?

O CRAFT investe em dois tipos de tecnologias e soluções de adaptação. Um é a inteligência de resiliência climática e o outro são as soluções de resiliência climática. Para criar projetos viáveis, é preciso resolver dois problemas: um problema de

dados e análises, e outro problema de produtos e serviços. Você precisa de análises para entender como o risco das mudanças climáticas pode afetar a água, a agricultura, o transporte, as construções e a saúde. E você precisa de produtos e serviços que abordem e gerenciem esses riscos aprimorados pelo clima em grande escala. Se você tiver tanto inteligência de resiliência climática quanto soluções, poderá começar a realizar projetos de resiliência climática em grande escala. Essa é a intuição por trás da estratégia do fundo CRAFT; é necessário construir uma capacidade massiva em resiliência climática.

Como você vê a evolução do fundo ao longo do tempo?

No que diz respeito aos usos de capital, vamos provar claramente que é possível gerar retornos comerciais e, cada vez mais, evidenciar isso em escala. O objetivo é exatamente o que se espera de fundos de crescimento de capital orientados comercialmente e fundos de private equity. A

demanda por essas tecnologias e soluções está simplesmente explodindo; essas soluções não são mais um luxo, são uma necessidade absoluta.

Em segundo lugar, em relação às fontes de capital, mobilizar o primeiro fundo para adaptação de resiliência climática exigiu superar muito risco percebido. Quanta mistura você precisa, para mobilizar capital, continuará sendo uma questão relacionada ao risco percebido da estratégia para os investidores e ao risco percebido desses mercados no momento.

Por fim, a instalação de assistência técnica provou ser extremamente importante e útil, pois acelera drasticamente a implementação dessas tecnologias e testa-as nesses países em desenvolvimento. Não vejo maneira de isso não continuar sendo uma característica importante no futuro. É realmente importante criar um mecanismo para implementar rapidamente a tecnologia de resiliência climática nos países mais vulneráveis, e o blended é absolutamente crucial para esse tipo de estratégia.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA (SbN)

Soluções baseadas na natureza (SbN) exploram o poder da natureza para impulsionar ecossistemas naturais, biodiversidade e bem-estar humano, visando abordar questões sociais importantes, incluindo as relacionadas às mudanças climáticas. Exemplos de SbN incluem a restauração de ecossistemas, como áreas úmidas drenadas, a melhoria de práticas de manejo agrícola e a proteção de paisagens para limitar o desmatamento. As SbN podem conter elementos de mitigação, como a maneira qual a restauração de áreas úmidas drenadas aumenta a absorção de CO₂ da atmosfera, criando um sumidouro de carbono.

Assim como outras soluções para as mudanças climáticas, as SbN sofrem cronicamente com a falta de financiamento. O relatório [Estado Financeiro para a Natureza](#) do PNUMA constatou que, embora os fluxos financeiros para as SbN atualmente alcancem US\$ 154 bilhões anualmente, esses fluxos precisariam

mais que dobrar até 2025, chegando a US\$ 384 bilhões, e mais que triplicar, para US\$ 484 bilhões, até 2030, para manter o aumento das mudanças climáticas abaixo de 1,5 grau Celsius, interromper a perda de biodiversidade e alcançar a neutralidade na degradação da terra. Além disso, o investimento do setor privado em SbN deve aumentar por várias ordens de magnitude nos próximos anos em relação aos atuais US\$ 26 bilhões por ano, o que representa apenas 17% do investimento total em SbN.

Uma fonte crescente de financiamento para as SbN é o mercado voluntário de carbono. O [valor do mercado global voluntário](#) de carbono ultrapassou pela primeira vez US\$ 1 bilhão em 2021. Até 2030, esse mercado pode valer entre US\$ 5 a US\$ 30 bilhões, sendo estimado que dois terços desse valor sejam direcionados para as SbN. Embora ainda existam desafios associados ao uso de créditos

voluntários de carbono, se os investimentos forem feitos com diligência, créditos de alta qualidade das SbN podem apoiar a redução e remoção de emissões de CO₂, a proteção e restauração da natureza, além de garantir que as comunidades se beneficiem e participem ativamente dos projetos.

Nos últimos anos, o [World Resources Institute](#) [aprimorou suas orientações](#) sobre o uso de créditos voluntários de carbono das SbN. Os princípios orientadores por trás de seu uso incluem: os créditos devem garantir a integridade ambiental e representar SbN que respeitem os direitos e meios de subsistência de comunidades indígenas e locais, ao mesmo tempo em que salvaguardam a biodiversidade; uma organização deve estar em um caminho de mitigação alinhado com a limitação do aquecimento a 1,5 graus Celsius; e o uso de créditos de SbN deve complementar, não reduzir, o ritmo de reduções de emissões em suas próprias operações e cadeia de valor.

O BNDES já está considerando a importância do uso de créditos de carbono para as terras florestadas do Brasil e como a estrutura deste mercado pode ser associada a outros arquétipos de *Blended Finance* para reduzir ainda mais os riscos de uma transação. Como observou um entrevistado:

“Precisamos de algum tipo de fundo de garantia para a silvicultura no Brasil. A terra tem um valor limitado, então o valor estará nos créditos de carbono que serão criados se as florestas forem recuperadas e mantidas. A maioria das empresas ativas nesse setor também é relativamente nova. Será muito importante ter um fundo que possa fornecer garantias para esses tipos de projetos, para ajudar a impulsionar o investimento em florestas no Brasil e garantir que o país cumpra suas NDCs.”

Embora o mercado voluntário de carbono represente uma fonte potencial de financiamento em crescimento, as SbN continuam enfrentando outros desafios. Por exemplo, enquanto a coleta de dados e as estratégias de medição são desafios enfrentados no financiamento climático em geral, especialmente no financiamento de adaptação, como mencionado anteriormente, o [GCF constatou](#) que o quadro conceitual para medir e entender os riscos financeiros relacionados à biodiversidade é ainda menos avançado em comparação com o progresso feito no



financiamento climático. O [PNUMA observa](#) que, não apenas os benefícios muitas vezes são difíceis de quantificar e valorizar, mas as SbN frequentemente são implementadas em combinação com outras intervenções, o que leva a complicações adicionais na distinção de seus impactos.

Outros desafios que impedem o investimento em SbN incluem a limitada conscientização, compreensão e concordância em torno das SbN; dificuldades em relação à coordenação e cooperação entre níveis administrativos, estruturas governamentais e limites jurisdicionais; desincentivos motivados por uma tragédia dos comuns, em que os investidores não são compensados por externalidades decorrentes das SbN; além de defasagens temporais e variabilidade espacial nos resultados, o que significa que o sucesso de qualquer transação específica é difícil de ser delimitado.

As SbN podem abranger vários setores, incluindo silvicultura e agricultura. Como observou Charles Karangwa, Chefe Global de Soluções Baseadas na Natureza na IUCN:

“Vemos enormes oportunidades na agricultura regenerativa e sustentável. Quando você observa para onde está indo a cadeia de suprimentos de alimentos, nos próximos anos, o mercado mudará de tal forma que os alimentos produzidos com alto impacto no meio ambiente serão criticados no sistema de mercado. O setor privado precisa se alinhar a essa mudança na demanda de mercado e começar a investir em agricultura regenerativa e sistemas de produção de alimentos. Apoiar cadeias de abastecimento de alimentos sustentáveis abrange todos os setores produtivos, desde sistemas de água até como nossa eletricidade é produzida.”

Existe uma crescente necessidade de concentrar o financiamento das SbN em soluções marinhas. [Segundo o PNUMA](#), o investimento em ecossistemas marinhos representa apenas 9% do investimento total em SbN, o que é baixo dada a importância dos oceanos na mitigação das mudanças climáticas e no apoio à adaptação climática. O investimento anual, atualmente, em áreas marinhas protegidas, é de US\$ 980 milhões, enquanto as áreas terrestres protegidas recebem quase US\$ 23 bilhões. O PNUMA também constatou que o hiato financeiro anual para aumentar

as áreas marinhas protegidas para 30%, até 2030, é de US\$ 8 a US\$ 11 bilhões.

No entanto, soluções financeiras inovadoras para a economia azul estão se tornando mais convencionais. Por exemplo, o [título de dívida azul de Belize](#) faz parte do programa Títulos Azuis para a Conservação da Natureza da Nature Conservancy (TNC), uma iniciativa projetada para ajudar os países em desenvolvimento a proteger seus recursos marinhos auxiliando na recompra e reestruturação da dívida soberana. Os recursos provenientes de um título de dívida azul emitido pela TNC permitiram que Belize recomprasse sua dívida de Eurobônus pendente com desconto. As economias resultantes da reestruturação serão destinadas a atividades de conservação costeira.

As trocas de dívida de natureza continuarão a exigir a redução de riscos para obter classificações de crédito mais elevadas, taxas de juros mais baixas e otimizar as economias realizáveis pelos soberanos. Um investidor comercial observou:

“Garantias e seguros contra riscos políticos têm sido as duas principais ferramentas de redução de riscos que vimos com mais frequência, mas o desafio que temos agora é uma escassez no número de provedores; o mercado depende muito da comunidade de ONGs para suportar o equilíbrio da provisão de garantias, além do que os MDBs estão fornecendo. Precisamos aumentar drasticamente as facilidades e soluções que estão disponíveis para nós.”

Os bancos comerciais têm sido os principais fornecedores de dívida para as SbN, deixando oportunidades para um aumento no uso de capital próprio. No entanto, o investidor comercial não observa que isso esteja ocorrendo no mercado:

“Esse tipo de capital próprio paciente é crucial; e mesmo antes disso, um desafio real para nós no financiamento das SbN é que tudo está na fase de viabilidade, e a quantia necessária em termos de financiamento nessa fase é muito pequena para que possamos considerá-la. Existe uma lacuna real no mercado onde muitos desses projetos estão caindo em um vale da morte. Se isso será resolvido por meio de capital de doação ou mais financiamento anjo de VC, ainda está para ser visto. Mas, em última análise,

para nós que buscamos implantar financiamento de dívida em projetos de SbN, ficamos surpresos com a falta de projetos disponíveis para nós.”

Por fim, as transações de infraestrutura hídrica, que aumentam a resiliência climática dos sistemas hídricos por meio de infraestrutura nova, substituída, retrofitada ou atualizada, mesmo sendo subsetor-chave de adaptação climática, têm diminuído em número de transações. Representando 12% das transações de adaptação mista e híbrida em 2017-2019 e apenas 6% de 2020-2022, as transações de infraestrutura hídrica vão desde ativos de infraestrutura construída até SbN, como a restauração de áreas úmidas e outros ecossistemas para recarregar os níveis de água subterrânea e mitigar o risco de inundações. Um exemplo inovador de *Blended Finance*, em infraestrutura hídrica, é o Fundo Global para Recifes de Coral (GFCR), um veículo de

investimento de capital exclusivamente direcionado para o ODS 14 (Vida na Água) e melhor resiliência adaptativa de recifes de coral. O GFCR é composto por dois subfundos:

- 1 uma janela de subsídio de US\$ 125 milhões destinada a desenvolver o pipeline do fundo por meio de assistência técnica, financiamento para o desenvolvimento de projetos e subsídios de prova de conceito; e
- 2 uma janela de investimento misto de US\$ 500 milhões que implantará financiamento de capital próprio de longo prazo.

O fundo visa 20-30 posições de controle em empresas, projetos e plataformas, com beneficiários elegíveis operando nos setores de produção oceânica sustentável, ecoturismo ou infraestrutura para uma economia azul sustentável.

INVESTIDORES DE BLENDED FINANCE PARA ADAPTAÇÃO

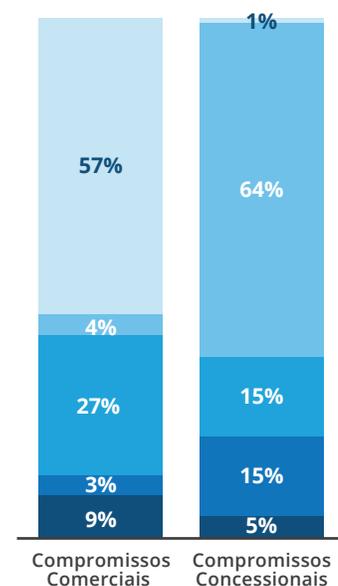
Entre 2020-2022, apenas 13% dos compromissos financeiros dos investidores, para transações de *Blended Finance* em prol do clima, foram para acordos com um foco exclusivo em adaptação, enquanto 29% dos compromissos foram para acordos com um foco híbrido de mitigação-adaptação. Agências de desenvolvimento e fundos multi-doadores foram os principais provedores de financiamento concessional para transações de adaptação e mitigação-adaptação, representando 64% dos compromissos concessivos acordados entre 2020-2022. MDBs e DFIs também terão um papel importante no financiamento da adaptação. Embora o número de MDBs com metas publicamente anunciadas para a adaptação permaneça limitado, há sinais de progresso. Por exemplo, o [Grupo Banco Mundial anunciou](#) recentemente que tornará a adaptação e resiliência uma prioridade-chave de suas metas climáticas para 2025, elevando-a a uma posição igual à da mitigação pelo clima.

Com cada transação mista mobilizando financiamento de pelo menos um investidor do setor privado, os investidores comerciais

forneceram financiamento para a maioria (57%) dos compromissos com preços comerciais, por contagem de acordos, para transações de adaptação mista e mitigação-adaptação de 2020 a 2022. No entanto, há uma maior necessidade de investidores do setor privado financiarem transações de adaptação.

Figura 46: Proporção de compromissos para transações de *Blended Finance* para adaptação e transações híbridas, 2020-2022

- Compromissos Comerciais
- Agência de Desenvolvimento
- DFI / MDB
- Fundação/ONG
- Investidor de Impacto





PARTE V:
PLATAFORMAS
DE *BLENDED*
FINANCE PARA
CLIMA EM
NÍVEL PAÍS

PARTE V: PLATAFORMAS DE *BLENDED* *FINANCE* PARA CLIMA EM NÍVEL PAÍS

O mundo enfrenta um momento crucial em sua busca por desenvolvimento sustentável e uma transição justa para a energia limpa. Os desafios iminentes das mudanças climáticas e questões ambientais mostraram como as nações estão interconectadas, destacando a necessidade urgente de cooperação global. No entanto, esse caminho rumo à sustentabilidade está repleto de obstáculos, especialmente para os países em desenvolvimento. Apesar do progresso no financiamento de projetos relacionados ao clima em nações mais ricas, garantir que os países mais vulneráveis recebam, igualmente, recursos financeiros vitais, permanece um objetivo distante.

É necessária uma reconfiguração na forma como o dinheiro flui para projetos relacionados ao clima de forma a garantir equidade e justiça na transição energética. É aqui que os planos de financiamento nacionais liderados pelo país se tornam cruciais. Essas estratégias atuam como plataformas centrais, reunindo várias fontes de financiamento para objetivos de desenvolvimento e clima, todos adaptados às necessidades

específicas de uma nação. Ao capacitar países individuais, para liderar sua jornada rumo a uma economia sustentável e com baixas emissões de carbono, simultaneamente garantindo os recursos financeiros necessários, as plataformas de nível nacional se tornam significativas para o *Blended Finance* para o clima.

Com a urgência crescente de aumentar o financiamento climático para permitir que os mercados em desenvolvimento alcancem seus compromissos de neutralidade de carbono, [propostas](#) de mudanças radicais na arquitetura financeira internacional foram recentemente apresentadas. A criação de mecanismos de nível nacional que possam promover a colaboração e um foco compartilhado entre os governos, alavancar e conectar finanças privadas com projetos alinhados aos NDCs, e coordenar e canalizar a Assistência Técnica (TA), foi [identificada](#) como crucial para mobilizar *Blended Finance* para o clima, em grande escala. Os JETPs são um exemplo de plataformas de nível nacional em *Blended Finance* para o clima.

DESVENDANDO OS JETPs

Os JETPs são mecanismos de financiamento que [visam](#) ajudar economias emergentes, dependentes de carvão, a fazer a transição para fontes de energia renovável, ao mesmo tempo em que apoiam comunidades afetadas pela mudança na produção e consumo do mineral, investindo em iniciativas sociais como criação de empregos alternativos e treinamento. Os JETPs são acordos de financiamento multilaterais [apoiados](#) por países doadores dentro do Grupo de Parceiros Internacionais (GPI), composto pela União Europeia, Reino Unido, EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá, Dinamarca e Noruega, que [fornecem](#) o

capital concessional necessário para mitigar os riscos de investimento na transição energética. O primeiro JETP foi lançado na COP26, com foco na África do Sul. JETPs foram lançados posteriormente na Indonésia e no Vietnã, enquanto um JETP senegalês também foi [anunciado](#) em 2023.

A Convergence entrevistou uma seleção de partes interessadas sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos JETPs. Os insights dessas conversas estão resumidos abaixo. As entrevistas completas estão disponíveis no Apêndice deste relatório.

QUÃO SEMELHANTE É O MODELO JETP AO BLENDED FINANCE? —

Jonathan Phillips, Diretor do Projeto de Acesso à Energia James E. Rogers na Universidade Duke, observa que os JETPs, com um componente de rede de segurança social de baixo para cima (por exemplo, treinamento para trabalhadores de carvão), podem ser vistos como uma forma mais deliberada de *Blended Finance*. Transações mistas, geralmente, não estão vinculadas à agenda de reformas de um governo, mas são conduzidas por gestores individuais de fundos, que muitas vezes têm mais responsabilidade do que um secretariado de JETP, dado que possuem registros rastreáveis que podem inspirar confiança e captar capital. Embora os investidores geralmente busquem evitar questões políticas, os JETPs são inerentemente políticos, oferecendo financiamento concessional para destilar prioridades políticas para setores e populações mais necessitadas de apoio. Tanto o *Blended Finance*, quanto os JETPs, carecem de modelos fáceis de

eficiência e replicabilidade; no entanto, ambos apresentam curvas de aprendizado acentuadas.

John Murton, Consultor Sênior de Sustentabilidade no Banco Standard Chartered, observa que devemos distinguir o *Blended Finance* no nível do projeto e no nível do programa. Dentro de um programa de *Blended Finance* (como um JETP), muitos projetos podem ser financiados de maneira completamente comercial, mas ainda se enquadram na categoria de JETP. Dentro desses frameworks, os doadores concordam em deixar o financiamento de projetos comercialmente viáveis (por exemplo, energias renováveis) para o setor privado, para que o capital concessional possa ser direcionado a projetos que serão difíceis de financiar, exclusivamente, de maneira comercial, como a desativação de usinas de carvão, requalificação de trabalhadores, expansão da rede para lidar com a variabilidade das energias renováveis, etc.

QUAIS DESAFIOS O MODELO JETP ENFRENTOU? —

Jackson Ewing, Diretor de Política de Energia e Clima no Instituto Nicholas de Energia, Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Duke, observa que os JETPs sofrem de uma crescente incoerência entre as diferentes fontes de financiamento público. As diversas agendas, abordagens e condições que diferentes

doadores impõem ao seu financiamento, criaram um conjunto difícil de condições a serem atendidas pelo governo do país do JETP, afetando sua capacidade de mobilizar efetivamente o financiamento do setor privado conforme desejado.

Phillips observa que, enquanto rastrear como os

dólares concessivos dos doadores são alocados, pode ser difícil em uma transação mista típica, especialmente no nível do fundo, é ainda mais desafiador fazer isso com os JETPs, uma vez que essencialmente lidamos com gestores de fundos menos responsáveis. Portanto, há desafios práticos em termos de onde o dinheiro implantado em um JETP está e como é alocado, o que vai contra a necessidade dos doadores de ter entregáveis claros e transparência. Os JETPs também são mais abertos e dependentes da reforma regulatória do que transações mistas típicas, então há mais incerteza e a implantação de capital pode levar mais tempo, o que também torna mais difícil para os participantes do acordo.

Um interessado nos JETPs observa que, os principais valores monetários, prometidos aos JETPs, não são coletivos, fungíveis ou pools flexíveis de capital. Com cada compromisso representando diferentes misturas

de financiamento, os países do JETP precisam entender qual financiamento está sendo fornecido, por quais fontes e os termos e condições para acessá-lo, o que não é ideal.

Murton observa que uma limitação chave dos JETPs é o pipeline de projetos, que em alguns casos é muito estreito para alcançar os objetivos do JETP: há apenas um pequeno fluxo de projetos passando pelo pipeline por causa do ambiente regulatório histórico. Para alcançar os objetivos do JETP, os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (MDBs) e o financiamento concessional podem precisar apoiar o desenvolvimento de um pipeline maior de projetos, com o setor privado financiando o que está saindo no final. Entregar em escala será o desafio: a tentação de colocar muito capital concessional em projetos individuais, que poderiam ser financiados por capital privado, deve ser evitada.

COMO O MODELO JETP PODE SER APRIMORADO?

Ewing sugere que o modelo pode ser invertido. Planos de investimento mais explicitamente projetados para atrair financiamento para a transição energética podem ser desenvolvidos desde o início em colaboração com países financiadores potenciais além do G7 e operadores do setor privado. Em vez de acordos de alto nível sobre implantação de capital precedendo a criação de planos de investimento, estes últimos são criados primeiro e integrados aos objetivos mais amplos de mix de energia do país receptor. Isso pode ser apoiado pela Assistência Técnica (TA) de uma variedade de atores, modelando diferentes sistemas e expansões de energia e suas implicações de preço e emissões, com treinamento adequado em financiamento climático sendo fornecido por governos, organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas.

Rizky Fauzianto, Gerente para o Sudeste Asiático, Programa Global South, Rocky Mountain Institute (RMI), observa que com maior transparência sobre quanto de que tipo de financiamento será fornecido e como será fornecido aos países receptores, estes podem estimar melhor as metas de emissões e fornecer planos de investimento mais detalhados e alinhados com ambições. Além disso, um objetivo declarado precocemente do processo JETP era criar um consórcio único ou ponto de contato do lado do doador, para apoiar discussões e planejamento eficazes com os países receptores. No momento, no entanto, os governos receptores devem discutir projetos prioritários potenciais com cada doador. Finalmente, um conjunto comum de dados, modelos e análises técnicas correspondentes com total transparência sobre premissas e insumos é fundamental para definir metas e alinhar as trajetórias de transição justa.



PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA JETPs

Com a geração de energia renovável e a descarbonização sendo centrais para a transição climática, os praticantes de *Blended Finance* para o clima devem procurar apoiar os JETPs. No entanto, os JETPs enfrentam uma série de desafios, conforme explicado acima. A Convergence propõe os seguintes itens de ação para enfrentar esses desafios:

1 DOADORES DOS JETPs DEVEM FALAR ATRAVÉS DE UMA ÚNICA VOZ

A intensidade de tempo e recursos necessários para os governos dos JETPs navegarem por agendas concorrentes de doadores, deve ser abordada através da formação de um ponto de contato único pelos doadores com os quais os governos dos JETPs possam interagir. A eficiência dos JETPs também seria aprimorada se os doadores declarassem,

exatamente, quanto financiamento podem fornecer e em que formas desde o início. Os doadores também devem considerar o compromisso com veículos de investimento coletivos que possam refletir e equilibrar suas diferentes prioridades e garantir um financiamento de maneira coesa.

2 DOADORES DOS JETPs E PAÍSES DEVEM MELHOR DELIMITAR AS ÁREAS DE FINANCIAMENTO DOS SETORES CONCESSIONAL E PRIVADO.

Doadores e países dos JETP, devem identificar o que é e o que não é financiável pelo setor privado o mais cedo possível, direcionar recursos concessionais exclusivamente para áreas não financiáveis pelo setor privado sozinho, atualmente, e desenvolver um pipeline de projetos viáveis para o setor privado investir. Doadores e países dos JETP também devem considerar o desenvolvimento de planos de investimento para a transição energética, delineando

diferentes opções de financiamento, necessidades de financiamento e propostas de reforma como primeiro passo, os quais podem então ser divulgados a potenciais parceiros de financiamento. Doadores e organizações filantrópicas também devem apoiar os países dos JETP com Assistência Técnica para ajudar a desenvolver seus planos de investimento e para auxiliar na produção da modelagem técnica que deve preceder a criação das metas dos JETPs.



PARTE VI:

**ONDE O *BLENDED*
FINANCE PODE
CONTRIBUIR?**

PARTE VI:

ONDE O *BLENDED FINANCE* PODE CONTRIBUIR?

O State of *Blended Finance* 2022 [identificou](#) vários desafios-chave para alcançar escala no *Blended Finance* climático, como coordenar e implementar planos de mobilização de capital em alto nível, gerenciar compensações de desenvolvimento e baixos

níveis de participação de investidores domiciliados em mercados em desenvolvimento. Embora esses desafios e outros persistam, o relatório deste ano concentra-se em como o *Blended Finance* pode contribuir diretamente.

1 Estabelecer uma taxonomia comum para finanças para adaptação climática

No seu cerne, o *Blended Finance* é uma ferramenta que resolve falhas de mercado. No que diz respeito aos fluxos de financiamento climático, uma das falhas é a geração de externalidades positivas e negativas na atividade de investimento. Por exemplo, o *Blended Finance* pode precificar externalidades, como biodiversidade e resiliência. Nesse sentido, a adaptação torna-se uma área imediata em que o *Blended Finance* pode contribuir.

O financiamento da adaptação permanece sub-representado no mercado de *Blended Finance*, em linha com as conclusões de mercado predominantes. As barreiras de investimento enfrentadas pela adaptação foram bem documentadas. Um problema fundamental subjacente a muitas dessas barreiras é a falta de uma taxonomia clara que estabeleça os parâmetros do que constitui a adaptação climática.

Como compartilhado por Koh, do The Lightsmith Group,

“A adaptação precisa ser vista como uma categoria ampla e expansiva. A conceituação da adaptação climática deve ser alterada primeiro; isso, por sua vez, será refletido no pipeline de soluções que abordam o problema”.

Atualmente, as divulgações de adaptação e riscos físicos não foram amplamente integradas em órgãos reguladores robustos, como o Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD). Como compartilhado por Kennedy, do Standard Chartered,

“O financiamento da adaptação carece de um guia de referência abrangente; ou seja, um conjunto de regras e diretrizes como existe com os princípios dos títulos verdes ou dos títulos sociais. Os investidores realmente gostam quando as coisas são estruturadas de uma maneira que eles possam entender e que seja aceitável para eles e seus investidores finais”

Além disso, com esses riscos sendo subvalorizados nas oportunidades de investimento, a adaptação continuará a ser vista como um “custo adicional”. Como compartilhado por Koh:

“Existem situações muito claras em que a resiliência não é um custo adicional, como a eficiência hídrica - assim como a eficiência energética, a eficiência hídrica economiza dinheiro e aumenta a resiliência. A suposição de que tudo o que é adaptação ou resiliência

climática não tem um modelo de negócios ou custa mais dinheiro, é uma ilusão.”

Nesse sentido, a [GARI](#) e outros estão trabalhando no desenvolvimento de métricas e padrões que apontem como os riscos climáticos físicos devem ser precificados nos investimentos. Enquanto isso, iniciativas como o [ASAP \(Projeto Acelerador de PMEs de Adaptação\)](#) desenvolveram uma taxonomia para melhor identificar e qualificar tecnologias e empresas adaptativas, reconhecendo que as soluções adaptativas ao clima abrangem muitos veículos.

Por exemplo, a [Metodologia Conjunta para o Rastreamento do Financiamento da Adaptação Climática](#) é conservadora, pois apenas o “elemento do projeto” das atividades de adaptação, dentro da transação global, é relatado como financiamento da adaptação. Isso é para garantir que o financiamento da adaptação não seja super-relatado dentro dos projetos. Para rastrear adequadamente o financiamento da adaptação, são necessárias diretrizes mais harmonizadas sobre metodologias contábeis.

Além disso, uma definição mais abrangente de adaptação está de acordo com o que nossos dados revelam. Os dados da Convergence mostram que um terço do financiamento climático total é investido em soluções híbridas. De maneira mais impressionante, 45% dos investimentos institucionais em financiamento climático são em soluções híbridas, em comparação com 35% em mitigação e 20% em adaptação.

Sentimentos semelhantes foram ecoados por Tam no IEA, que compartilha:

“Há uma necessidade de começar a olhar para a interseção entre adaptação e energia, porque precisamos encontrar projetos que sejam comerciais e quase comerciais. Pode ser difícil encontrar projetos comerciais em outros setores, onde as receitas ainda não estão necessariamente presentes. Uma melhor compreensão dos investimentos em adaptação no setor de energia pode ajudar a impulsionar os investimentos em adaptação.”

Além da adaptação, há uma necessidade de mais taxonomias que se apliquem a outros temas-chave no clima, como soluções baseadas na natureza e financiamento de transição. O [Guia de Referência de Biodiversidade](#) da IFC fornece uma abordagem estruturada para desmistificar o que significa, financeiramente, a biodiversidade para os investidores. A GFANZ está refinando sua definição de financiamento de transição para orientar os investidores institucionais sobre investimentos elegíveis que promovam a descarbonização. Em última análise, se a comunidade mais ampla de financiamento climático começar a delinear efetivamente uma taxonomia para a adaptação, os players concessivos poderão pagar pelos benefícios da adaptação que, de outra forma, não seriam monetizáveis. Além disso, os MDBs também poderiam divulgar e gerar mais dados para apoiar a medição de benefícios, o que ajudaria a escalar o *Blended Finance*.

2 Atenuando o Risco Cambial

Em economias em desenvolvimento e emergentes, a volatilidade cambial muitas vezes tem desencorajado investimentos consistentes e substanciais em iniciativas climáticas. Essa volatilidade é acentuada por ambientes de juros elevados, contribuindo para um risco cambial ainda maior.

O *Blended Finance* pode abordar diretamente e mitigar essas questões no cenário climático e no panorama mais amplo do desenvolvimento. Ao combinar estrategicamente capital público e privado, *Blended Finance* pode criar um ambiente mais resiliente e atenuado para transações

de adaptação e mitigação climática em economias em desenvolvimento.

Para projetos de mitigação, como energia renovável em larga escala, as flutuações cambiais podem impactar drasticamente a viabilidade, dada a necessidade de grandes investimentos iniciais e retornos de longo prazo. A introdução de tranches de capital de primeira perda, em que fundos públicos absorvem os choques cambiais ao longo da vida do investimento, pode proteger o capital do investidor privado. Instalações de swap de moeda local, também apoiadas por capital público, protegem os investimentos contra oscilações nas taxas de câmbio. Por exemplo, um MDB poderia oferecer produtos de hedge e aprimoramentos de crédito, a um projeto de energia solar enfrentando desvalorização da moeda local e período prolongado de recuperação econômica - reduzindo o risco percebido e garantindo continuidade.

Transações de adaptação são orientadas para equipar economias e comunidades para as realidades de um clima em mudança. Esses projetos demandam modelos de financiamento mais flexíveis por natureza. Investidores públicos podem mitigar o risco oferecendo dívida denominada em moeda local, protegendo projetos da volatilidade das taxas de câmbio. Por exemplo, uma iniciativa de defesa costeira que combate o

aumento do nível do mar pode se beneficiar de financiamento com dívida em moeda local, permitindo consistência de financiamento em meio a choques externos. Subsídios que fortalecem a capacidade de instituições financeiras locais de avaliar e gerenciar riscos cambiais também geram confiança.

Transações híbridas de mitigação-adaptação precisam de estratégias de risco cambial de várias vertentes, dada suas metas duplas. Um projeto de agroflorestamento que combina sequestro de carbono com resiliência agrícola pode prosperar com facilidades de crédito rotativo combinadas com mecanismos de compartilhamento de riscos que distribuam uniformemente a exposição.

A capacidade do *Blended Finance* de lidar com riscos cambiais, abre portas para uma participação substancialmente maior de investidores institucionais privados, avessos ao risco, em projetos climáticos de mercados emergentes. Com estruturas personalizadas de redução de riscos, possibilitadas pela participação de capital público, ameaças percebidas de flutuações cambiais podem ser minimizadas a níveis que não mais impedem o investimento. Isso atrai financiamento privado em uma escala maior para financiar infraestrutura de adaptação substancial, ativos de energia renovável, soluções baseadas na natureza e muito mais.

3 Estruturando plataformas e parcerias em nível de país

O *Blended Finance* também pode contribuir diretamente para a estruturação de iniciativas robustas como os Planos de Transição Energética Justa (JETPs), que representam um conjunto massivo de ações interligadas por uma multiplicidade de partes interessadas. *Blended Finance* é efetivamente uma abordagem de estruturação que atribui funções específicas às partes envolvidas alinhadas com seus mandatos. Ao pensar em um JETP, como uma

transação de meta-finança mista, aqueles que lideram seu design podem encontrar uma linguagem pronta para identificar os requisitos e motivações de cada uma das partes envolvidas, além de um caminho mais tranquilo para separar ações e gastos que são mais bem conduzidos por governos nacionais, líderes comunitários, investidores regulamentados e não regulamentados, e organismos internacionais.

A estruturação de uma parceria de *Blended Finance*, em relação aos papéis e responsabilidades das partes interessadas, também pode ajudar a mitigar riscos não financeiros relacionados a atores políticos, instituições, governança e modelos regulatórios. Com relação à incorporação das características conceituais do *Blended Finance* em plataformas de nível nacional, como os JETPs, Phillips da Universidade Duke explica:

“Gosto da comparação [com Blended Finance] porque destaca o quão difícil isso é. Não há um manual fácil explicando como fazer JETPs de forma eficaz e eficiente, ou que promete que um modelo que funciona em um país pode ser facilmente replicado em outro. JETPs tendem a ter custos de transação mais altos, pois geralmente estão sendo realizados pela primeira vez ou sem ter muita experiência prévia. Essa curva de aprendizado se alinha com a experiência da finança mista em geral.”

Relacionalmente, Pinko da CPI aplica de maneira semelhante o *Blended Finance* às plataformas de

financiamento em nível de país em termos de padronização e categorização.

“A situação de cada país é única, mas estão começando a surgir princípios comuns que podem ser alavancados para aprimorar essas plataformas nacionais. Pode haver alguma padronização em termos de como as abordagens e instrumentos de compartilhamento de riscos necessários nos países JETP são identificados, bem como os parceiros relevantes. O envolvimento precoce de partes interessadas chave, como grupos de trabalho, grupos comunitários e o setor privado, é amplamente aplicável.”

Plataformas de financiamento em nível de país, sustentadas por estruturas de compartilhamento de riscos da finança mista, podem promover o alinhamento específico das prioridades nacionais de desenvolvimento, iniciativas de política climática e ambições de financiamento globais, bem como o resultado mais amplo de metodizar e categorizar para replicação.

4 Otimização do uso de Assitência Técnica (TA)

Blended Finance desempenha um papel fundamental no avanço dos objetivos de financiamento climático por meio da oferta de TA, oferecendo suporte direcionado a vários aspectos de projetos climáticos. Em primeiro lugar, ela ajuda a mitigar os riscos inerentes às iniciativas climáticas, fortalecendo a capacidade das partes interessadas locais para identificar, avaliar e gerenciar riscos de maneira eficaz. Por exemplo, em um projeto de energia renovável, em um país em desenvolvimento, os parceiros de *Blended Finance* podem fornecer TA às autoridades locais, capacitando-as com as habilidades e conhecimentos necessários para avaliar riscos ambientais e garantir a conformidade com padrões de sustentabilidade.

A TA se estende ainda à construção da capacidade local por meio de programas

direcionados de treinamento e desenvolvimento de habilidades. Esse investimento, em capital humano, garante o sucesso e a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas climáticas mistas. Por exemplo, em um projeto de infraestrutura resiliente ao clima, a TA pode aprimorar as capacidades de construtoras locais em suas práticas de construção sustentáveis e preparação para desastres.

A TA também contribui para a criação de um ambiente propício para investimentos climáticos, auxiliando os governos na formulação de políticas e estruturas regulatórias amigáveis ao clima. Em um país em desenvolvimento que busca atrair investimentos privados em energia renovável, os parceiros de TA podem colaborar com o governo para projetar incentivos fiscais para projetos de energia limpa. Esses ajustes de

política ajudam a criar um clima de investimento favorável, tornando-o mais atrativo para o envolvimento de investidores privados.

A TA também facilita o estabelecimento de sistemas robustos de monitoramento e relatórios. Esses sistemas garantem que os projetos climáticos atendam aos padrões de sustentabilidade e requisitos de transparência. Por fim, a TA pode [ajudar](#) a preencher lacunas de dados que existem atualmente em modelos de mitigação de riscos climáticos, bem como financiar a criação de produtos de conhecimento acessíveis sobre as melhores práticas na estruturação de transações climáticas mistas de finança. O desenvolvimento de programas e a

criação de bancos de dados de informações que incorporam conhecimentos amplos e acessíveis podem, por sua vez, criar um ecossistema mais robusto para investimentos. A Convergence [constatou](#) que a TA fornece principalmente suporte para transações de energia renovável e agricultura, o que significa que, sua utilidade no *Blended Finance* climático, já está sendo reconhecida por investidores e fornecedores de concessões.

Em geral, otimizar o uso da TA dessas maneiras permite, ao *Blended Finance*, alavancar de maneira mais eficaz o capital concessional para fortalecer os esforços de financiamento climático de maneira abrangente.

5 Reduzindo os custos de financiamento para empresas que investem na transição climática por meio de bancos verdes nacionais.

A criação de bancos verdes nacionais (instituições financeiras de propósito público [dedicadas](#) a investimentos verdes domésticos) pode ajudar a enfrentar os diferentes desafios que [elevam](#) o custo do financiamento de projetos climáticos para investidores privados, oferecendo uma certa flexibilidade no [design](#) e implementação de intervenções, com foco em eficiência de custos e desempenho. Bancos verdes nacionais podem ser criados como instituições independentes ou, quando possível, integrados às Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) para alavancar a infraestrutura existente. Por exemplo, a [Climate Financing Facility](#) (CFF) é uma instalação de empréstimos especializada e um banco verde dentro do Development Bank of Southern Africa (DBSA), projetada para aumentar o investimento privado em projetos de infraestrutura relacionados ao clima na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Bancos verdes nacionais aproveitam sua expertise local trabalhando em soluções inovadoras de financiamento e desenvolvimento de mercado; atuam fornecendo desde [melhorias](#) de crédito (por meio de reservas de perdas em empréstimos ou garantias de empréstimos) e Assistência Técnica (TA) até a subscrição e

agregação de empréstimos de pequena escala (que podem ser vendidos ao setor privado.) Como observado por Thierry Watrin, Conselheiro de Economia Verde para o Ministro das Finanças de Ruanda:

“Algumas empresas locais em Ruanda provedoras de soluções descarbonizadas estavam em busca de oportunidades de financiamento mais concessionárias. Isso foi uma das inspirações para a criação da Green Investment Facility de Ruanda, Ireme Invest, lançada na COP27 pelo Excelentíssimo Presidente Paul Kagame. Ela não fornece apenas garantias, cerne da abordagem ortodoxa global para financiar o setor privado: busca ir além e diminuir ainda mais o custo do financiamento por meio de uma abordagem bastante única de Blended Finance. O feedback do nosso setor privado confirmou que garantias eram necessárias porém não suficientes para efetivamente reduzir o custo do financiamento; o Development Bank of Rwanda também lançou recentemente títulos sustentáveis vinculados à moeda local, o que posiciona

Ruanda como um destino de investimento ideal para investimentos sustentáveis.”

O Ireme Invest [é uma](#) facility de preparação de projetos no Rwanda Green Fund e oferece

subsídios (grants) para alavancar projetos em direção à viabilidade bancária. É também uma facility de crédito no Development Bank of Rwanda, banco que oferece garantias e empréstimos concessionais.

6 Gerenciando finanças de transição para o descomissionamento de usinas de carvão.

Blended Finance é uma ferramenta chave para facilitar o financiamento de transição e as necessidades de descomissionamento de usinas de carvão em Economias de Mercado Emergentes e em Desenvolvimento (EMDEs). Essas regiões frequentemente lidam com o desafio duplo da industrialização rápida e da necessidade de desenvolvimento sustentável com baixas emissões de carbono. À medida que o mundo se afasta do carvão e de outras fontes de energia com altas emissões, a readequação dessas economias é tanto uma imperativa ambiental quanto de desenvolvimento. No entanto, os custos proibitivos e as complexidades envolvidas nessa transição exigem uma abordagem financeira sofisticada: mecanismos financeiros inovadores capazes de apoiar o processo de desativação e clareza sobre o que constitui financiamento de transição são condições necessárias para tanto.

A GFANZ elaborou diretrizes sobre a gestão da desativação de usinas de energia a carvão e o papel do *Blended Finance* nesse processo. Em junho de 2023, a Rede APAC do GFANZ lançou uma [consulta pública](#) sobre seu conjunto, anteriormente proposto, de orientações voluntárias para financiar a aposentadoria antecipada de usinas de energia a carvão na Ásia-Pacífico, como parte de uma transição justa para a neutralidade líquida. A consulta era direcionada a instituições financeiras e tinha como objetivo entender quais os incentivos necessários para aumentar a própria participação em transações de desativação gerenciada. Dado que as estações de energia

na Ásia são relativamente jovens, uma desativação rápida corre o risco de deixar ativos ociosos e criar perdas de investimento para os proprietários das usinas; nesse sentido, o *Blended Finance* teria um papel importante em realinhar incentivos financeiros. A Consulta do GFANZ destaca o *Blended Finance* como um componente financeiro central para viabilizar a desativação do carvão, sobretudo via fornecimento de capital concessional de MDBs e DFIs para refinar ativos e reduzir o custo de capital.

Por fim, temos os créditos de carbono, abordagem que vem sendo explorada para apoiar o processo de transição do carvão. A MAS e a McKinsey recentemente lançaram um [artigo de trabalho](#) que detalha a incorporação de créditos de carbono de alta integridade como instrumento de financiamento complementar para acelerar e ampliar a aposentadoria antecipada de usinas de energia a carvão (UEACs). Isso envolve alguns elementos-chave:

- 1 quantificar a lacuna econômica, bem como o financiamento necessário para que a transação seja viável;
- 2 alavancar a receita proveniente da venda de créditos de transição de alta integridade gerados pela aposentadoria antecipada de uma UEAC;
- 3 ter uma combinação de diferentes empreendimentos como mitigadores contra os principais riscos da transação; e
- 4 avaliar e implementar medidas para garantir uma transição justa.

An aerial photograph of terraced rice fields. The terraces are filled with vibrant green rice plants. Some sections of the fields are covered with blue plastic mulch, and others have rows of yellow flowers. A small house with a red roof is visible in the bottom left corner, and a blue barrel is in the bottom right corner. The background shows a dense forest of palm trees.

PARTE VII: RECOMENDAÇÕES

PARTE VII: RECOMENDAÇÕES

Como a comunidade de doadores e investidores pode enfrentar os desafios do *Blended Finance* para o clima, identificando as arquiteturas adequadas das regiões em desenvolvimento e impulsionando investimentos

privados em larga escala? As recomendações da Convergence, como construtora independente de campo *Blended Finance*, são as seguintes:

1 Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) devem integrar indicadores-chave de desempenho (KPIs) relacionados ao clima e à mobilização do setor privado em seus modelos operacionais, além de priorizar dados e análises

Como a maior fonte de fundos públicos para *Blended Finance* e por reunir os investidores mais ativos, os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) têm um papel fundamental para ampliar a participação do *Blended* para o clima. A Convergence [já destacou como](#) os MDBs e as DFIs podem aumentar suas metas de mobilização do setor privado; especificamente, a Convergence recomenda que os acionistas de MDBs e DFIs estabeleçam um conjunto de indicadores-chave de desempenho (KPIs) estratégicos que orientarão a gestão dos MDBs/DFIs para uma integração mais profunda com o capital privado necessário para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, será necessário adotar plenamente uma parceria de desestabilização com governos doadores e fundações filantrópicas, em conformidade com seus respectivos mandatos de risco existentes. As contribuições financeiras dos MDBs/DFIs para essa abordagem mais integrada seriam por meio de três tipos de compromissos financeiros:

- 1 Criar e organizar volumes mais elevados de ativos financeiros em alta demanda por parte dos investidores, distribuindo-os para veículos e para os demais interessados em *Blended Finance*
- 2 Investir em posições de mezanino em veículos de *Blended Finance* alinhados com os mandatos de risco existentes de MDBs/DFIs, criando assim mais ativos de investimento que atendem às obrigações fiduciárias dos investidores do setor privado.
- 3 Originar e organizar ativos financeiros em baixa demanda por parte dos investidores, porém com alto potencial de desenvolvimento; manter tais ativos em seus balanços nos momentos em que não puderem ser distribuídos para veículos e investidores de *Blended Finance*.

Além disso, instituir KPIs mensuráveis (como a redução das emissões de gases de efeito estufa (GHG) ou o número de comunidades tornadas resilientes às mudanças induzidas pelo clima) contribuirá para aprimorar a responsabilidade

e melhor alinhar os objetivos climáticos globais, permitindo que essas instituições rastreiem efetivamente as contribuições para o financiamento climático.

Há a necessidade de repensar os paradigmas de dados e análises, e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e as Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) estão estrategicamente posicionados para liderar análises mais prospectivas e voltadas ao futuro. Essas instituições têm o mandato de garantir que seus projetos e iniciativas sejam baseados e orientados por dados preditivos capazes de capturar com precisão a natureza dos riscos climáticos. Para verdadeiramente impulsionar soluções, essas instituições precisam de insights sobre a interação entre subsetores de adaptação, como agricultura, e fatores estruturais, como transporte e saúde. Transitar de uma perspectiva limitada e centrada em infraestrutura para uma abordagem abrangente, que englobe economias e sociedades inteiras, é vital para garantir que os projetos abordem de forma holística a natureza dinâmica e mutável do nosso ambiente.

Como observado por Koh, a criação de projetos viáveis em adaptação climática exigirá a solução de dois problemas: dados e análises de um lado e produtos e serviços do outro. Como acima mencionado, análises são necessárias para estabelecer a interseção entre subsetores de adaptação, como agricultura, e fatores estruturais como transporte, edifícios e saúde. Essas informações devem então ser aplicadas a produtos e serviços que abordem esses desafios em larga escala. O problema em questão, observa Koh, é a natureza retrospectiva dos dados existentes:

“Há tempos temos dados meteorológicos que nos informam sobre as cadeias de suprimentos, sobre como são afetadas pelo clima, sobre estresse na agricultura e escassez de água, e assim por diante. O problema é que os dados são principalmente retrospectivos. A complexidade do ambiente e os riscos que ele apresenta serão cada vez mais desafiadores. Pensar em adaptação apenas em termos de

infraestrutura é contraproducente e limitante. Em vez disso, é preciso pensar em toda a economia e em toda a sociedade e adaptar tudo de forma definitiva a um novo conjunto de condições que, ademais, estarão sempre mudando. Você tem que assumir que o mundo vai mudar e continuar mudando para sempre.”

Nesse contexto, os bancos de desenvolvimento precisam ajustar seus dados e análises à realidade das futuras mudanças climáticas, observa Koh, criando, por exemplo, dados de previsão de hidrelétricas que se ajustem às condições futuras de seca, e exigindo que esse tipo de dados e análises esteja presente nos projetos que financiam.

No fomento de projetos climáticos em nações de baixa renda, a colaboração é fundamental. As instituições financeiras para o desenvolvimento e os bancos de desenvolvimento devem aprofundar suas parcerias com os bancos nacionais para alinhar-se aos planos climáticos locais. Ao trabalhar de perto com os bancos nacionais, essas instituições podem garantir que suas estratégias estejam em harmonia com as necessidades climáticas locais, aproveitando sua perspectiva e recursos globais para amplificar o impacto dos esforços localizados. O FMI destaca o papel fundamental das instituições financeiras para o desenvolvimento em projetos de infraestrutura verde em economias menos desenvolvidas e destaca que, ao assumir uma parcela maior de financiamento de capital próprio, adotar uma postura de risco mais significativa e mobilizar recursos adicionais, essas instituições podem avançar significativamente nos objetivos climáticos.

O FMI compartilha as sugestões abaixo sobre o papel das instituições financeiras para o desenvolvimento e os bancos de desenvolvimento na ampliação do *Blended Finance* para o clima:

“Nesse contexto, os bancos de desenvolvimento precisam ajustar seus dados e análises à realidade das futuras mudanças climáticas, observa Koh, criando, por exemplo, dados de

previsão de hidrelétricas que se ajustem às condições futuras de seca, e exigindo que esse tipo de dados e análises esteja presente nos projetos que financiam.

No fomento de projetos climáticos em nações de baixa renda, a colaboração é fundamental. As instituições financeiras para o desenvolvimento e os bancos de desenvolvimento devem aprofundar suas parcerias com os bancos nacionais para alinhar-se aos planos climáticos locais. Ao trabalhar de perto com os bancos nacionais, essas instituições podem garantir que suas estratégias estejam em harmonia com as necessidades climáticas locais, aproveitando sua perspectiva e recursos globais para amplificar

o impacto dos esforços localizados. O FMI destaca o papel fundamental das instituições financeiras para o desenvolvimento em projetos de infraestrutura verde em economias menos desenvolvidas e destaca que, ao assumir uma parcela maior de financiamento de capital próprio, adotar uma postura de risco mais significativa e mobilizar recursos adicionais, essas instituições podem avançar significativamente nos objetivos climáticos.

O FMI compartilha as sugestões abaixo sobre o papel das instituições financeiras para o desenvolvimento e os bancos de desenvolvimento na ampliação do Blended Finance para o clima:”

2 Otimizar estruturas para lidar com riscos não financeiros

Transações de *Blended Finance* para o clima em países em desenvolvimento e economias emergentes continuam enfrentando uma miríade de riscos não financeiros, como volatilidade política, influência de atores geopolíticos, desafios regulatórios, inconsistências institucionais e diferentes graus de estado de direito. Embora abordar as causas fundamentais do risco país exija reformas institucionais e estruturais de longo prazo, muitas das quais já em andamento, esse método por si só não proporcionará o nível de de-risking necessário; lidar com esses riscos correlacionados é, portanto, crucial para aproveitar todo o potencial do *Blended Finance*. Uma abordagem estratégica que interconecta plataformas de parcerias lideradas pelo país, frameworks de políticas aprimoradas e orientações de bancos centrais pode transformar alguns desses obstáculos em oportunidades, gerando resultados aprimorados para o financiamento climático.

Um dos mais proeminentes riscos não financeiros enfrentados nos mercados emergentes é o risco político, incluindo a possibilidade de mudanças abruptas de políticas, instabilidade regulatória ou expropriação de ativos. Agentes geopolíticos, especialmente

em regiões com disputas em andamento ou competições estratégicas, podem agravar ainda mais esse risco e desencorajar o envolvimento do setor privado. É crucial que as estruturas de *Blended Finance* continuem a incorporar mecanismos protetores contra essas dinâmicas políticas e geopolíticas. É sob esta perspectiva que a MIGA, por exemplo, fornece seguro contra risco político e aprimoramento de crédito a investidores e credores (utilizando a Janela do Setor Privado da IDA para fazê-lo em termos concessivos.) A presença dessas garantias também serve para fortalecer plataformas de parcerias lideradas pelo país, garantindo que todos os interessados tenham confiança na estabilidade e sustentabilidade de seus investimentos. Modelos de parcerias lideradas pelo país podem, por si só, serem transformadores na mitigação de riscos não financeiros. Ao aprofundarem a colaboração, tais iniciativas podem endereçar os desafios e complexidades dos mercados individuais, do estado de direito e das nuances específicas de cada país. Criar plataformas que permitam o diálogo transparente e o compartilhamento de riscos entre as partes interessadas aumentará a eficácia das transações de *Blended Finance*.

Barreiras regulatórias e questões políticas frequentemente persistem e dificultam os objetivos de financiamento climático. O FMI explica que, para mobilizar melhor o capital privado, o mercado precisará se afastar do setor de combustíveis fósseis, prejudicado pela volatilidade de preços e interrupções no fornecimento. O mercado também precisará abraçar certos objetivos políticos, incluindo uma precificação de carbono mais eficaz, fechando lacunas de dados relacionados ao clima e estabelecendo uma arquitetura de informações climáticas mais desenvolvida, melhorando as divulgações de dados e incentivando a pesquisa e desenvolvimento. Além disso, algumas economias emergentes podem se beneficiar do financiamento do Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (RST) do FMI. Esta é uma facility com potencial para desempenhar um papel catalítico ao

ajudar a desenvolver um ambiente de investimento propício por meio de reformas que melhorem o ambiente regulatório.

Por fim, não se pode subestimar o papel dos bancos centrais no *Blended Finance* para o clima. Eles estão estrategicamente posicionados para ampliar o alcance e o impacto desse tipo de financiamento nos mercados emergentes, identificando e mitigando obstáculos regulatórios e políticos. O MAS esclarece:

“Os bancos centrais podem desempenhar um papel na identificação de potenciais barreiras regulamentares, de mercado ou políticas, que dificultam a ampliação das transações climáticas, bem como promover uma maior colaboração público-privada para cumprir as metas líquidas zero de meados do século.”

VOZES ESPECIALISTAS:

Entrevista com a Autoridade Monetária de Singapura sobre Como Governos e Reguladores Podem Apoiar a Transição para a Neutralidade de Carbono

A seguir, a Autoridade Monetária de Singapura (MAS) esboça quatro passos que governos e reguladores devem tomar para apoiar a transição à neutralidade de carbono:

Primeiro, a precificação de carbono precisa ser mais elevada, aplicada de maneira mais abrangente e globalmente mais ampla.

Na ASEAN, apenas 4 dos 10 países implementaram um imposto de carbono ou um Esquema de Comércio de Emissões. No entanto, o preço certo sobre o carbono envia um sinal poderoso e é, sem dúvida, a medida mais importante para ajudar na descarbonização da economia.

Segundo, trajetórias de transição setoriais reconhecidas globalmente, credíveis e baseadas em ciência são

fundamentais para orientar os planos de transição por parte das instituições financeiras e de seus clientes, possibilitando o fluxo de financiamento para a transição.

Embora já estejam em vigor trajetórias setoriais credíveis, baseadas na ciência e alinhadas com um mundo 1,5C (por exemplo: o cenário NZE 2050 da AIE) muitos setores não consideram adequadamente o contexto regional. Isso é importante para que as trajetórias sejam implementáveis, já que diferentes regiões enfrentam circunstâncias socioeconômicas distintas. A MAS colabora com organizações

setoriais internacionais, como a IEA, para apoiar o desenvolvimento de trajetórias críveis de descarbonização para a Ásia.

Terceiro, ter uma taxonomia confiável e interoperável

pode ajudar a mitigar preocupações relacionadas a possíveis práticas enganosas de “greenwashing” e riscos de reputação, melhorando, por sua vez, a credibilidade dos fluxos de financiamento de transição transfronteiriços. As taxonomias de Singapura-Ásia e ASEAN (das quais a MAS participou do processo de desenvolvimento) abrangem não apenas as categorias “verde” mas também as categorias “âmbar”, atendendo à necessidade de uma transição significativa nesta parte do mundo. Além disso, a MAS continuará a se envolver ativamente em

fóruns internacionais para promover e alcançar a interoperabilidade entre as taxonomias nacionais.

Por último, os reguladores financeiros devem definir expectativas de supervisão claras para que as instituições financeiras levem adiante um processo de transição sólido e implementem planos de transição críveis.

Por último, os reguladores financeiros devem definir expectativas de supervisão claras para que as instituições financeiras levem adiante um processo de transição sólido e implementem planos de transição críveis..

3 Incorporar e integrar capital filantrópico

O cenário do financiamento climático tem visto um aumento na utilização de múltiplas formas de capital para enfrentar os desafios monumentais das mudanças climáticas. Enquanto doadores tradicionais sempre estiveram na vanguarda, a integração do capital filantrópico oferece uma abordagem nova, flexível e orientada para a inovação. Instituições filantrópicas, com sua capacidade de assumir riscos e seu compromisso com o impacto social, têm o potencial de atuar como verdadeiras catalisadoras, preenchendo lacunas que outras formas de capital não conseguem preencher. Entre 2017 e 2022, organizações filantrópicas forneceram 10% de todos os compromissos de capital concessional para o *Blended Finance* para o clima, indicando uma oportunidade significativa, mas ainda não realizada, de expandir sua participação no *Blended Finance*. Conforme afirmado no [Plano de Ação da Convergence para a Mobilização de Investimentos em Clima e ODS](#), co-assinado com a USAID, é essencial aumentar o fornecimento de

capital catalítico para alcançar níveis suficientes de mobilização do setor privado, dos quais o capital filantrópico representa uma fonte crítica, mas subutilizada. A Convergence constata que, se implantado estrategicamente, o capital catalítico poderia mobilizar US\$ 286 bilhões em capital privado, sete vezes os níveis atuais de mobilização pelo sistema completo de financiamento para o desenvolvimento climático em um ano típico, e 14 vezes a mobilização privada direta média relatada anualmente pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Instituições Financeiras para o Desenvolvimento.

Um testemunho do papel transformador do capital filantrópico pode ser observado em iniciativas apoiadas por fundações. Citamos como exemplo o apoio early-stage da Good Energies Foundation aos seus beneficiários por meio da Iniciativa de Financiamento de Impacto dos ODS, na Janela de Financiamento de Design de Inovação, demonstração de como o capital filantrópico pode abrir

caminhos para a aceleração do mercado e, por conseguinte, moldar ambientes facilitadores. Esta janela de financiamento, apoiada em parte pela UBS Optimus Foundation e pela Credit Suisse Foundation, destaca as soluções financeiras inovadoras com potencial de mobilização de capital privado (sobretudo para empreendimentos sustentáveis em mercados emergentes); ao fazê-lo, acaba funcionando como um sinal de mercado.

Além disso, a ênfase de filantrópicas reconhecidas (como a Fundação John D. e Catherine T. MacArthur) em busca de soluções climáticas ou o trabalho inovador de uma organização como o Fundo Global Wallace exemplificam quão amplas e profundas são as possibilidades a serem desbravadas pelo capital filantrópico. Essas instituições não apenas abrem caminho e funcionam como exemplo para outras; elas também incorporam soluções climáticas como parte vital de seu mandato filantrópico.

A incorporação de ferramentas como os Investimentos Filantrópicos Programados (PRIs) também pode ser fundamental para aprofundar o impacto. Os PRIs funcionam como uma ponte na medida em que combinam a intenção de doação filantrópica com os mecanismos de investimento below market, reduzindo, portanto, os riscos dos empreendimentos e atraindo formas mais tradicionais de capital. Quando combinados com

esquemas fiscais incentivados (como o promovido pela MAS para estimular que escritórios de family offices usem Cingapura como base para conduzir atividades filantrópicas) os benefícios do capital filantrópico se tornam ainda mais fortes, oferecendo tanto impacto social quanto retornos financeiros. Esforços localizados semelhantes (como no Brasil, onde filantropos e investidores de impacto estão pressionando por emendas no código tributário) lançam as bases para estratégias de financiamento inovadoras.

Por fim, o início de coalizões como o GEAPP, uma aliança robusta liderada por três filantropias e outros parceiros governamentais e financeiros, destaca o compromisso coletivo dos stakeholders. Ao unir recursos, expertise e capacidades de alcance, o GEAPP pode impactar significativamente o cenário do financiamento climático.

À medida que o mundo enfrenta a urgência das mudanças climáticas, a natureza ágil, experimental e impactante do capital filantrópico emerge como um exemplo de otimismo e oportunidade. Ao se alinhar a mecanismos globais e locais e forjar colaborações sólidas, entidades filantrópicas podem liderar o caminho e estabelecer novos frameworks de mobilização do setor privado por meio do *Blended Finance* para o clima.

4 Empoderar os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e defender abordagens de baixo para cima.

Sabe-se que a abordagem predominante das plataformas financeiras costuma ser “de cima para baixo”, isto é, priorizando aspirações de transição climática globais e negligenciando as perspectivas locais, presentes nos próprios Países Menos Desenvolvidos (LDCs). Redirecionar o foco para um modelo mais fundamentado e centrado nos LDCs pode gerar resultados robustos, sustentáveis e alinhados às comunidades, refletindo melhor as realidades

e prioridades locais. Phillips, da Universidade Duke, aborda diretamente esse ponto:

“Os países em desenvolvimento precisam ter uma compreensão comum do que significa uma transição justa; isso deve ser determinado localmente por meio de um processo consultivo de baixo para cima para obter algo duradouro no qual o setor privado se sinta confiante em investir. Não pode ser um estudo de viabilidade

de cima para baixo pré-determinando quais países e quais projetos serão financiados..”

Os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) possuem um conhecimento íntimo sobre quais são seus setores e comunidades mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Ao priorizar intervenções com base nessa visão local, os LDCs podem desenvolver plataformas personalizadas e alinhadas com suas necessidades locais. Por exemplo, a [SDG Indonesia One](#) fornece um plano que adapta metas de sustentabilidade às prioridades nacionais, aproveitando o conhecimento local para enfrentar desafios. Da mesma forma, o [Pacto Climáticos de Adaptação de Países Africanos](#) é uma ferramenta de nível nacional, integrante do Programa de Aceleração da Adaptação Africana, responsável por delinear prioridades de investimento, requisitos de financiamento e estratégias de mobilização de capital para adaptação. Essas soluções de investimento exigirão uma abordagem coordenada, e conduzida em nível nacional, capaz de conectar as prioridades dos Planos Nacionais de Adaptação (bem como outras estratégias climáticas nacionais) com o financiamento de parceiros em desenvolvimento e do setor privado. Em última análise, temos que iniciativas robustas de *Blended Finance* para adaptação e mitigação climáticas exigem uma compreensão bastante sutil dos desafios no nível local.

Esforços proativos dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) para envolver a comunidade de investimentos também podem impulsionar o desenvolvimento de projetos e atrair capital comercial. Mostrar iniciativas bem-sucedidas, apresentar dados claros sobre retornos e demonstrar apoio governamental pode servir como um sinal poderoso para a comunidade de investimentos comerciais em geral. Por exemplo, a Etiópia deu um passo significativo ao incorporar um dedicado consultor de *Blended Finance* em seu Ministério das Finanças. Isso não apenas indica o compromisso do país, mas também serve como

uma prática recomendada para outros LDCs. Ao contar com pessoal ou equipes dedicadas, os LDCs podem se preparar, desenvolver e lançar projetos de maneira mais eficaz, garantindo alinhamento com as expectativas dos investidores e com as necessidades locais.

Embora cada LDC enfrente circunstâncias únicas, setores de prioridade universal, como agricultura, energia renovável e infraestrutura geralmente requerem atenção. Mapear essas áreas, identificar oportunidades nos setores urgentes (como alimentos sustentáveis e água limpa) e demonstrar políticas de apoio e histórias de sucesso pode posicionar os LDCs da melhor forma para envolver parceiros de capital internacionais.

Agrupar as complexidades específicas de cada país em “pacotes” de fácil compreensão pode aproximar ainda mais a lacuna entre abordagens conceituais de cima para baixo e as realidades de baixo para cima. Parcerias entre países, sub-regiões e regiões podem criar uma cascata de compartilhamento de conhecimento e simplificar o processo de investimento. Por exemplo, como observado por Ewing, uma maior cooperação Sul-Sul pode ajudar a melhorar o funcionamento de futuros Programas de Transição Justa (JETPs):

“Stakeholders com mentalidade internacional podem ajudar a reunir atores de diferentes países emergentes para desenvolverem seus planos e mapas de investimento, facilitando, desse modo, o compartilhamento de aprendizados.”

Essas colaborações podem auxiliar no aprimoramento de designs de transações, na compreensão das melhores práticas e no lançamento de projetos com maior probabilidade de sucesso. Reconhecer os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) como parceiros com perspectivas internas (em vez de apenas receptores) pode capacitá-los a liderar frameworks de financiamento climático mais inclusivos, sustentáveis e enraizados na realidade.



APÊNDICE

UMA ANÁLISE PROFUNDA SOBRE OS JETPs

A Convergence entrevistou uma seleção de partes interessadas no ecossistema de JETP. Exploramos suas perspectivas sobre os desafios enfrentados pelos JETPs, as oportunidades existentes, até que

ponto os modelos JETP são escaláveis e quais medidas devem ser adotadas pela comunidade para melhor apoiar a transição energética em mercados em desenvolvimento¹⁷.

QUÃO SEMELHANTE É O MODELO JETP AO *BLENDED FINANCE*? —

Phillips, Duke University:

Existem algumas diferenças sutis. Os modelos JETP que podem construir legitimidade local ao incluir um componente de subsídio ou rede de segurança social (por exemplo, treinamento profissional para trabalhadores do carvão), que é bottom-up e conduzido pelo país anfitrião, podem ser considerados uma forma de *Blended Finance* mais intencional e orientada para o impacto. As transações de *Blended Finance* geralmente não estão vinculadas a mudanças mais amplas na política governamental ou em uma agenda de reformas, mas são moldadas e conduzidas por gestores de fundos individuais que, de certa forma, têm mais responsabilidade do que a secretaria de um JETP. Os gestores de fundos têm históricos que podem ser monitorados, o que pode inspirar confiança e ajudar na captação de diferentes tipos de capital. A secretaria de um JETP, no entanto, pode carecer do histórico e da responsabilidade necessários para ganhar a confiança dos diferentes investidores, importante para que o JETP funcione.

O componente político é de fato um diferencial significativo entre uma abordagem típica de *Blended Finance* e um modelo JETP. No mundo dos investimentos, geralmente somos cautelosos em relação à política e queremos evitá-la. No entanto, toda a vantagem de um JETP é que ele é inerentemente político; você está oferecendo algum dinheiro concessional com a esperança de que ele

seja um impulsionador de uma conversa doméstica definidora das prioridades políticas para os setores e populações que mais precisam de apoio. Você está tentando usar esse processo para construir consenso em torno de um conjunto de projetos finitos identificados como os mais importantes para a transição climática.

No entanto, gosto da comparação porque destaca o quão desafiador isso é. Não há um manual fácil explicando como realizar JETPs de forma eficaz e eficiente; tampouco há um modelo que, após funcionar em um país, possa ser facilmente replicado em outro. JETPs costumam ter custos de transação mais elevados, pois geralmente estão sendo realizados pela primeira vez (ou sem muita experiência anterior). Essa curva de aprendizado se alinha com a experiência geral do *Blended Finance*.

Murton, Standard Chartered:

Devemos fazer uma distinção entre *Blended Finance* no nível do projeto - onde você está montando uma estrutura de capital que atende às taxas de retorno necessárias para os credores comerciais, incluindo financiamento concessional de doadores ou filantropia - e *Blended Finance* no nível programático. Dentro de um programa de *Blended Finance* - como um JETP - muitos projetos, como fazendas solares, podem ser financiados de maneira completamente comercial. No entanto, eles se enquadram na estrutura do JETP e sua viabilidade bancária pode ter sido aprimorada por reformas associadas

¹⁷ A Convergence entrevistou as seguintes pessoas para esta análise aprofundada sobre os JETPs: Jackson Ewing, Diretor de Políticas Energéticas e Climáticas no Instituto Nicholas de Energia, Meio Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Duke; Rizky Fauzianto, Gerente para o Sudeste Asiático, Programa Global Sul, RMI; Claire Healy, Associada Sênior, E3G; John Murton, Consultor Sênior de Sustentabilidade, Standard Chartered Bank; Nicole Pinko, Gerente, CPI; e Jonathan Phillips, Diretor do Projeto de Acesso à Energia James E. Rogers, Universidade Duke.

ao JETP. Dentro dessas estruturas, os doadores concordam em deixar o financiamento de projetos comercialmente viáveis (por exemplo, energias renováveis) para o setor privado de modo que o capital concessional possa ser direcionado a projetos que seriam dificilmente seriam financiados de forma

puramente comercial, como desativações de usinas de carvão, requalificação de trabalhadores, expansão da rede para lidar com a variabilidade das energias renováveis, etc.

QUAIS DESAFIOS O MODELO JETP ENFRENTOU?

Ewing, Duke University:

Há uma crescente falta de coerência entre as diferentes fontes de financiamento público na base dos JETPs. Esta é a principal queixa dos países beneficiários, mesmo em estágios iniciais; é o caso da Indonésia, onde as diversas agendas, abordagens e condicionalidades impostas pelo financiamento de diferentes doadores têm criado condições difíceis às autoridades locais. Essas condições acabam afetando seus próprios espaços comerciais. Na ausência de uma maior coerência, pode ser difícil ver o tipo de financiamento galvanizado que buscam obter. Claro, isso não significa que não haverá financiamento do setor privado ou filantrópico. No entanto, a evidência de que os JETPs, devido às suas estruturas, abordagens ou metas, serão necessariamente mais bem-sucedidos na obtenção de uma verdadeira combinação de financiamento entre os setores público e privado ainda não está clara.

Phillips, Duke University:

Acompanhar como cada dólar concessional é finalmente alocado pode ser difícil para doadores em uma transação mista típica, especialmente no nível do fundo, mas é ainda mais complicado no nível do JETP porque essencialmente lidamos com um gestor de fundos menos responsável. As Instituições Financeiras Multilaterais (MDBs) têm maior flexibilidade para implantar fundos concessivos, de forma que o gestor do fundo passa a ter alguma flexibilidade sobre como o dinheiro é gasto ao mesmo tempo em que mantém algum tipo de responsabilidade. No entanto, as agências de desenvolvimento geralmente não podem fazer isso da mesma maneira. Elas não podem disponibilizar financiamento concessional para um secretariado de JETP sem que métricas de responsabilidade mais rigorosas estejam em vigor.

Consequentemente, existem desafios práticos reais como, por exemplo, onde o dinheiro implantado em um JETP fica e como ele é distribuído, quem é responsável por quais inaugurações, e assim por diante. No contexto multilateral mais amplo, geralmente todos são convidados para as inaugurações, por assim dizer, mas isso não tem sido o modelo JETP até o momento. Em vez disso, cada JETP teve uma configuração diferente de doadores individuais comprometendo financiamento concessional, com a necessidade dos doadores de entregas claras e transparência sobre como o dinheiro é gasto em conflito com a forma como o financiamento comprometido foi alocado historicamente. Uma instalação mista típica também pode comprometer facilmente a implantação de fundos, o que está alinhado com a forma como os GPs e os doadores normalmente operam. JETPs, no entanto, são um pouco mais indefinidos e dependem de reformas regulatórias e outros fatores, então há mais incerteza e a implantação de capital pode levar mais tempo, o que torna mais difícil para os participantes do acordo.

JETP Stakeholder:

Os países doadores do IPG comprometeram valores monetários significativos para os JETPs da Indonésia e do Vietnã; esses não eram, no entanto, fundos coletivos. Não são tão fungíveis e flexíveis como idealmente gostaríamos. Cada país do IPG comprometeu algum dinheiro, e cada comprometimento representava uma mistura diferente de financiamento; ou seja, parte era assistência técnica, parte eram doações, e parte eram até mesmo garantias em vez de empréstimos reais. O que os países do JETP acabam tendo

que fazer é descobrir qual é o financiamento que está sendo fornecido, onde ele está (por exemplo, em uma IFM, uma DFI ou um fundo) e os termos e condições para acessá-lo. Não é o ideal. Eu não acredito que haja um mundo onde os países doadores de repente contribuam com grandes somas de financiamento de alta qualidade, perfeitamente utilizável e fungível. Isso não quer dizer que, em algum momento no futuro, os doadores não possam agrupar financiamento em um fundo que possa ser implantado de maneira mais sistemática; simplesmente não é de onde começamos. No entanto, uma vantagem disso é que, se um país do JETP tiver prioridades para as quais não possui o tipo certo de financiamento, outros doadores e parceiros de financiamento podem ser solicitados para preencher essa lacuna. Além disso, os JETPs pelo menos reúnem governos, desenvolvedores de projetos e finanças privadas, e é possível resolver problemas relacionados ao que pode e não pode ser financiado.

Ewing, Duke University:

Eu reconheço o valor dos pacotes financeiros feitos sob medida, adaptados às necessidades de setores e contextos específicos, e que aumentam o potencial para reformas de governança nos países beneficiários. É interessante que esses pacotes financeiros nos níveis nacionais sejam apresentados como um alvo para os países beneficiários perseguirem (ou como insumos em um sistema gerador de ação que, de outra forma, não existiria.) Isso certamente foi o caso na África do Sul e na Indonésia, mas não tenho certeza até que ponto essas abordagens atrairão mais capital privado do que outras estratégias adotadas.

OS DOADORES ESTÃO APRENDENDO COM A EXPERIÊNCIA DOS JETPS ANTERIORES?

Murton, Standard Chartered:

O JETP da África do Sul começou como uma questão de governo para governo, mas logo se percebeu que era necessário envolver o setor privado em grande escala. Os doadores comprometeram \$8,5 bilhões em financiamento concessional, mas o plano

JETP Stakeholder:

Muitas das combinações que observamos envolvem a mistura de fundos públicos de diferentes fontes. Se um projeto é viável, não fica claro qual é o benefício de mesclar dinheiro público com outros fundos públicos. Nosso objetivo é obter financiamento do setor privado para coisas que são comercialmente viáveis. No futuro, a combinação de recursos públicos com recursos privados não será necessária em energias renováveis convencionais, mas sim em energias renováveis mais complexas e no setor de redes elétricas. No entanto, levará tempo para gerar o pipeline de projetos para isso.

Murton, Standard Chartered:

Uma restrição fundamental dos JETPs é o pipeline de projetos que, em alguns casos, é muito estreito para alcançar os objetivos do JETP: há apenas um gotejamento de projetos passando pelo pipeline devido ao ambiente regulatório histórico. Para atingir os objetivos do JETP, talvez seja necessário que as IFMs e o financiamento concessional apoiem o desenvolvimento de um pipeline de projetos mais amplo, com o setor privado financiando o que surgir no final desse processo. O Vietnã, por exemplo, assumiu a meta de zero líquido até 2050, o que é incrivelmente audacioso e ambicioso para uma economia emergente no Sudeste Asiático. A implicação disso é que eles vão precisar de muito mais energia solar e eólica do que se antecipava anteriormente. No entanto, o mercado atualmente não tem esses projetos avançando pelo pipeline, e é por isso que o financiamento concessional é necessário. Entregar em escala será o desafio: devemos evitar a tentação de injetar muito capital concessional em projetos individuais se eles puderem ser financiados pelo capital privado.

de investimento divulgado um ano depois requeria \$97,5 bilhões de investimento total; uma proporção de um para dez entre capital concessional e capital do setor privado. Consequentemente, ao preparar os JETPs da Indonésia e do Vietnã, os governos anfitriões trabalharam muito de perto com o GFANZ para garantir que os bancos estivessem realmente

comprometidos em apoiar o financiamento de suas transições energéticas.

No caso do JETP sul-africano, os parceiros identificaram rapidamente a necessidade de concentrar o financiamento concessional nos locais em que ele era mais necessário. Assim, em vez de usar o financiamento concessional para fornecer nova capacidade de geração, foram feitas reformas para que os investimentos em novas fontes de energia solar e eólica pudessem ser financiados de forma puramente comercial. Por exemplo, o governo sul-africano levantou limites na geração incorporada, o que levou empresas consumidoras de energia a tomar empréstimos para investir em geração incorporada. O financiamento concessional do JETP agora está se concentrando nas áreas em que o setor privado teria dificuldade em trabalhar sozinho, como o apoio ao novo desenvolvimento industrial em regiões de mineração.

Ewing, Duke University:

Não tenho certeza se identificamos alguns dos grandes obstáculos estruturais no caso sul-africano e se os abordamos de maneira significativa no caso indonésio. Vamos considerar as principais características dessa abordagem, ou seja: há um grande anúncio de um número redondo de implantação de capital feito de maneira muito pública em uma grande reunião internacional, seguido pelo trabalho de fundamentar esse acordo na forma de desenvolvimento de planos de investimento e por tentativas de realizar os tipos de reformas

governamentais explicitamente solicitadas no JETP indonésio, (e assim por diante...). Isso segue muitos dos mesmos padrões estabelecidos no caso da África do Sul. Quanto à questão de os países financiadores estarem ouvindo as queixas dos países beneficiários e as estarem levando a sério, eu acredito que eles estão absolutamente ouvindo essas queixas. Ouvi explicitamente da África do Sul e da Indonésia que os custos de transação são muito altos e que é bastante difícil ter qualquer tipo de certeza de investimento quando lidam com vários potes de dinheiro sem uma hierarquia clara em termos de mitigação de riscos, com diferentes condicionalidades e com diferentes estruturas de financiamento. Em outras palavras, os JETPs são apresentados como pools de capital coletivo, mas não estão operando dessa forma.

No entanto, os doadores não têm interesse e, potencialmente, não têm flexibilidade de governança para criar o que esses países beneficiários realmente desejam. Eles não vão agrupar o dinheiro dentro de uma única instalação e fazê-lo ser verdadeiramente coletivo pois não necessariamente concordam sobre como ele deve ser gasto. Eles veem suas próprias bases como capazes de influenciar a maneira como seus investimentos externos são operados: desde grandes questões como, por exemplo, se esses investimentos devem focar no descomissionamento de estações de carvão até outras muito mais tediosas, sobre quais formulários devem ser preenchidos em termos de avaliações de impacto, quais arranjos procedimentais devem estar em vigor para garantir que não haja corrupção, e assim por diante.

COMO O MODELO JETP PODE SER APRIMORADO?

Ewing, Duke University:

O modelo deve ser invertido. Investimentos nacionais em portfólio que apoiam a transição energética podem vir de outros países para além daqueles que compõem o G7. Poderiam existir planos de investimento mais explicitamente projetados para atrair financiamento para a transição energética, sendo desenvolvidos desde o início por países potencialmente financiadores e operadores do setor privado interessados em entrar em mercados anteriormente intocados (devido a preocupações

com riscos ou outras barreiras de mercado.) Assim, em vez de um acordo político de alto nível, com um número redondo e precedendo a criação de um plano de investimento, este último é o primeiro a ser criado e integrado aos objetivos mais amplos do mix energético do país receptor. O objetivo é dar atenção específica e em nível nacional para a construção de um roteiro rumo à transição energética, com a intenção explícita de atrair potenciais investidores *Blended Finance* tanto públicos quanto privados. Se pudermos trazer os países e empresas fornecedores desse financiamento ao longo desse processo, em vez

de apenas entregar um roteiro pronto em suas mesas, então já teremos atingido a esfera de negociações (ou pelo menos a de combinação mais eficazes.)

Isso é algo que deveria ser apoiado pela assistência técnica de uma variada gama de atores que, trabalhando para modelar diferentes sistemas energéticos e expansões (bem como suas implicações de preço e emissões), contariam com o devido treinamento em finanças climáticas fornecido por governos, organizações, instituições acadêmicas, e assim por diante. Isso não seria o equivalente a pessoas do Norte Global chegando e resolvendo todos esses problemas, mas sim trazendo algum capital para estimular o esforço de construir esses planos de investimento. Há também um papel para a filantropia aqui: trabalhando com consultorias locais, universidades e think tanks, ajudando a obter o apoio do governo para a busca de construir esses roteiros desde o início, e fazendo isso em uma variedade de países com alto potencial de transição energética.

Fauzianto, RMI:

A transparência é fundamental. Embora o timing nas negociações seja complicado e a boa intenção não esteja em questão, um desafio-chave para o modelo JETP é a falta de clareza e transparência sobre quanto e quais tipos de financiamento serão fornecidos e como eles serão entregues aos países e instituições beneficiários. Com uma maior transparência, os países beneficiários podem estimar melhor as metas de emissões e fornecer planos de investimento mais detalhados e melhor alinhados com suas ambições. A atual falta de transparência resulta em falta de confiança ou na necessidade de ajustes significativos tardios no processo de planejamento de investimentos. As expectativas do que seria oferecido ainda não se concretizaram. Por exemplo, os governos beneficiários têm achado difícil saber a quantidade exata e as formas de financiamento que serão fornecidas por cada fonte e precisam discutir projetos prioritários potenciais com cada doador. Um objetivo declarado no início do processo JETP era criar um consórcio único ou ponto de contato do lado do doador para apoiar discussões e planejamento eficazes com os países beneficiários.

Há também uma oportunidade de aprimorar a transparência na análise técnica e na modelagem que sustenta a criação de metas do JETP. Um conjunto comum de dados, modelos e análises técnicas correspondentes, com total transparência sobre suposições e entradas, é crucial para estabelecer metas e alinhar-se às vias de transição justa. Já vimos o poder que uma base comum e imparcial de fatos pode ter para apoiar uma colaboração mais ampla. Isso tem sido um componente crítico para os JETPs, e uma maior transparência servirá para apoiar uma colaboração mais profunda.

Phillips, Duke University:

Até agora, os JETPs têm se concentrado na mitigação, priorizando os grandes emissores. No entanto, esses não são necessariamente os países que verão um enorme aumento nas emissões nos próximos vinte anos. A questão é, portanto, se podemos utilizar a estrutura do JETP para abranger mais do que apenas esses principais mercados emergentes (que já emitem em níveis elevados)? Se de fato pudermos, precisamos começar a pensar em coisas além do carvão, porque seu descomissionamento não é necessariamente o problema-chave de transição nesses mercados. Os JETPs precisam atender às necessidades específicas desses países.

A comunidade doadora concebeu os JETPs até agora como um framework exclusivo para mitigação, mas há países que necessitam de investimentos significativos em agricultura ou transporte; também podem existir oportunidades consideráveis em silvicultura ou em locais onde os mercados de carbono podem ser rapidamente expandidos. Países sem problemas relacionados ao carvão precisam poder acessar o modelo JETP. Existem maneiras de incorporar diferentes ferramentas ou tipos de investidores com potencial para participar de projetos além do setor de energia ou da substituição de carvão? Se sim, isso abre um novo conjunto de perguntas sobre conhecimento, capacidade e planejamento que tanto governos quanto provedores de assistência técnica precisarão abordar. Em vez de focar apenas em implementar mais JETPs, devemos explorar as formas de abrir o leque de opções do ponto de vista setorial e incentivar países cujas necessidades de investimento são diferentes, mas significativas.

HÁ SINAIS DE EVOLUÇÃO DO MODELO JETP?

Ewing, Duke University:

Colômbia é um exemplo interessante. Eles construíram um roteiro abrangente para sua transição energética, apresentando diferentes opções, condicionalidades, necessidades de financiamento, vias de lucratividade para atores comerciais e novas formas a partir das quais os ministérios poderiam ser reorganizados, recebendo diferentes níveis de autonomia ou mandatos para avançar. Uma vez que esse tipo de roteiro abrangente tenha sido construído e integrado aos planos de transição energética, é possível promovê-lo para atores dos setores público e privado ao redor do mundo (ao invés dos países do G7 anunciarem estarem comprometidos com um determinado montante de capital público e buscando levantar um valor adicional no setor privado.) Embora essa abordagem atraia capital no nível nacional, ela ainda é bastante personalizada e orientada para uma transição energética em todo o setor. Dessa forma, ela ainda pode produzir os resultados que buscamos em um JETP, mas com o modelo levemente invertido.

No entanto, pode-se argumentar que o tipo de modelo que estou defendendo é apenas o caminho usual dos negócios. Desenvolver planos para uma

transição energética e pensar em como financiá-los não é uma ideia nova, e parte da beleza do JETP é que, embora você não saiba como o dinheiro virá ou se se materializará da maneira pretendida e como as características mistas se desdobrarão, se é que se desdobrarão, ainda assim, se faz um compromisso financeiro público para apoiar a transição energética em um país específico, o que tem o efeito de se tornar algo real. O risco do que estou defendendo é que isso nunca se torne real. Pode ser apenas um exercício de planejamento e coordenação, e pensar em novas ideias, mas não há garantia de que resultará em investimentos em níveis nacionais, que é a essência da existência dos JETPs. Esse é o grande risco, que não haja muito além disso, a menos que espelhe o modelo JETP e atraia compromissos de investimento soberanos para trazer capital do setor privado.

Healy, E3G:

A questão é: se você remover o IPG desse papel principal, quem fornecerá aquele impulso político de alto nível e liderança? Ainda é necessário ter alguém respeitável fora do sistema para organizar as peças, reunir diferentes doadores junto ao governo anfitrião e fazer avançar o processo.

JETPs SÃO ESCALÁVEIS?

JETP Stakeholder:

Precisamos ser mais ágeis em diversos países para entender o que é viável financeiramente e, quando houver viabilidade, buscar soluções específicas para os problemas, o que pode ser bastante intensivo em trabalho, com muitos relacionamentos complexos de stakeholders para se gerenciar. Estamos tentando chegar a um acordo sobre como proceder, o que nos permitiria começar a expandir as soluções, mas ainda não chegamos completamente lá.

Pinko, CPI:

A situação de cada país é única, mas estão começando a surgir princípios comuns que podem ser aproveitados para aprimorar as plataformas nacionais. Pode haver alguma padronização em

termos de como se fazer as abordagens e em instrumentos de compartilhamento de riscos necessários nos países do JETP, bem como nos seus parceiros relevantes. O envolvimento precoce de partes interessadas estratégicas, como grupos de trabalho, grupos comunitários e o setor privado, é amplamente aplicável. A análise formal antecipada para se identificar o espaço do setor privado versus o espaço do setor público para se maximizar a adicionalidade também é universalmente relevante. Por exemplo, na África do Sul, melhorias na rede de distribuição são financiadas publicamente, então precisamos examinar quais tipos de projetos serão mais atrativos para o setor privado, como o financiamento de energias renováveis substitutivas. É desafiador discutir a padronização porque até

agora só houve três JETPs, mas à medida que cada um avança, podemos identificar semelhanças e lições que podem ser aplicadas em outros lugares.

Phillips, Duke University:

Implantar mais JETPs levará algum tempo. Eles consomem muitos recursos disponibilizados pelos doadores, e alguns desses têm pouco interesse em ingressar em um novo conjunto de JETPs. Não acredito que estejamos próximos de ter grandes quantidades de capital fluindo; precisamos ser pacientes. Para que os JETPs sejam realmente eficazes, é necessário associá-los a mudanças de políticas e reformas regulatórias. No entanto, mesmo em governos e corpos legislativos bem funcionais, isso não é fácil e leva tempo. A extensão a partir da qual os JETPs consideram adequadamente todas as indústrias e populações vulneráveis em seus planos de investimento também não está clara e deve ser abordada através do processo político interno. Se o modelo JETP for implementado em diferentes países em grande escala, um exercício útil seria envolver governos em países não participantes, como Quênia ou Uganda, para ajudar a determinar desde cedo as principais comunidades que precisam de apoio, como o capital concessional seria utilizado para apoiar a transição de energia se estivesse disponível, como seriam os projetos potenciais, e assim por diante. Essas são as perguntas para as quais realmente precisamos de respostas se o modelo JETP for implementado em grande escala.

Os JETPs com os quais estou mais familiarizado não são facilmente replicáveis em outros países. A forma como a Indonésia, por exemplo, tem tanto capital chinês investido em usinas de energia a carvão relativamente jovens é semelhante talvez a um país como o Paquistão, mas não é possível pegar esse tipo de modelo e as mesmas pessoas que trabalharam nele e simplesmente levá-lo para outro país. Não há uma forma claramente replicável de acordo entre os JETPs atuais. No entanto, quanto mais olhamos para além dos países de renda média e passamos a considerar o próximo grupo de países, mais eles atingem posições semelhantes às suas próprias populações, perfis energéticos existentes, idade dos ativos, composição de combustíveis, dotações de recursos renováveis, etc. Você poderia ver algo funcionando de maneira semelhante de um país para

outro, onde atores comerciais mobilizados por capital concessional em um determinado mercado podem entrar em outro com características semelhantes.

No entanto, ainda não estamos realmente trabalhando nesses países, mas se estivermos buscando expandir o modelo JETP para 25-30 países, precisamos descobrir quais são aqueles amplamente comparáveis entre si e ver o que é escalável. Esses países devem ter uma compreensão semelhante do que significa uma transição justa; isso deve ser determinado localmente por meio de um processo consultivo de baixo para cima para se criar algo duradouro e a partir do qual o setor privado se sinta confiante para investir. Não pode ser algum estudo de viabilidade de cima para baixo que predetermine quais países e quais projetos serão financiados. Embora tenhamos investido muito em assistência técnica em relação às NDCs, ainda não estamos onde deveríamos em termos de poder definir o que significa uma transição justa localmente. Não temos modelagem de sistemas de energia ou projeções de emissões para a maioria dos países em desenvolvimento, nem as linhas de base de dados básicas que sustentariam a análise e previsão necessárias para estabelecer prioridades e tomar decisões.

Nesta fase, fico desconfortável ao falar sobre replicabilidade sabendo que cada país na África Subsaariana, por exemplo, é tão diferente, e a ideia de que precisamos encontrar alguma maneira de alcançar escala com base nas semelhanças existentes me parece um tanto desconfortável. Também pode haver uma reação negativa no país ao ser comparado a um vizinho com o qual você não se sente conectado. Tudo isso é muito delicado, e ainda estamos nos primeiros dias. Há muito ainda a aprender sobre o que funcionou e o que não funcionou, sobre onde as expectativas estavam fora de linha e onde novas abordagens precisam ser tentadas.

Ewing, Duke University:

Compartilho o objetivo de ter mais e melhores capitalizados JETPs e que eles possam desfrutar de custos de transação mais baixos à medida que formos aprendendo e padronizando. Para usar a linguagem específica ao caso da Indonésia, eles estão buscando financiamento sindicalizado entre os países financiadores; não está claro, no entanto, se

poderíamos obter um pool limitado de financiamento sindicalizado como parte das alocações dos JETPs., mas pode sim haver algum potencial. A disposição de alguns países financiadores em financiar mais JETPs também é incerta, dada a quantidade de trabalho envolvido e o fato de que ainda não estão gerando os dividendos desejados para a transição energética.

Uma abordagem a partir da qual primeiro se elaboram planos de investimento e depois se busca o financiamento de portfólio (no nível nacional de cada país) traria um efeito simplificador e pouparia as longas negociações e incertezas sobre o que o será o JETP e como ele operará após o compromisso ter sido feito. Isso poderia ser feito a partir da apresentação

de um roteiro e de um conjunto de oportunidades (com a possibilidade de diferentes graus de adesão, mas mantendo sempre alguma coerência) para que o resultado não seja apenas uma coleção de projetos que nos levaria de volta à abordagem pré-JETP.

No entanto, de maneira geral, apoio as ideias de redução dos custos de transação, comprovação de abordagens eficazes e utilização delas como modelos de aprendizado. Maior cooperação Sul-Sul também pode ser possível aqui. Stakeholders com visão internacional podem ajudar a reunir atores de diferentes países em desenvolvimento para avançarem em seus roteiros e planos de investimento, facilitando a troca de aprendizados.



CONVERGENCE é a rede global para *Blended Finance*. Geramos dados financeiros combinados, inteligência e fluxo de negócios para aumentar o investimento do setor privado nos países em desenvolvimento.



BLENDÉD FINANCE utiliza capital catalítico de fontes públicas ou filantrópicas para aumentar o investimento do setor privado nos mercados emergentes para concretizar os ODS.



Nossa **ASSOCIAÇÃO GLOBAL** inclui investidores públicos, privados e filantrópicos, bem como patrocinadores de transações e fundos. Oferecemos a esta comunidade uma plataforma on-line com curadoria para conectar-se entre si em transações de *Blended Finance* em andamento, bem como acesso exclusivo a produtos originais de inteligência de mercado e conhecimento, como estudos de caso, relatórios, treinamentos e webinars. Para acelerar os avanços neste domínio, a Convergência também concede subvenções para a concepção de veículos que possam atrair capital privado para o desenvolvimento global em grande escala.